

2022
TRATOLIXO

RELATÓRIO & CONTAS

2022

tratolixo
gestão de resíduos urbanos
www.tratolixo.pt

Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4		
1. QUEM SOMOS	8	3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	93
1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA	8	4. PERSPECTIVAS FUTURAS	101
1.2. Perfil TRATOLIXO	12	5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	108
1.3. <i>Curriculum Vitae</i> dos Administradores	13	6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	111
1.4. Composição dos Órgãos Sociais	25	7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	181
1.5. Organização da Empresa	28	8. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	187
1.6. Missão, Visão e Política Integrada	30		
2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2022	31		
2.1. Resíduos Recebidos	32		
2.2. Tratamento e Valorização de Resíduos	44		
2.3. Novas Infra-Estruturas	54		
2.4. Planeamento, Estratégia e Inovação	60		
2.5. Sistema Integrado de Gestão	74		
2.6. Licenciamento e Requisitos Legais	74		
2.7. Monitorização de Processo e Produto	76		
2.8. Contratação Pública	76		
2.9. Sistemas de Informação	79		
2.10. Comunicação e Imagem	82		
2.11. Apoio Social	86		
2.12. Gestão de Recursos Humanos	87		

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em Janeiro de 2023 iniciei o meu mandato como Presidente do Conselho de Administração da TRATOLIXO. É para mim um grande orgulho poder integrar uma empresa que presta o serviço público de excelência de tratamento dos resíduos dos 4 municípios que integram a AMTRES.

O espírito de equipa e de missão que encontrei em toda a equipa TRATOLIXO, são certamente um factor acrescido de motivação para, em conjunto, superarmos os desafios ambientais, estruturais e conjunturais que, necessariamente se afiguram. Em 2022, a Central de Digestão Anaeróbia da Abrunheira completou 10 anos em funcionamento ininterrupto e, nesse período de operação, registou a recepção de cerca de 900.000 t de resíduos que foram devidamente tratadas e convertidas em composto, materiais recicláveis e mais de 195 GWh de energia eléctrica renovável.

Este último resultado merece também ser salientado pelo contexto em que vivemos, de emergência climática, de crise energética e enorme volubilidade dos preços da energia.

Igualmente em 2022, realçar que a empreitada de construção da nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes de Trajouce foi concluída e encontra-se em fase de testes, garantido em breve a possibilidade de tratamento integral e valorização dedicada de 50.000 t/ano deste fluxo de resíduos,

de forma a produzir um novo produto de alta qualidade – composto Campoverde Premium Green® – com base no conceito de circularidade de recursos naturais escassos como a água, já que se prevê que esta unidade possibilite a utilização de água da chuva no processo de compostagem. Já as empreitadas co-financiadas pelo POSEUR (operação POSEUR-03-1911-FC-000225 – Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos) relativas à Empreitada de Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos e à Empreitada de Ampliação de Capacidade da Central de Digestão Anaeróbia da Abrunheira estão em curso, prevendo-se a sua conclusão durante o ano de 2023.

Todas estas infra-estruturas são cruciais para o Sistema AMTRES conseguir alcançar as muitíssimo ambiciosas metas nacionais de gestão de resíduos e irão potenciar uma gestão tecnológica mais eficiente dos resíduos urbanos produzidos na nossa área geográfica de intervenção, conducente ao aumento da circularidade dos mesmos. É precisamente para potenciar o cumprimento destas metas – nomeadamente a meta de preparação para reutilização e reciclagem e a meta de redução da deposição dos resíduos urbanos em aterro – que a empresa está a apostar fortemente – em conjunto com os seus municípios – no novo modelo de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico.

A empreitada de Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos irá permitir a adaptação desta unidade de tratamento mecânico (TM) de resíduos urbanos (RU) de Trajouce ao novo modelo de recolha selectiva de resíduos biodegradáveis.



"EM 2023 IREMOS CONTINUAR A TRABALHAR INCANSAVELMENTE NUMA TRAJECTÓRIA DE EVOLUÇÃO SUSTENTADA DEVIDAMENTE ALINHADA COM UMA ESTRATÉGIA DE RIGOR, FOCADA NA I&DT, NA DESCARBONIZAÇÃO, NA ECONOMIA CIRCULAR E NO COMPROMISSO DE DAR SEMPRE O NOSSO MELHOR CONTRIBUTO PARA OS OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PATENTES NA AGENDA 2030 DAS NAÇÕES UNIDAS."

Esta recolha, efectuada ao nível doméstico através da separação dos restos alimentares em sacos verdes que depois são colocados nos contentores de resíduos indiferenciados existentes na via pública, encontra-se já em curso, permitindo a modernização do TM de Trajouce mediante instalação de equipamentos electromecânicos e sistemas de leitura óptica que efectuarão a identificação e separação dos sacos verdes contendo os biorresíduos, da restante fracção de resíduos indiferenciados, o que irá possibilitar a obtenção de uma fracção orgânica de elevada qualidade, que será posteriormente encaminhada para valorização biológica na CDA da Abrunheira. Temos, por isso, que abordar outra nota positiva relativa à recolha selectiva de biorresíduos ser uma obrigatoriedade legal que se conseguiu antecipar no Sistema AMTRES: apesar do regime jurídico definir o prazo obrigatório para início

desta recolha selectiva a nível nacional em 2024, congratulamo-nos por, à data, todos os municípios do Sistema terem em curso a expansão de projectos-piloto de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico no terreno, com perspectivas de alargamento a toda a área territorial até meados de 2023.

Ainda no que aos biorresíduos diz respeito, lembrar que a recolha de resíduos verdes é uma prática de há vários anos no Sistema AMTRES e em todos os seus municípios, o que espelha um bom desempenho colectivo e articulação entre a gestão em alta e em baixa.

A nível operacional, referir também o início da Empreitada da Nova Portaria Operacional do Ecoparque de Trajouce, que irá eliminar inúmeros constrangimentos que se vêm sentindo há longa data.

Em termos de resultados numéricos, não po-

demos deixar de assinalar o extraordinário marco obtido nas quantidades de resíduos oriundos de recolha selectiva multimaterial recebidos nas nossas instalações – mais de 45 mil toneladas, alcançando um valor histórico e superior à realidade produtiva pré-crise financeira de 2008 – que ajudaram a obter o resultado histórico de 10M € em vendas de produtos da nossa actividade.

Sabendo que estamos no caminho certo, e, tendo em consideração as importantíssimas orientações para o sector – nomeadamente com a publicação do PERSU 2030, que se espera que esteja para breve, o Despacho Conjunto de Objectivações a cumprir pelos SGRU relativo às metas, as Especificações Técnicas dos Resíduos de Embalagem – publicadas em 16 de Janeiro de 2023 – a definição dos novos Valores de Contrapartida (VC) de Resíduos de Embalagem (RE), o enquadramento legal sobre o novo SDR e ainda o Simplex Ambiente relativo aos processos de licenciamento, importa pois, avançar em 2023 para a elaboração do Plano Estratégico de Resíduos da TRATOLIXO, que nos permita encarar o futuro com confiança, alinhando estratégias em prol de objectivos.

No horizonte estão igualmente outras alterações importantes para o nosso sector – nova geração de licenças do SIGRE, regulamentação sobre novos fluxos de resíduos, Estratégia Nacional para o Biometano, entre outras – que representarão desafios acrescidos para a empresa, que, com a resiliência e capacidade de adaptação que nos caracterizam, iremos certamente superar. Embora no caminho certo, conforme antes referido, e apesar dos bons indicadores de equilíbrio apresentados, os anos que se avizinharam afiguram-se de extrema exigência.

De facto, perante a constatação da redução verificada no encaminhamento de resíduos para destinos externos, por incapacidade de recepção destes, o nível de utilização do aterro aumentou muito significativamente, situação que, impactando na capacidade instalada do aterro, leva a que sejam equacionadas medidas urgentes que permitam inverter essa tendência e manter a trajectória de equilíbrio e a sustentabilidade financeira da empresa.

Adicionalmente, face à conjuntura actual, a subida das taxas de juro e a inflação, são também

dois factores críticos a ter em consideração na gestão dos próximos anos. Com efeito, dado que a TRATOLIXO é uma empresa fortemente alavancada, por um *Project Finance*, encontra-se muito exposta às flutuações das taxas de juro que, em 2023, vão representar um encargo muito gravoso para a empresa, facto que, levou já a que fossem encetadas negociações com o sindicato bancário com o intuito de se minimizar ao máximo este constrangimento.

Relativamente à inflação, que é uma inevitabilidade, e que impacta também ao nível dos resultados operacionais da empresa, há que estudar as melhores opções que nos permitam a maior poupança ao nível dos custos da operação, na procura contínua de um serviço cada vez mais eficiente.

Com votos de confiança renovados em toda a equipa TRATOLIXO e parceiros, em 2023 iremos continuar a trabalhar incansavelmente numa trajectória de evolução sustentada devidamente alinhada com uma estratégia de rigor, focada na I&DT, na Descarbonização, na Economia Circular e no compromisso de dar sempre o nosso melhor contributo para os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável patentes na Agenda 2030 das Nações Unidas.

Trajouce, 7 de Fevereiro de 2023

Nuno Soares

Presidente do Conselho de Administração

1. QUEM SOMOS

Área geográfica abrangida pela TRATOLIXO



1. QUEM SOMOS

1.1 A TRATOLIXO E.I.M., S.A.

A TRATOLIXO apresenta mais de 30 anos de constituição, sendo uma empresa que representa um dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) mais importantes de Portugal, em termos de população servida, resíduos geridos, capacidade infra-estrutural, desempenho ambiental e experiência no sector.

Refere-se que a TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, SA é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

Historicamente, a origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985.

Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%).

A TRATOLIXO, que foi entretanto constituída em Julho de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992.

No ano de 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o SGRU alcançado a configuração que mantém até hoje.

Em 2003, a AMTRES adquiriu a totalidade do capital social da TRATOLIXO, passando a ser a sua única accionista.

De seguida, em 2004 é assinado o Contrato-Programa entre a AMTRES e a TRATOLIXO relativo à gestão e exploração integrada do Sistema de Resíduos Sólidos dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

A TRATOLIXO, à data, não tem quaisquer sucursais.

Assim sendo, a TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km², presta serviço a estes quatro municípios e a uma população de cerca de 860.000 habitantes, o que constitui cerca de 8% do total de Portugal.

	População*	Capitação ** (kg/hab.dia)	Produção RU *** 2022
Cascais	214 124	1,763	137 819
Mafra	86 515	1,646	51 981
Oeiras	171 658	1,240	77 672
Sintra	385 606	1,332	187 456
Sistema AMTRES	857 903	1,453	454 928

*Dados do INE referentes ao Censos de 2021 (nº de habitantes)

**Dados de produção relativos a 2022 (toneladas)

***Toneladas correspondentes à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos, a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector.

Com mais de três décadas de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento.

Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais), pelo Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra).



Localização das infra-estruturas da TRATOLIXO

3 - ERICEIRA

- Ecocentro

2 - ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA

- Central de Digestão Anaeróbia (CDA) - em requalificação
- Células de Confinamento Técnico (CCT)
- Ecocentro
- Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)

1 - ECOPARQUE DE TRAJOUCE

- Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) - em requalificação
- Central de Triagem de Embalagens
- Estação de Transferência de RU
- Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)
- Central de Compostagem de Resíduos Verdes

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O âmbito proposto contempla todos os processos e unidades da empresa envolvidos nas atividades de gestão e tratamento dos RU.

A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001 – Sistema de Gestão da

Qualidade – pela NP EN ISO 45001 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e no caso específico da nova Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira e Ecocentro da Ericeira, pela norma NP EN ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental.

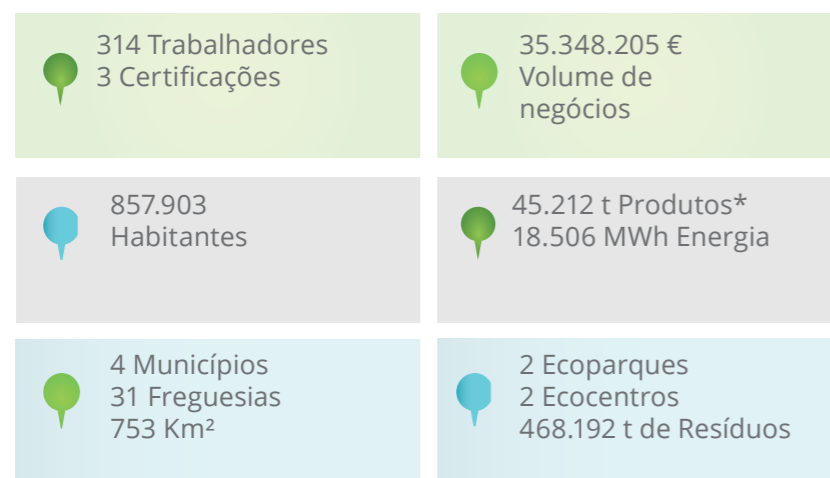
A empresa tem vindo a realizar um conjunto de ações e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RU numa óptica de sustentabilidade.

Com um longo e vasto know how no domínio do tratamento de resíduos, a empresa faz questão

de colaborar e participar activamente na troca de experiências e partilha de conhecimento a nível nacional e internacional, por intermédio das associações sectoriais das quais é associada.

Por essa razão, a TRATOLIXO é Silver Member da International Solid Waste Association (ISWA), é associada da Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA) de modo a estar a par dos principais desenvolvimentos no sector dos resíduos, associada da Smart Waste Portugal (SWP) – para efeitos de participação em projectos e discussão pública de temas estratégicos para a empresa – associada da *World Biogas Association* (WBA) – associação comercial global dos sectores de biogás, gás de aterro e digestão anaeróbica (DA) – é associada da Associação para a Gestão de Resíduos ESGRA – associação que tem como missão a promoção dos interesses dos seus associados no âmbito da gestão e tratamento de resíduos e o seu desenvolvimento estratégico a nível nacional – e associada da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) – entidade nacional vocacionada para o estudo, desenvolvimento e divulgação de conhecimentos nos sectores ambientais de águas e resíduos - e associada colectiva da Associação de Transferência de Tecnologia e Conhecimento Para Empresas e Instituições (ATTCEI) que é uma rede para a Investigação e Inovação que conta com mais de 40 Investigadores especialistas, em diferentes áreas do conhecimento, a colaborar com as Empresas suas Associadas.

1.2 Perfil TRATOLIXO



Dimensão da organização

**Apenas produtos recicláveis. Não considera composto, estilha e RE valorizados organicamente.*

1.3 Curriculum Vitae dos Administradores



Nuno Soares
Presidente

Nasceu em Fevereiro de 1980. Casado, uma filha. Mestrado em Engenharia do Ambiente pelo ISA, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa e Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Fluente em inglês. Trabalha em instituições públicas, há cerca de 19 anos. Em complemento à sua formação académica de base, possui diversas formações complementares, quer em matéria de gestão pública na administração local, quer, em particular, nos diferentes domínios de índole ambiental.

Desde Janeiro de 2023, Presidente do Conselho de Administração na TRATOLIXO E.I.M., S.A.

Experiência profissional

De Dezembro de 2018 a Dezembro de 2022
Câmara Municipal de Mafra -Chefe de Divisão de Ambiente

Chefia da Unidade Orgânica – Divisão de Ambiente, onde se incluem todos os serviços da unidade orgânica, designadamente:

- **Área de Resíduos** – Destaca-se neste âmbito a experiência adquirida ao nível da gestão de contratos de grande envergadura, quer de empreitadas, quer de prestação de serviços, a gestão por administração directa e a coordenação directa de projectos e candidaturas a fundos nacionais e internacionais; Ainda no âmbito de matérias relacionadas com a Área de Resíduos, assinala-se também a participação como representante do Município de Mafra, na Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos (CAPER) da Tratolixo;
- Unidade de Espaços Verdes;
- Unidade de Sustentabilidade Ambiental, Alterações Climáticas, Agricultura e Mar;
- Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária;

- Área de Mercados e Feiras;
- Área de Cemitérios;
- Unidade de Infra-estruturas.

No que concerne ao desempenho das funções em apreço, destacam-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, com várias dezenas de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas, algumas delas merecedoras de reconhecimentos e distinções a nível nacional com vários convites ao longo do respectivo período para dar nota de diversos projectos e iniciativas em **Seminários e Conferências, frequentemente como orador.**

Assinala-se também a **experiência de várias candidaturas, inclusive a fundos europeus, bem como a implementação dos respectivos projectos de natureza ambiental nesse âmbito**, paralelamente, assinala-se também, alguns reconhecimentos e distinções pela respectiva Entidade Reguladora, como é o caso do **Selo de Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, alcançado já várias vezes, a última das quais em 2022, relativamente ao ano de 2021.**

Salienta-se ainda, a elevada experiência ao nível da articulação com entidades diversas, quer da administração central, quer da administração local, bem como de instituições, associações e empresas privadas no âmbito da gestão e prossecução das actividades e tarefas

enquadráveis na extensa área de atribuições da Divisão.

Desde Fevereiro de 2017

Câmara Municipal de Lisboa -Director de

Departamento de Higiene Urbana

Direcção – Departamento de Higiene Urbana,

unidade orgânica com os serviços organizados segundo a seguinte estrutura:

- Divisão de Limpeza Urbana;
- Núcleo de Estudos e Projectos;
- Núcleo de Comunicação;
- Núcleo de Sensibilização;
- Núcleo Jurídico;
- Núcleo de Contabilidade e Gestão Orçamental;
- Núcleo de Armazém;
- Núcleo de Gestão de Recursos Humanos;
- Gabinete de Obras.

No âmbito do desempenho das funções em apreço, destacam-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, com mais de 1 milhar de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas.

Destaca-se também a elevada experiência ao nível da articulação com entidades diversas, quer da administração central, quer da administração local, bem como de instituições, associações e empresas privadas no âmbito

da gestão e prossecução das actividades e tarefas enquadráveis na área de atribuições do Departamento, onde se inclui também, a articulação com parceiros institucionais de projectos europeus.

Desde Janeiro de 2014

Câmara Municipal de Mafra-Chefe de Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais

Chefia da Unidade Orgânica – Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais, onde se incluem todos os serviços da unidade orgânica, organizados segundo a seguinte estrutura de Áreas:

- Área de Resíduos Sólidos;
- Área de Jardins e Espaços Verdes;
- Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária;
- Área de Mercados e Feiras;
- Área de Cemitérios;
- Área de Esgotos;
- Gabinete de Desenvolvimento Agrícola.

No âmbito do desempenho das funções em apreço, evidenciam-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, com várias dezenas de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas, algumas delas merecedoras de reconhecimentos e distinções pela respectiva

Entidade Reguladora, como é o caso do Selo de Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, em Abril de 2014.

Desde Abril de 2012

Câmara Municipal de Mafra-Coordenador dos Serviços de Ambiente

Coordenação da Unidade Orgânica – Serviços de Ambiente, onde se incluíam todos os serviços de ambiente da Câmara Municipal de Mafra, organizados segundo a seguinte estrutura de Áreas:

- Área de Resíduos Sólidos;
- Área de Jardins;
- Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária;
- Área de Mercados e Feiras;
- Área de Cemitérios;
- Área de Esgotos.

No domínio do desempenho das funções em apreço, distinguem-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, quer ao nível técnico, quer ao nível operacional, com várias dezenas de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas, algumas delas merecedoras de reconhecimentos e distinções pela respectiva Entidade Reguladora, como é o caso do **1º Prémio a nível Nacional de Qualidade dos**

Serviços de Águas e Resíduos, na Gestão de Resíduos Urbanos, em Novembro de 2013.

Desde Novembro de 2011

Câmara Municipal de Mafra-Auditor Interno Auditor Interno, segundo o referencial da

NP EN ISO 9001:2008, na Bolsa de Auditores Internos da C.M.M. (cumulativamente,

primeiramente com a função de Coordenador dos Serviços de Ambiente, e, subsequentemente com a Chefia da Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais).

Desde Abril de 2004

Câmara Municipal de Mafra-Técnico Superior – Engenharia do Ambiente

Gestor de Processo, do Processo de Ambiente

(cumulativamente, primeiramente com a função de Coordenador dos Serviços de Ambiente, e, subsequentemente com a Chefia da Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais) –

Responsável pela implementação/manutenção dos requisitos das Normas ISO 9001:2000 e ISO 9001:2008, no âmbito da do Sistema de Certificação da Qualidade instituído na C.M.M..

Habilitações Literárias

2010

- **Mestrado em Engenharia do Ambiente.**

ISA, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

2006

- **Módulo de Emergência Ambiental da Pós-Graduação de Especialização em Gestão Ambiental e Auditorias Ambientais.**

Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.

De 1998 a 2003 (Licenciatura de 5 anos)

- **Licenciatura em Engenharia do Ambiente.**

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa.

Participações em eventos como orador

convidado - Ao longo do tempo contribuiu

com o seu testemunho para publicações

de referência em matéria de ambiente,

tendo vindo a ser convidado a participar em

diversos eventos e seminários de âmbito

nacional, designadamente como orador sobre

a temática da gestão de resíduos sólidos.

Formação Profissional complementar (alguns exemplos)

2020

- **PRORESÍDUOS – Programa Avançado de Gestão Municipal e Resíduos Urbanos.**

Fundação FEFAL – Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais.

2019

- **Curso de Formação Autárquica.**

Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.

2017

- **Curso de Mandarin Nível I.**

Ordem dos Engenheiros.

2016

- **Curso de Gestão Pública na Administração Local** (ao abrigo do artigo 14.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, com a duração global de 212 horas).

CEFA – Fundação para os Estudos e Formação Autárquica.

2014

- **RGR – Indicadores de Gestão.**

- **Novo Quadro Legal RGR.**

2013

- **Curso de Formação Profissional em PNL.**

- **RGR – Formalização e Implementação de Procedimentos.**

- **Curso de Formação Profissional em “Gestão Estratégica – Balanced Scorecard e QUAR”.**

2012

- **Mini MBA.**

- **Curso de Formação Profissional em “Aprender a Gerir o Stress Pessoal e Profissional”.**

- **Curso de Formação Profissional em “Auditorias II”.**

- **Curso de Formação Profissional em “Gestão de Equipas de Trabalho”.**

- **Curso de Formação Profissional em “Gestão de Conflitos”.**

- **Curso de Formação Profissional em “Gestão de Reclamações”.**

2011

- **Curso de Formação Profissional em “Auditorias Internas da Qualidade: Metodologias de Aplicação”.**

- **Formação sobre Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.**

- **Curso de Formação Profissional em “Sistemas de Gestão da Qualidade na Administração Local”.**

2008

- **Curso de Formação Profissional em Sistemas de Gestão da Qualidade.**

- **Curso de Formação Profissional em Gestão de Equipas de Trabalho.**

- **Curso de Formação sobre o Novo Código de Contratação Pública.**

- **Formação Pedagógica de Formadores – Com obtenção do CAP.**

2005

- **Formação Profissional em Folha de Cálculo Excel – Avançado.**

1999

- **Curso de Gestão de Estações de Tratamento de Águas Residuais.**



João Dias
Vogal

Nasceu em Setembro de 1978. Casado, dois filhos. Bacharel (pré-Bolonha) em Contabilidade e Administração de Empresas, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL). Fluente em inglês. Completou o MBA em "International Business Administration" no ISEG. Experiência em planeamento e controlo orçamental, investimentos e gestão de auditorias. Tem competências em Finanças, Contabilidade, Economia, Internacionalização de Negócios e Empreendedorismo.

Desde Maio de 2022, Vogal do Conselho de Administração na TRATOLIXO E.I.M., S.A.

Experiência profissional

Desde Janeiro 2018 a Abril 2022

SPORTSANTHO, S.A., Lisboa Director Financeiro

Gestão administrativa e financeira da empresa (grupo);

Elaboração de relatórios das actividades de controlo interno financeiro do grupo; Definição das políticas e práticas de gestão de tesouraria do grupo;

Supervisão das actividades de planeamento e

controlo orçamental;

Elaboração e *report* das contas anuais em conformidade com as IFRS e IAS; Avaliação e gestão do portfolio dos investimentos das empresas do grupo - Sustainable Finance; Relação com instituições bancárias nacionais e estrangeiras;

Gestão das actividades de auditoria interna e relação com os auditores externos;

2002 – 2017 GECONTE, LDA. , Oeiras

Director Financeiro

Gestão administrativa e financeira da empresa; Supervisão das actividades de planeamento e controlo orçamental;

Elaboração e *report* das contas anuais em conformidade com as IFRS e IAS; Coordenação dos report's de análise de risco, performance financeira e fluxos de caixa; Gestão das actividades de auditoria interna e relação com os auditores externos; Gestão de Recursos Humanos;

Elaboração e gestão de candidaturas a fundos estruturais de investimento – IAPMEI;

2013 – 2015 - CONCEITO 02, Luanda, Angola

Formador Técnico Freelancer

Formador técnico nas áreas de Contabilidade, Gestão Orçamental e de Património;

2000 – 2002 - CGI LOGICA [CASE (ACE Holding, S.A. EDP Group)], Lisboa

Controller financeiro

Responsável da equipa financeira. Actividades de análise de performance financeira da empresa e apresentação de resultados no conselho de administração; Planeamento estratégico de investimentos a realizar, consoante rácios de retorno do investimento; Actividades de auditor interno, responsável por acompanhar a auditoria externa assegurada pelos auditores externos;

1998 – 2000- GECONTE, LDA. , Oeiras

Contabilista Júnior

Elaboração de demonstrações financeiras; Realização de contabilidade financeira e de custos – sector lucrativo e não lucrativo; Processamento de salários, conforme legislação laboral vigente.

Formação e Qualificações

2021- Formação executiva ISEG (Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa

Sustainable Finance: Green and Climate Finance

2018-2021 - ISEG (Lisbon School of Economics & Management), Universidade de Lisboa

MBA ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

1998-2004 - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)

Bacharel (pré-Bolonha) em Contabilidade e Administração de Empresas, Tese final Análise comparativa do reconhecimento de receitas entre o IASB (Europa) e FASB (EUA).

Outras Certificações

Ordem dos Contabilistas Certificados, emitido em Out. de 2004.

AACSB-Business Education. Connected,

Associação global sem fins lucrativos, que conecta educadores, estudantes e empresas para alcançar um objetivo comum: criar a próxima geração de grandes líderes.

AMBA-Autoridade imparcial de certificação em educação de gestão de pós-graduação definida com padrões internacionais com padrões internacionais.

Competências Informáticas

SENDYS Software, Primavera Software and PHC Software, Nível "Expert".

Microsoft Office Suite, Nível Avançado.



Inês Diogo
Vogal

Engenheira do Ambiente com mais de 20 anos de experiência diversificada em gestão pública e privada. Especialista em Gestão de Resíduos e Economia Circular. Competências em diferentes áreas técnicas do ambiente, nomeadamente gestão de resíduos, eficiência de recursos, economia circular, descarbonização e transição energética. Experiência em gestão e na elaboração de políticas públicas, planeamento estratégico e negociação UE/ internacional. Tem mais de 6 anos em cargo superior de gestão na Administração Pública Central Portuguesa com diferentes pelouros entre os quais a gestão de resíduos. Desde Maio de 2022, Vogal do Conselho de Administração na TRATOLIXO E.I.M., S.A.

-Set 2022 - Presente - Diretora de Ambiente e Sustentabilidade / Madoqua Ventures, Portugal
Diretora de Ambiente e Sustentabilidade do projecto Madoqua Power2X (líder mundial de hidrogénio e amoníaco verdes) em Sines. A Madoqua Ventures é uma empresa de desenvolvimento de projetos luso-holandesa focada na transformação industrial através de projetos de descarbonização e transição energética.

Experiência profissional

- Dez 2019 - Set 2022 - Diretora Executiva/
Coordenadora Técnico-Científica c5Lab -
Sustainable Construction Materials Association,
Lisboa

Gestão técnica e científica global das actividades do c5Lab, em articulação estratégica com o Conselho de Administração. Gestão das equipas de investigação e dos projectos de investimento / I&D. Desenvolve a articulação com os parceiros científicos e tecnológicos, nacionais e internacionais, promove e coordena a elaboração e submissão de propostas de projectos de I&D estratégicos.

O c5Lab é um Laboratório colaborativo que desenvolve a sua investigação como objectivo de ajudar à descarbonização, à transição energética e para a economia circular, da indústria cimenteira, através do desenvolvimento de tecnologias inovadoras para a produção sustentável de cimento, argamassa e betão com reduzido impacto ambiental.

Set. 2018 - Mai. 2019 - Directora Executiva
NOVA Cidade - Urban Analytics Lab. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

Gestão da NOVA Cidade, na NOVA IMS, incluindo a coordenação funcional das suas actividades, promoção de estratégias e gestão de projectos de inovação no âmbito das *Smart Cities*, incluindo *Circular Cities*.

Jan. 2012 - Mai 2018 - Vogal do Conselho Directivo (Vice Presidente)
Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa

Responsável pela gestão dos seguintes pelouros: Gestão de Resíduos (onde foi a Autoridade Nacional de Resíduos; fluxos específicos resíduos, resíduos perigosos, passivos ambientais, responsabilidade ambiental), Economia Circular, Laboratório de Referência do Ambiente, Tecnologias e Sistemas de Informação, Comunicação e Cidadania Ambiental, Avaliação Ambiental (extração de inertes e pedreira) e Fundo de Intervenção Ambiental.

Incluindo o licenciamento de Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos, Entidades Gestoras de Resíduos (responsabilidade alargada do produtor), Operadores de Gestão de Resíduos. Preparação e coordenação de Planos estratégicos (por exemplo PERSU 2020 - com a definição de metas nacionais para os resíduos urbanos, Plano Nacional de Gestão de Resíduos) e planos de acção (Plano de Acção da Economia Circular). Propostas legislativas, normas técnicas e regulamentos. Sistema Nacional de

Informação do Ambiente (SNIAmb). Sistema Integrado para o Licenciamento do Ambiente (SILiAmb). Guias electrónicas de acompanhamento de resíduos (eGAR).

Integrou o *European Advisory Board* do projeto europeu *UrbanWINS*. Participou no Circular Economy 100 (CE100) *Network da Ellen MacArthur Foundation*, tendo integrado o grupo *Circular Economy in Cities*.

Jul 2011 - Jan 2012 - Assessora
Ministério do Ambiente. Secretaria de Estado Ambiente Ordenamento do Território (SEAOT), Lisboa

Responsável pela área do Ambiente na SEAOT, nomeadamente dos resíduos.

Nov 2010 - Jun 2011 Plant Manager Ambimed (*Stericycle Group*), Barreiro

Gestão operacional e financeira da Unidade de Tratamento de Resíduos Hospitalares (UTRH) Barreiro.

Responsável pela área administrativa da UTRH.

Abr 2006 - Out. 2010 - Directora de Ambiente, Produção e logística Tratospital, Trajouce

Gestão operacional da Unidade de Tratamento de Resíduos Hospitalares e da logística de recolha de resíduos hospitalares. Implementação e manutenção do SGQ. Directora Técnica.

Out 2003 - Fev 2006 - Engenheira Sanitarista Sisáqua, Oeiras

Gestão de contratos de consultoria, estudos e projectos nas áreas de gestão de Resíduos,

Águas Residuais e Águas de Abastecimento.
Acompanhamento Ambiental de obras.

Abr 2002 - Ago 2002

Engenheira de Modelação Earth Tech UK, Wakefield, England

Hydraulic Modeling of Water Distribution Systems - Modelação de Sistemas de Abastecimento de Água. Engenharia e Consultoria na área de Projecto, Águas de Abastecimento e Águas Residuais.

Set 2001 - Set 2003 - Engenheira do Ambiente Earth Tech/TYCO Engenharia, Lisboa

Planeamento e Controlo de Custos e apoio à Fiscalização de obras. Elaboração de Projectos de Redes na área de Águas de Abastecimento.

Formação e Qualificações

2010 - 2011 - Mestrado em Eng. do Ambiente Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa - Mestrado em Engenharia do Ambiente, perfil Engenharia Sanitária, por Licenciados Pré-Bolonha.

2005 - 2006 - Pós-Graduação em SHT Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisbon

CAP Técnico Superior de Segurança e Higiene (nível V).

1995 - 2000 - Licenciatura em Eng. do Ambiente Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

Licenciatura em Engenharia do Ambiente ramo Sanitária.

Cursos

2012 - Curso Intensivo de Gestão – The 6 days Mini-MBA INDEG/ISCTE (Instituto para o Desenvolvimento de Gestão Empresarial).

2013 - CAGEP – Curso Avançado de Gestão Pública Instituto Nacional de Administração Pública (INA).



1.4 Composição dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros, 2 Membros Executivos (um dos quais era o Presidente do Conselho de Administração) e 1 Membro Não Executivo.

A partir de 1 de Janeiro de 2023, a composição dos órgãos sociais da TRATOLIXO passou a ser a seguinte:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Afonso Morais

Secretário: Eng.º José Manuel Alves Crespo Afonso

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Eng.º Nuno Manuel Vicente Esteves Soares – Presidente (Câmara Municipal de Mafra)

Dr. João Filipe Crisóstomo Dias – Administrador Executivo (Câmara Municipal de Oeiras)

Eng.ª Inês Folgado Diogo – Administradora Não Executiva (Câmara Municipal de Cascais)

Dr.ª Maria da Piedade de Matos Pato Mendes (Câmara Municipal de Sintra, Observador)

FISCAL ÚNICO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., N.º SROC 223, representada por Ana Isabel Calado da Silva Pinto, ROC nº 1103.

FISCAL SUPLENTE

Pedro Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.º 1318.

Ao longo de 2022, procederam-se às seguintes alterações na composição do Conselho de Administração da TRATOLIXO:

Novembro 2020 – Janeiro 2022

Eng.º João Manuel Pereira Teixeira – Presidente (Câmara Municipal de Sintra)

Dr. Fernando Sousa Ferreira – Administrador Executivo (Câmara Municipal de Cascais)

Dr.ª Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho – Administradora Não Executiva (Câmara Municipal de Mafra)

Dr.ª Joana Micaela Salvador Baptista representada por Dr.ª Zalinda Maria Campilho Coelho (Câmara Municipal de Oeiras, Observador)

Fevereiro 2022 – Abril 2022

Eng.º João Manuel Pereira Teixeira – Presidente (Câmara Municipal de Mafra)

Dr.ª Zalinda Maria Campilho Coelho – Administradora Executiva (Câmara Municipal de Oeiras)

Dr. Fernando Sousa Ferreira – Administrador Não Executivo (Câmara Municipal de Cascais)

Dr.ª Maria da Piedade de Matos Pato Mendes (Câmara Municipal de Sintra, Observador)

Maio 2022 – Dezembro 2022

Eng.º João Manuel Pereira Teixeira – Presidente (Câmara Municipal de Mafra)

Dr. João Filipe Crisóstomo Dias – Administrador Executivo (Câmara Municipal de Oeiras)

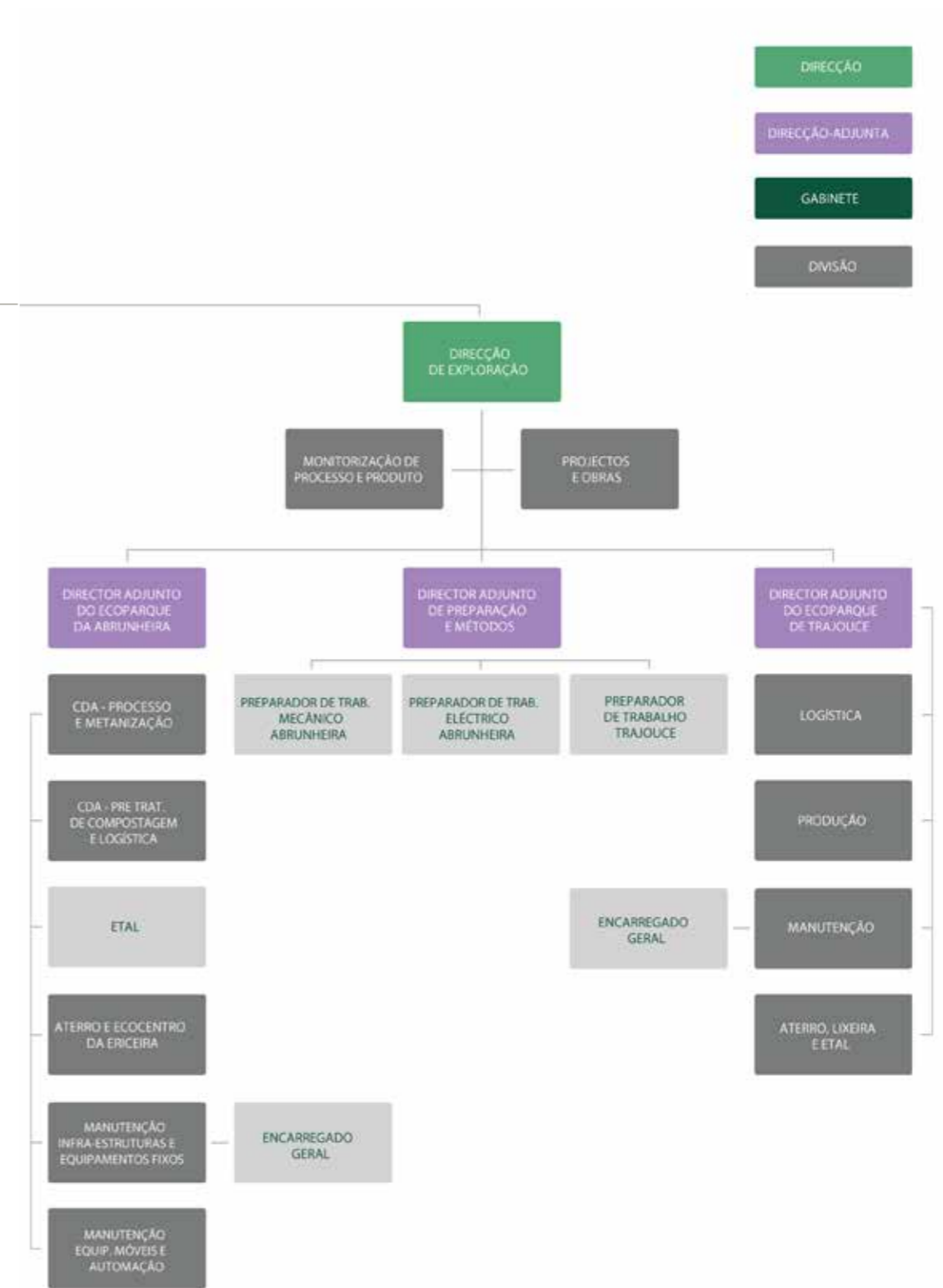
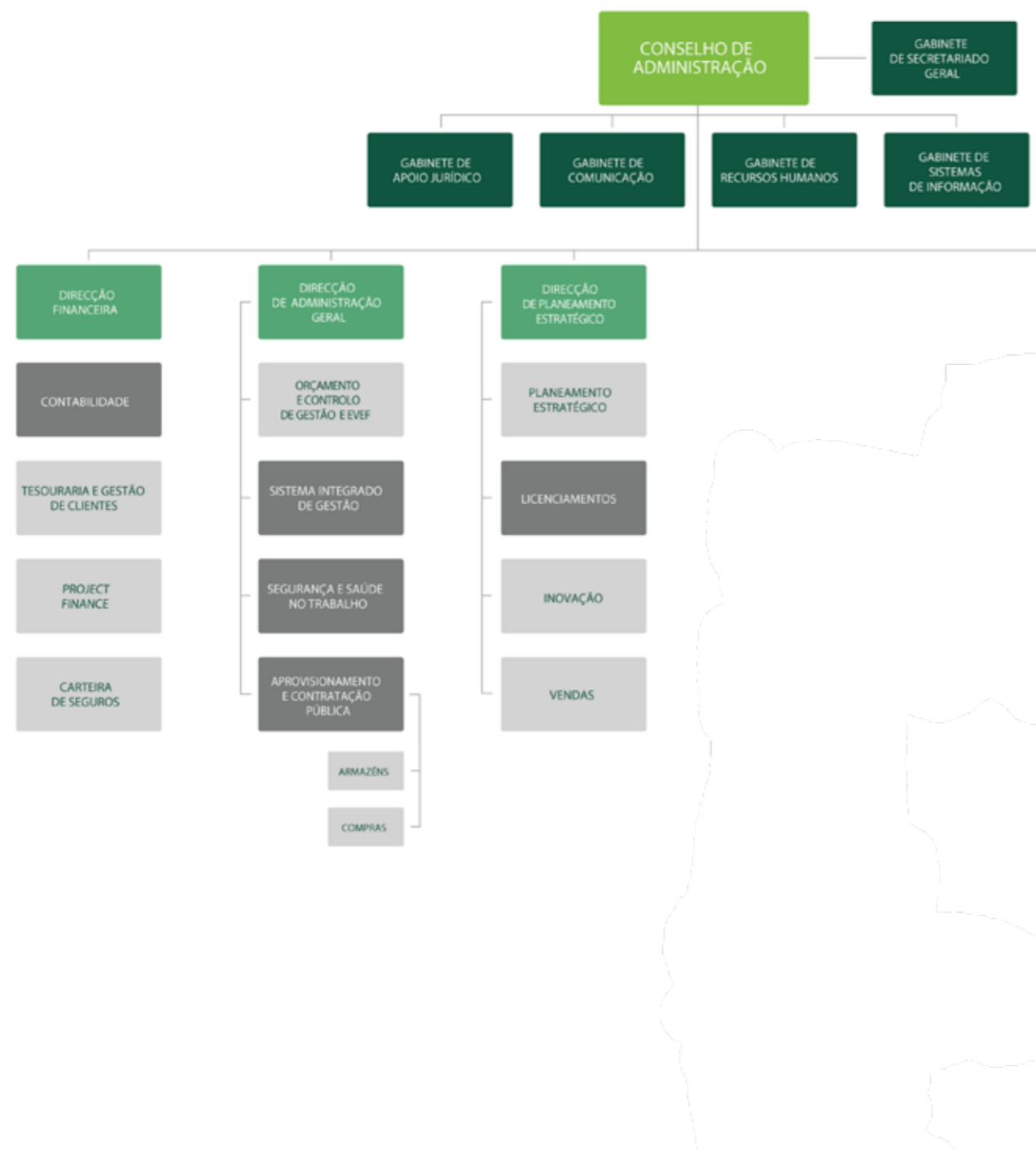
Eng.ª Inês Folgado Diogo – Administradora Não Executiva (Câmara Municipal de Cascais)

Dr.ª Maria da Piedade de Matos Pato Mendes (Câmara Municipal de Sintra, Observador)



1.5 Organização da Empresa

A estrutura funcional da empresa é apresentada no organigrama seguinte.



Actualizado em Dezembro de 2016

1.6 Missão, Visão e Política Integrada

A TRATOLIXO tem como missão assegurar o tratamento e a valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos nos quatro Municípios integrantes da AMTRES (Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade.

Tem como visão utilizar as técnicas mais avançadas, seguras e ambientalmente adequadas, no tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, dando especial ênfase à valorização e considerando-os como fonte de potencial matéria-prima.

POLÍTICA INTEGRADA

DA QUALIDADE, AMBIENTE, SEGURANÇA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

- 1 Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Urbanos.
- 2 Estabelecer e implementar as ações necessárias para o cumprimento dos objetivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria-prima) e o crescimento sustentável.
- 3 Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.
- 4 Proteger o ambiente, prevenindo a poluição e assegurando a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.
- 5 Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.
- 6 Proporcionar aos trabalhadores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.
- 7 Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratados para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.
- 8 Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.
- 9 Proporcionar mecanismos, tempo e recursos necessários à consulta e à participação dos trabalhadores.
- 10 Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.
- 11 Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la. Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objetivos da TRATOLIXO.
Revisão 6, aprovada a 29 de Setembro de 2020

TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., SA
O Presidente do Conselho de Administração

tratolixo
gestão de resíduos urbanos
www.tratolixo.pt



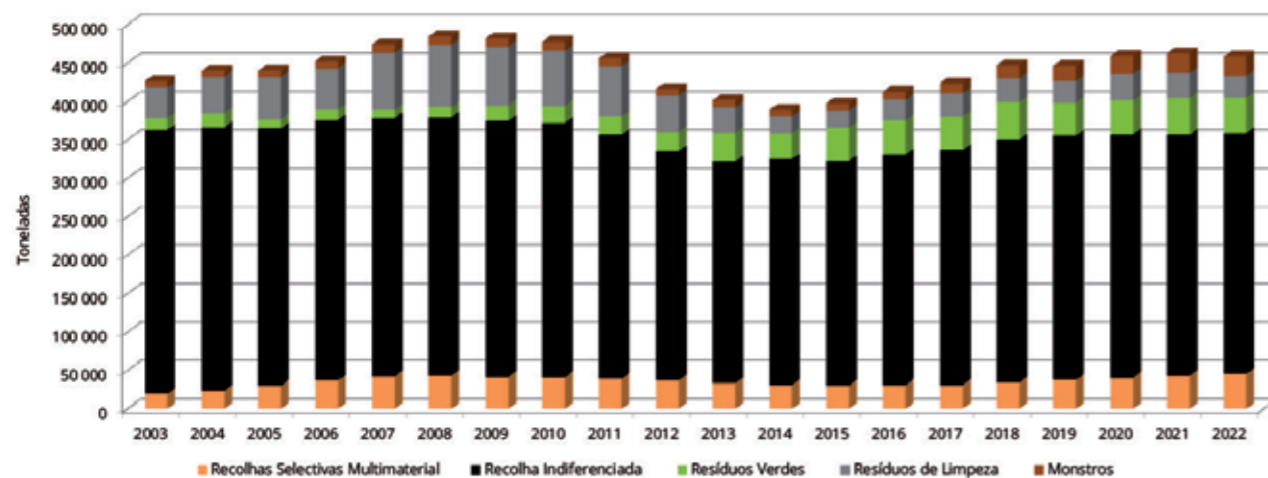
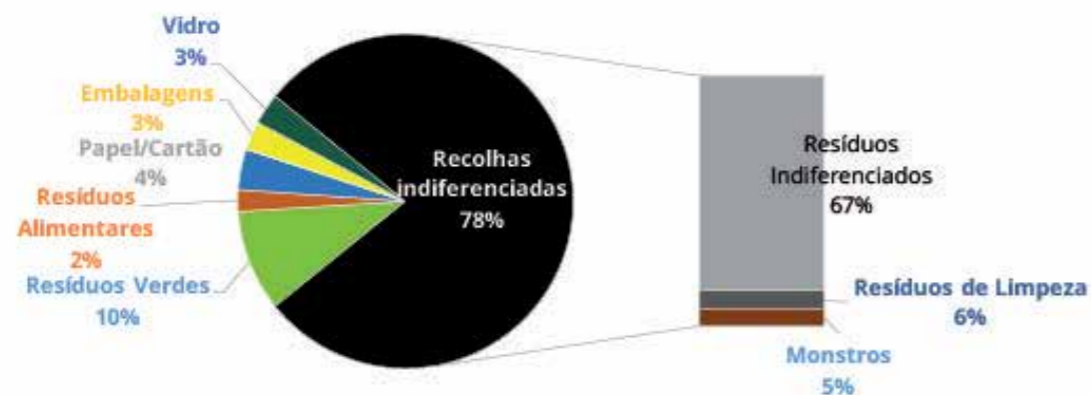
2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2022

2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2022

2.1 Resíduos Recebidos

A actividade da TRATOLIXO está totalmente ligada à quantidade e tipologia de resíduos recolhidos na sua área de intervenção, que são seguidamente entregues nas suas instalações para tratamento. Os resíduos produzidos pelos municípios que integram o Sistema AMTRES são divididos, quanto à sua natureza, em Resíduos Urbanos provenientes de recolha selectiva – que engloba os resíduos oriundos de recolha selectiva multimaterial (RSMM) de vidro, papel/cartão e embalagens e também os resíduos oriundos de recolha selectiva de biorresíduos (resíduos verdes e resíduos orgânicos (RO)) – e em resíduos provenientes de recolha indiferenciada – categoria na qual se incluem os resíduos indiferenciados, monstros e resíduos de limpeza.

A proporção de cada tipo de resíduo e a sua evolução quantitativa encontra-se representada nos gráficos seguintes.



O ano de 2022 começou com o mês de Janeiro a apresentar uma produção de resíduos ao nível do Sistema AMTRES superior ao período homólogo de 2021 em cerca de +3%, resultado esse que se deveu ao aligeiramento das medidas de combate à pandemia de COVID19 – iniciadas em meados de 2021 – que tinham permitido o desconfinamento das populações e a reabertura de diversas actividades sociais e económicas, situação que se traduziu numa certa normalização da produção de resíduos. Note-se que o ano de 2021 tinha terminado com um desvio positivo (+4.649 t, ou seja, +1,00%) na produção global de resíduos face a 2020, o ano mais crítico desta situação de saúde pública mundial.

A expectativa para a actividade de recepção de resíduos no início de 2022 era, por isso, optimista.

Porém, a partir de Fevereiro de 2022, a realidade alterou-se drasticamente na sequência do início da Guerra da Ucrânia, que veio agravar os custos energéticos e de combustíveis, bem como intensificar a escassez de recursos e matérias-primas que já se vinha a sentir no decurso da pandemia.

Com este grau de incerteza relativo à conjuntura geopolítica, a produção global de resíduos do Sistema AMTRES foi sofrendo progressivamente ao longo dos meses uma quebra intensa, que apenas desacelerou a partir de Agosto, não tendo, contudo, sido suficiente para inverter o comportamento de decréscimo.

Desta forma, constata-se que durante o ano de 2022 foram recebidos um total de 468.192 t de resíduos provenientes dos municípios do Sistema AMTRES e entidades particulares, o que representa um desvio negativo de -0,6 % (-2.826 t) que pode ser observado no quadro seguinte.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2021-2022
Cascais (t)	134 883	141 201	141 096	138 709	140 098	137 819	-1,6%
Mafra (t)	42 374	46 158	47 310	48 263	51 469	51 981	1,0%
Oeiras (t)	74 452	79 689	79 437	79 596	78 785	77 672	-1,4%
Sintra (t)	170 497	177 924	178 332	191 358	190 549	187 456	-1,6%
Particulares (t)	7 880	10 556	9 029	8 443	10 116	13 264	31,1%
TOTAL DE RESÍDUOS (t)	430 086	455 528	455 203	466 369	471 017	468 192	-0,6%

Atendendo às respectivas características populacionais, económicas e de actividade, o decréscimo acima reportado não foi semelhante em todos os Municípios da área de intervenção da TRATOLIXO, uma vez que no município de Mafra ocorreu um ligeiro crescimento na produção de resíduos – variação de +512 t e +1,0% face ao ano anterior.

O total de resíduos recebidos em 2022 deveu-se, principalmente, aos decréscimos registados nas recolhas de resíduos de limpeza (-3.904 t e -12,2%) e resíduos verdes (-2.031 t e -4,2%) – enquanto circuitos especiais de recolha – que, em conjunto, apresentaram um desvio total de -5.935 t face ao ano de 2021. Esse facto pode ser observado na análise individual de cada origem de resíduos por município que se demonstra de seguida, primeiramente nos dados referentes às recolhas indiferenciadas apresentadas abaixo.

	RECOLHAS INDIFERENCIADAS (RI)						
Tipologia de resíduo (t)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2021-2022
INDIFERENCIADOS (t)	305 835	315 838	317 832	316 824	313 569	313 365	-0,1%
Cascais (t)	89 563	90 321	89 891	87 811	86 366	86 489	0,1%
Mafra (t)	31 956	33 414	33 476	35 285	36 341	36 000	-0,9%
Oeiras (t)	58 017	59 639	59 790	57 127	56 025	55 512	-0,9%
Sintra (t)	126 030	132 204	134 456	136 419	134 084	132 973	-0,8%
Particulares (t)	269	260	219	182	754	2 392	217,3%
LIMPEZA (t)	30 409	30 378	28 231	34 460	32 099	28 194	-12,2%
Cascais (t)	7 602	8 022	8 156	6 607	6 030	3 190	-47,1%
Mafra (t)	1 852	2 256	3 134	3 835	3 152	4 147	31,5%
Oeiras (t)	2 639	4 697	2 947	4 703	4 208	2 830	-32,7%
Sintra (t)	18 306	15 356	13 950	19 256	18 606	17 912	-3,7%
Particulares (t)	10	46	44	58	102	115	13,0%
MONSTROS (t)	13 260	17 380	19 999	23 271	26 094	25 129	-3,7%
Cascais (t)	3 778	4 908	4 974	4 896	5 012	4 524	-9,8%
Mafra (t)	2 388	2 759	3 569	3 164	3 813	3 060	-19,7%
Oeiras (t)	2 029	2 284	3 042	4 348	4 944	4 291	-13,2%
Sintra (t)	2 674	4 050	5 543	7 813	8 830	8 059	-8,7%
Particulares (t)	2 392	3 379	2 872	3 050	3 495	5 195	48,6%
TOTAL RECOLHAS INDIFERENCIADAS (t)	349 504	363 595	366 062	374 556	371 761	366 688	-1,4%

Da análise do quadro anterior verifica-se, assim, uma nítida redução no conjunto das recolhas de origem indiferenciada (-5.074 t e -1,4%) verificada em todas as tipologias de resíduos desta categoria de recolha, mas justificada sobretudo com a já referida diminuição dos quantitativos de resíduos de limpeza (-3.904 t e -12,2%) – realidade apenas não observada nas entregas do município de Mafra e de particulares – e de monstros (-965 t e -3,7%) – desta vez com diminuição patente em todos os municípios do Sistema AMTRES à excepção das entregas de particulares.

Ainda nesta categoria de recolha, destaque também para o decréscimo na recolha de resíduos indiferenciados (-204 t e -0,1%), que contrasta com o que é registado nas recolhas selectivas.

Precisamente, no que às recolhas de origem selectiva diz respeito e, em concreto, na recolha selectiva multimaterial, registou-se um crescimento de 6,0% (+2.581t) em 2022, como se pode verificar no quadro seguinte.

	RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (RSMM)						
Tipologia de resíduo (t)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2021-2022
PAPEL/CARTÃO (t)	12 185	14 379	15 449	16 757	17 326	18.489	6,7%
Cascais (t)	3 797	4 601	4 861	5 006	5 267	5.686	8,0%
Mafra (t)	1 230	1 359	1 585	1 779	1 816	2.244	23,5%
Oeiras (t)	3 442	3 786	3 996	4 168	4 341	4.456	2,7%
Sintra (t)	3 712	4 613	4 999	5 768	5 841	6.064	3,8%
Particulares (t)	5	20	9	37	61	40	-34,7%
EMBALAGENS DE PLÁSTICO, METAL E ECAL (t)	8 238	8 966	10 330	11 007	12 285	12 991	5,7%
Cascais (t)	2 476	2 750	3 102	3 226	3 506	3 742	6,7%
Mafra (t)	735	792	939	1 113	1 725	1 803	4,5%
Oeiras (t)	2 003	2 301	2 518	2 631	2 817	2 898	2,9%
Sintra (t)	2 990	3 075	3 743	4 007	4 230	4 518	6,8%
Particulares (t)	34	49	26	29	8	28	274,1%

Tipologia de resíduo (t)	RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (RSMM)						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2021-2022
VIDRO (t)	10 449	10 885	11 894	12 542	13 360	14.072	5,3%
Cascais	3 309	3 488	3 785	3 756	4 106	4.588	11,7%
Mafra	1 160	1 211	1 319	1 422	1 539	1.615	5,0%
Oeiras	2 274	2 379	2 616	2 902	2 918	2.948	1,0%
Sintra	3 700	3 808	4 161	4 462	4 798	4.921	2,6%
Particulares	6	0	13	1	0	0	-
TOTAL RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	30 872	34 231	37 673	40 306	42 970	45.551	6,0%

O total registado em 2022 nas recolhas selectivas multimaterial foi de 45.551 t, valor que, pelo segundo ano consecutivo, consegue ultrapassar o resultado máximo do Sistema AMTRES obtido ainda em 2008 em situação de pré-crise económica, ficando o ano de 2022 também considerado como o momento em que se obteve novo valor máximo atingido pelo Sistema em toda a sua história.

Para esta realidade contribuíram os aumentos na recepção de todos os materiais provenientes do ecoponto, embora com maior destaque para o material papel/cartão (+1.163t e +6,7%) e o vidro (+712 t e + 5,3%) verificável pelo crescimento destas recolhas em todos os municípios.

**RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL
COM RESULTADO RECORD NA HISTÓRIA
DA TRATOLIXO!**

Este desempenho estará associado à aposta dos municípios e TRATOLIXO na sensibilização e ao desenvolvimento, pelos municípios, de novos projectos de recolha Selectiva nas suas áreas de intervenção, tais como os projectos ligados ao Sistema de incentivo de embalagens de bebidas não reutilizáveis de plástico, metal ou vidro (Projecto i-Rec da Cascais Ambiente e o Projecto Mafra Reciclar a Valer +), projectos de recolha selectiva de fracções valorizáveis de resíduos (Projecto “Ecocentro Móvel”, Projecto “Mais Vidro Mais Reciclagem” do município de Cascais) e Recolha Selectiva Porta-a-Porta (em Cascais e Oeiras).



Projectos de Recolha Selectiva Multimaterial nos municípios do Sistema AMTRES.



Já no respeitante à recolha selectiva de biorresíduos, esta apresentou um resultado que revela um decréscimo de -0,6% e -333 t, como atestado no quadro seguinte.

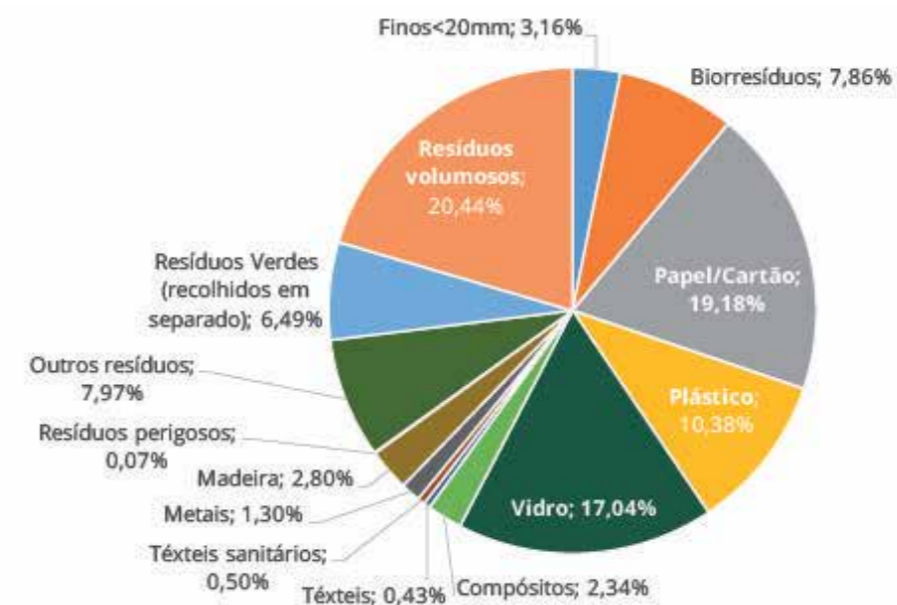
Tipologia de resíduo (t)	RECOLHA SELECTIVA DE BIORRESÍDUOS						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2021-2022
ORGÂNICOS (t)	6 429	8 588	8 784	7 387	8 093	9 791	21,0%
Cascais (t)	0	626	1 446	1 031	1 208	2 144	77,4%
Mafra (t)	622	577	634	671	563	515	-8,5%
Oeiras (t)	754	775	907	635	642	1 177	83,3%
Sintra (t)	0	0	0	0	0	568	+100,0%
Particulares (t)	5 053	6 610	5 797	5 050	5 680	5 388	-5,1%
VERDES (t)	43 281	49 115	42 683	44 121	48 192	46 161	-4,2%
Cascais (t)	24 359	26 487	24 881	26 375	28 603	27 458	-4,0%
Mafra (t)	2 431	3 790	2 653	994	2 520	2 597	3,1%
Oeiras (t)	3 294	3 828	3 620	3 083	2 892	3 559	23,1%
Sintra (t)	13 085	14 817	11 479	13 634	14 161	12 440	-12,1%
Particulares (t)	111	192	50	35	16	106	574,0%
TOTAL BIORRESÍDUOS (t)	49 710	57 703	51 467	51 508	56 286	55 953	-0,6%



Este resultado deve-se ao já mencionado decréscimo observado nos resíduos verdes (-2.031 t e -4,2%) – comportamento que também não foi semelhante em todos os municípios – sendo que, em contrapartida, se registou um franco desenvolvimento nas recolhas de resíduos orgânicos (restos de comida) (+1.698 t e +21,0%) – embora não detectada em todos os municípios – coadjuvada pela prossecução dos projectos-piloto dos sacos verdes.

O resultado global obtido nas recolhas de resíduos orgânicos é, no entanto, muito animador.

Segundo o RARU 2021 a recolha selectiva destes resíduos a nível nacional tem ainda pouca expressão, 7,86% conforme gráfico seguinte, pois é uma recolha recente e ainda não totalmente disseminada a nível nacional – a obrigatoriedade de recolha selectiva começa em 2024 – embora já exista em 12 SGRU, um dos quais a TRATOLIXO.



Caracterização física da recolha selectiva e outras recolhas, dos RU produzidos em Portugal Continental, em 2021. (Fonte: RARU 2021, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.)

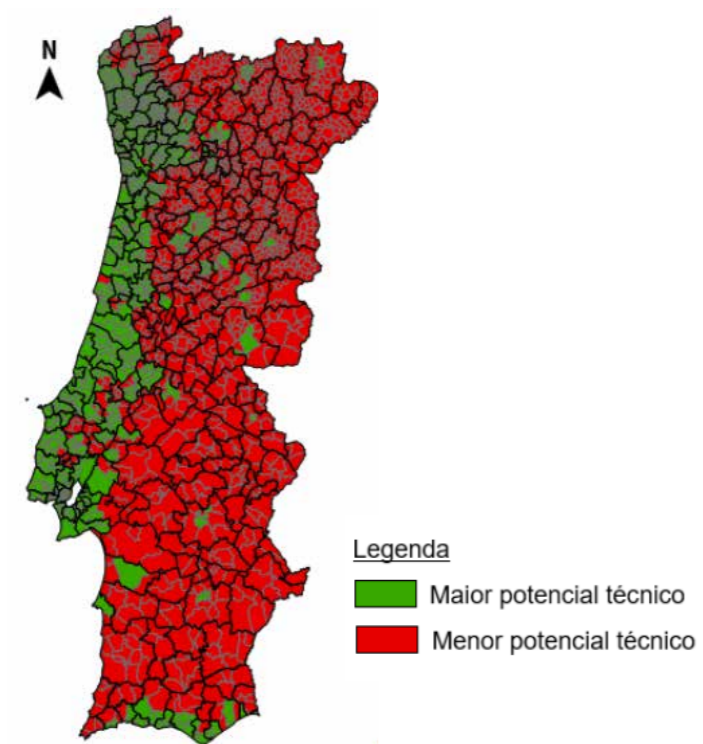
Refira-se que, na TRATOLIXO esta tipologia de recolha tem já um peso total de 12%, o que representa, face ao potencial, cerca de 25% da recolha selectiva de biorresíduos.

A TRATOLIXO É UM DOS SGRU QUE ANTECIPOU A RECOLHA SELECTIVA DE BIORRESÍDUOS FACE AO "DEADLINE" LEGAL!

A recolha selectiva de biorresíduos, conjugada com o contributo através do seu tratamento na origem, tem um peso muito significativo para atingir os objectivos impostos nas metas comunitárias de gestão de resíduos.

Salienta-se também que a relevância do território servido pela TRATOLIXO para o atingimento das metas é atestada no "Estudo Prévio sobre a implementação da recolha selectiva em Portugal Continen-

tal incidindo em especial sobre o fluxo dos biorresíduos” da APA elaborado pela Ernest & Young, o qual estabelece a TRATOLIXO como um dos três únicos SGRU nacionais a possuir 100% da sua área geográfica de intervenção referenciada a verde, ou seja, com potencial de recolha selectiva de biorresíduos, como consta da figura seguinte.



Modelo de potencial técnico de implementação de recolha selectiva de biorresíduos. (Fonte: Estudo prévio sobre a implementação da recolha selectiva em Portugal Continental incidindo em especial sobre o fluxo dos biorresíduos, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.)

Note-se que as políticas nacionais em matéria de gestão de resíduos deram enorme relevância aos biorresíduos e atendendo à obrigatoriedade legal de proceder à sua recolha selectiva, esta deverá já estar a funcionar em 2023, o que representa um grande desafio para todos os municípios do País, pese embora todos os municípios do Sistema AMTRES já tenham, à data, projectos-piloto no terreno para garantir o cumprimento desta legislação.

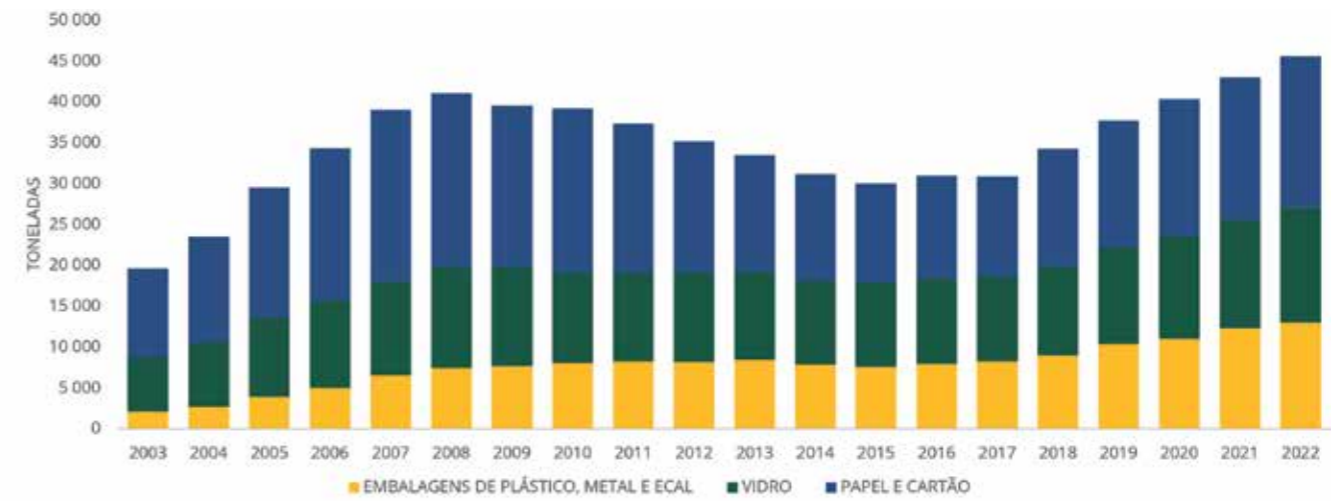
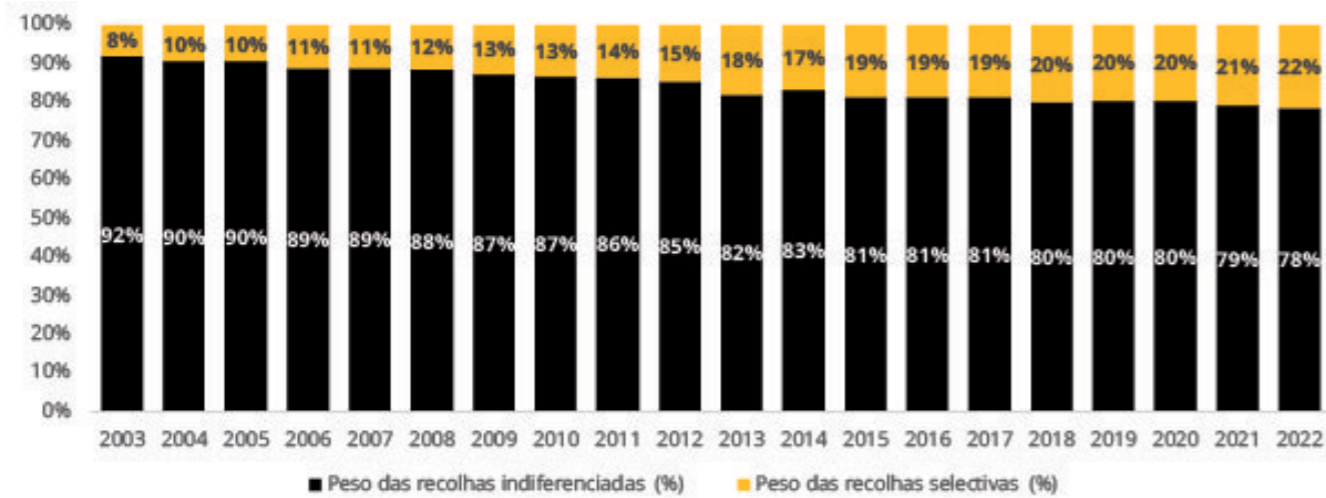


Implementação de projectos-piloto de recolha selectiva de biorresíduos nos municípios do Sistema AMTRES

O esforço dos municípios do Sistema AMTRES em incentivar as recolhas selectivas em geral é, assim, inquestionável e compatível com as principais metas de gestão de resíduos que se preconizam para o período pós 2020, nomeadamente a prevenção da produção de resíduos, a obrigatoriedade de recolha selectiva de resíduos perigosos de origem doméstica, a diminuição da deposição em aterro, as retomas de recolha selectiva e, de forma indirecta, também a preparação para reutilização e reciclagem.

Com base no trabalho que os municípios do Sistema AMTRES têm vindo a desenvolver, a representatividade das recolhas indiferenciadas face à representatividade das recolhas selectivas tem vindo a diminuir gradualmente – fruto das alterações comportamentais nos cidadãos e padrões de consumo – sendo que em 2022 essa representatividade foi de 798,22 vs 22%, respectivamente, como é comprovado pelo gráfico seguinte.

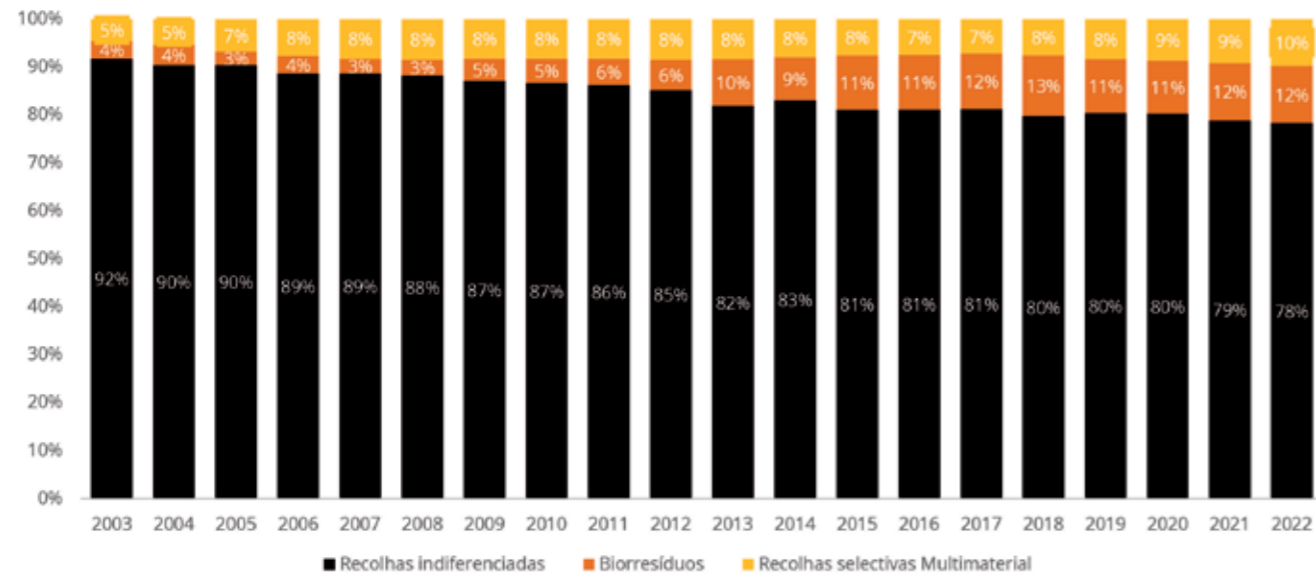




Evolução das recolhas selectivas Multimaterial

Particularizando a análise nas recolhas selectivas representadas no gráfico anterior, em 2022 verificou-se que a recolha selectiva de biorresíduos atingiu 12% do total de recolhas – dos quais apenas 2% correspondem à recolha selectiva de resíduos orgânicos – e, por outro lado, a representatividade da recolha selectiva multimaterial aumentou para 10%, conforme consta do gráfico seguinte.

Esta evolução deve-se, mais uma vez, aos vários investimentos que, quer a TRATOLIXO quer os municípios desenvolveram ao longo dos anos nas suas áreas de intervenção, em termos de sensibilização ambiental e de novos projectos municipais de recolha selectiva.



Analisando mais detalhadamente o comportamento evolutivo das recolhas selectivas multimaterial no Sistema AMTRES, denota-se uma quebra entre 2008 e 2015 na sequência da crise económica seguida de um crescimento gradual, que apenas em 2021 suplantou os valores do período pré-crise, estabelecendo-se em 2022 o valor máximo histórico da actividade da TRATOLIXO.



Exemplos de iniciativas de sensibilização ambiental desenvolvidas pelos municípios da AMTRES.

2.2 Tratamento e Valorização de Resíduos

A actividade principal da empresa centra-se na gestão de resíduos urbanos e é executada atendendo aos inputs desta matéria-prima potencialmente valorizável nas diversas instalações de tratamento da TRATOLIXO.

Enquadrado na estratégia definida pela TRATOLIXO, com vista a assegurar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no sistema AMTRES, em 2022 deram-se início a um conjunto de empreitadas de adaptação e aumento da capacidade de tratamento das actuais infra-estruturas de tratamento de resíduos indiferenciados e de biorresíduos da TRATOLIXO, que contam com a aprovação e financiamento do PO SEUR, entre elas a adaptação da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) – unidade de Tratamento Mecânico de Trajouce – e da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira – unidade de valorização orgânica.

Estas são unidades complementares e que funcionam, no seu conjunto, como uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, não funcionando uma sem a outra, pelo que qualquer alteração de funcionamento que ocorra numa das duas unidades, acaba por ter implicações na outra.

A interrupção do Tratamento Mecânico de Trajouce para a execução da empreitada em meados de Julho de 2022 afectou o normal funcionamento das infra-estruturas do Ecoparque da Abrunheira (CDA e aterro).

A Empreitada de Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos implicou a interrupção da unidade de tratamento mecânico de resíduos indiferenciados do Ecoparque de Trajouce, prevendo-se que esta situação perdure até ao segundo semestre de 2023.

Esta situação provocou um impacto significativo no tratamento dos resíduos indiferenciados e teve que ser equacionada uma alternativa de tratamento com garantias de qualidade, eficiência e capacidade para assegurar o tratamento dos resíduos indiferenciados durante o decurso da intervenção.

Assim, e durante o decorrer da empreitada, a TRATOLIXO recorreu a um Sistema de Gestão de Resíduos congénere para a prestação de serviço de tratamento mecânico de parte dos seus resíduos indiferenciados o que permitirá manter o tratamento dos mesmos e possibilitar a retoma da fracção orgânica obtida, possibilitando, assim, a manutenção do funcionamento dos biodigestores do Ecoparque da Abrunheira e reduzir o envio de resíduos para aterro, minimizando-se assim os impactes no funcionamento das infra-estruturas do Ecoparque da Abrunheira.

Ainda assim, houve um decréscimo significativo de biorresíduos enviados para tratamento biológico e, conseqüentemente, de produção de energia eléctrica oriunda da valorização energética do biogás produzido da CDA.

A visão de estratégia da TRATOLIXO sempre se baseou no pressuposto de garantir um funcionamento operacional optimizado e suportado em metodologias certificadas, promovendo anualmente a melhoria contínua da actividade desenvolvida nas suas infra-estruturas, de modo a maximizar a produção de material valorizável e minimizar os refugos operacionais.

Este trabalho é, por um lado, fundamental para a redução de custos, mas é sobretudo de primordial importância para o cumprimento das metas de gestão de resíduos do PERSU 2030.

Como é sabido, os processos operacionais da empresa estão suportados no tratamento e na triagem dos vários materiais e resíduos recebidos, potenciando, assim, a sua valorização e o seu encaminhamento para reciclagem ou outras formas de valorização e reduzindo a deposição em aterro.

Os recentes investimentos na construção da nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes e da nova Central de Triagem (CT) de Resíduos de Embalagem de Trajouce constituem os exemplos mais relevantes de medidas implementadas nos últimos anos para fazer face a estas preocupações, sendo que à data, a empresa encontra-se também a apostar na requalificação de outras infra-estruturas – unidades de TMB de Trajouce e Abrunheira – que potenciem uma gestão tecnológica mais eficiente e conducente ao aumento da circularidade dos resíduos urbanos.

Após triagem nos respectivos processos operacionais, os materiais recicláveis obtidos nas várias infra-estruturas da empresa – CITRS, CDA, CT e Ecocentros – são retomados para reciclagem directamente através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos.

Atendendo apenas aos resíduos que constituem produtos comercializáveis para a TRATOLIXO – via entidades gestoras ou não – em 2022 foram encaminhados para reciclagem um total de 64.634,78 t de resíduos – um desvio de -9,45% face ao ano anterior – distribuídos pelas categorias de produto que se apresentam no quadro seguinte.

Produto	Quantidade (t)
Papel/Cartão *	15 151,45
Plásticos/Metals **	8 754,45
Vidro	14 280,52
Outros ***	26 448,36
TOTAL	64 634,78

* Inclui fracção embalagem e não embalagem proveniente das recolhas selectiva e indiferenciada;

** Inclui materiais das recolha selectiva, indiferenciada e ecocentros;

*** Inclui REEE's, pilhas e acumuladores, estilha e rolas de cortiça.

Os resultados obtidos tiveram como contributo o decréscimo das vendas de estilha, de papel não embalagem de recolha selectiva e dos materiais do TM de Trajouce.

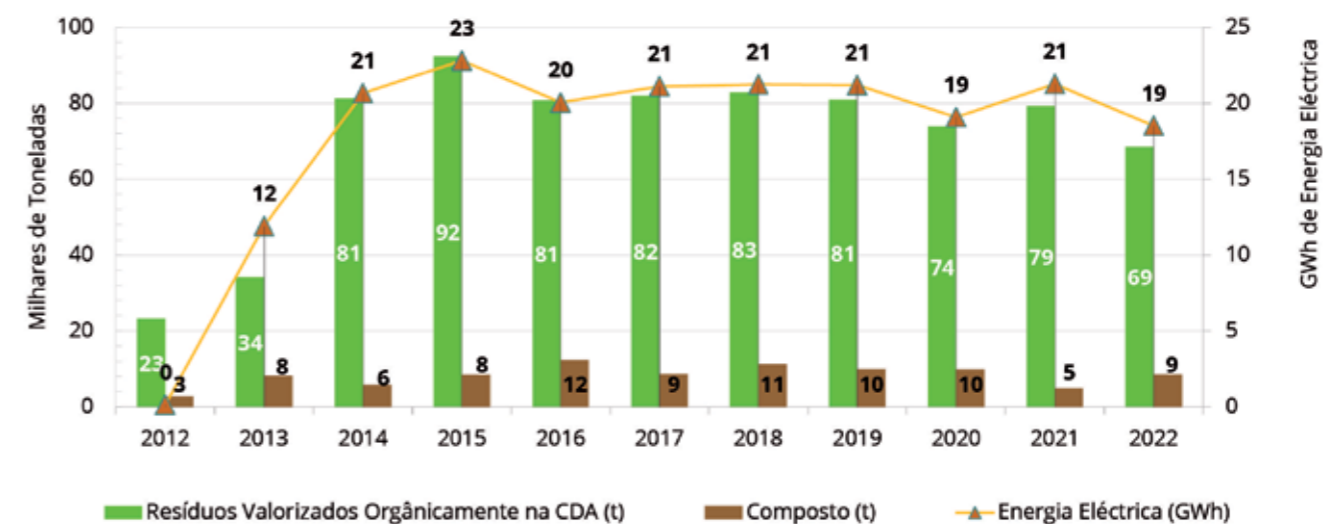
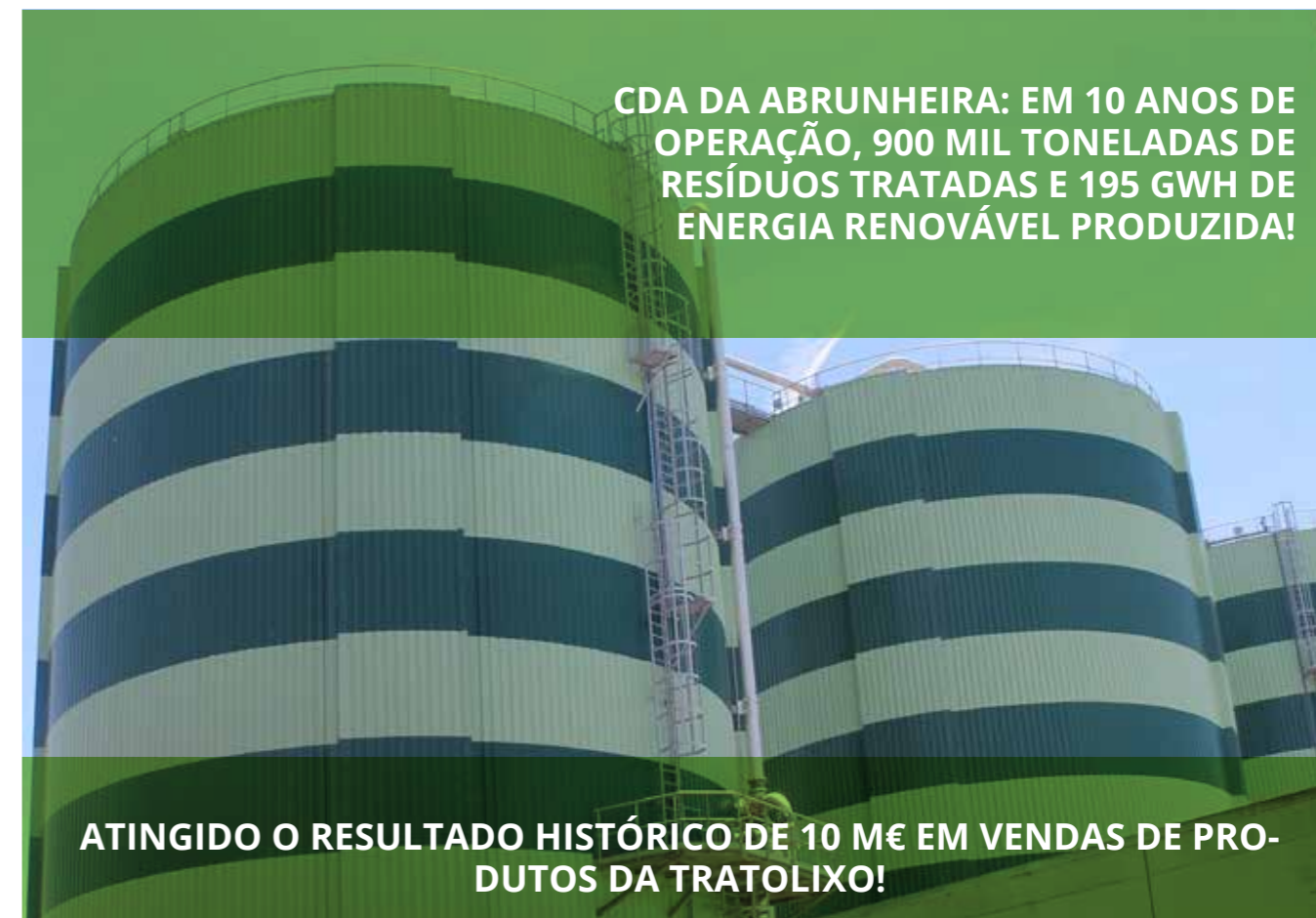
Para além dos materiais e/ou resíduos recicláveis obtidos no processo de triagem, destaque também para a produção de composto na CDA da Abrunheira, efectuada a partir da etapa de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos desta instalação, que em 2022 completou 10 anos de operação.

Durante o ano de 2022, foram produzidas cerca de 8.500 t de composto na CDA, um valor que representa um acréscimo de cerca de +73% face ao ano anterior devido ao facto de, em 2021, ter ocorrido uma paragem prolongada associada à empreitada para aumento da capacidade da linha de afinação de composto, que condicionou a produção de composto desse ano.

Num breve futuro, será igualmente produzido composto a partir dos resíduos processados na nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes de Trajouce co-financiada pelo POSEUR, composto que terá a designação Campoverde Premium Green®.



Por outro lado, resultante do processo de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos na CDA, obteve-se a produção e venda de mais de 18.500 MWh de energia eléctrica, valor que representa um decréscimo de cerca de -13% face ao ano de 2021, sendo este desvio justificado por paragens técnicas da unidade e por uma menor quantidade de resíduos entrados nos biodigestores



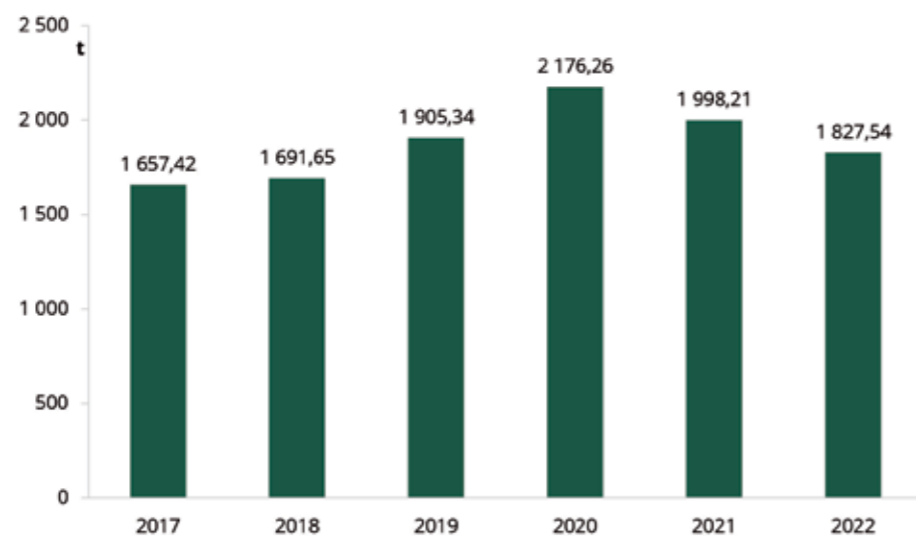
No conjunto de vendas de todos os produtos da TRATOLIXO – que incluem ainda os materiais valorizados organicamente – obteve-se em 2022 um proveito superior a 10 M€, valor histórico na empresa que representa um aumento de proveitos de cerca de +1% face ao ano anterior.

No respeitante à actividade desenvolvida nos Ecocentros da TRATOLIXO, há que salientar a importância dos mesmos para a entrega dedicada, por parte dos cidadãos e outros produtores, de vários fluxos de resíduos especiais – ex.: óleos minerais, REEE, etc – e outras tipologias de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais esquemas de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza.

Atendendo à variedade de resíduos com possibilidade de serem recepcionados nestas infra-estruturas, considera-se ser uma excelente oportunidade para promover através das mesmas a deposição e recolha selectiva de têxteis e pequenas fracções de resíduos perigosos domésticos, cuja meta estabelecida no novo Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) – publicado no Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de Dezembro na sua versão actual – impõe a obrigatoriedade de recolha a partir de 2025, ao abrigo da aprovação do Pacote da Economia Circular e revisão da Directiva-Quadro de Resíduos.

Dedica-se, por isso, uma análise específica aos movimentos ocorridos nos Ecocentros da Ericeira e Abrunheira durante o ano de 2022, que no Sistema AMTRES têm vindo a registar resultados muito positivos em termos de utilização e deposição de resíduos.

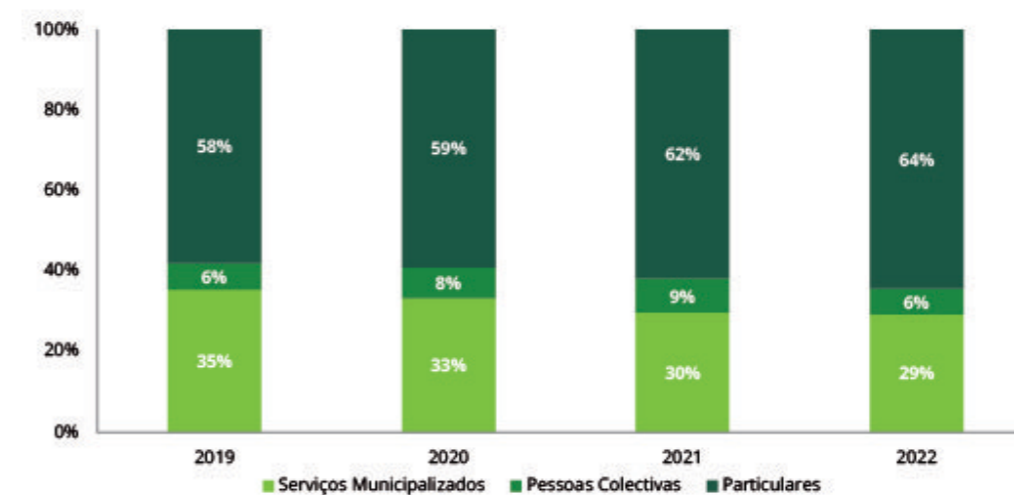
No Ecocentro da Ericeira foram entregues 1.827,54 t de resíduos durante o ano a que reporta este relatório, representando um decréscimo de -8,54% (-170,66 t) face ao ano de 2021.



Resíduos recebidos: Ecocentro da Ericeira

Em termos de número de utilizadores, registaram-se em 2022 um total de 13.121 utilizadores entrados nesta instalação, o que constitui um acréscimo de +5,51% (+685 utilizadores) face ao verificado no ano anterior, sinal evidente de uma crescente importância e procura deste tipo de infra-estruturas como soluções de proximidade para a correcta gestão de resíduos dos cidadãos.

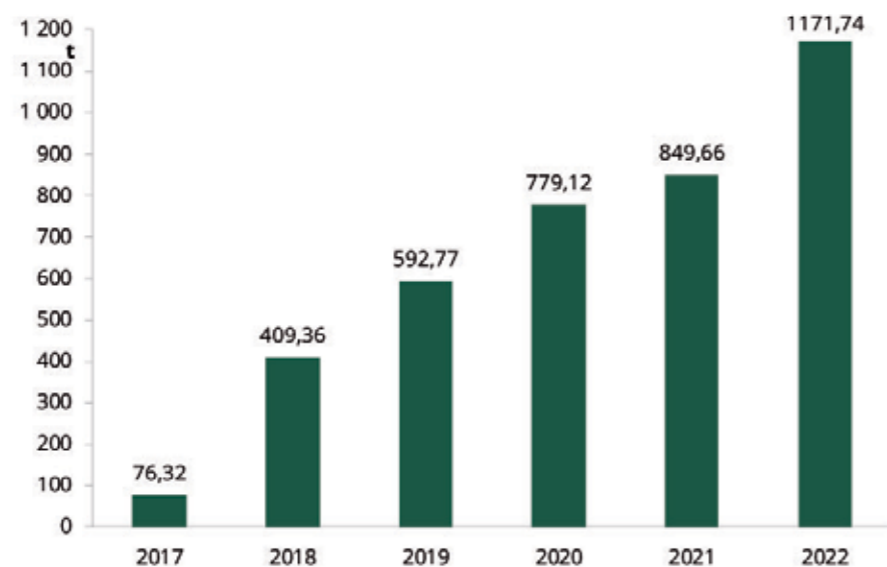
Esta afirmação é suportada pela análise da evolução do número e tipo de utilizadores deste ecocentro, o qual denota serem os utilizadores particulares a representar 64% das entidades a frequentar o Ecocentro da Ericeira num crescimento assinalável ao longo dos anos, seguido dos serviços municipais com 29% – a perder gradualmente representação – e das pessoas colectivas, cujo resultado de 6% em termos de representatividade constituiu igualmente um ligeiro decréscimo, conforme observado no gráfico seguinte.



Percentagem de Entradas no Ecocentro da Ericeira por tipo de utilizador

NÃO PÁRA DE AUMENTAR A REPRESENTATIVIDADE E NÚMERO DE UTILIZADORES PARTICULARES FREQUENTADORES DO ECOCENTRO DA ERICEIRA FACE AOS RESTANTES TIPOS DE UTILIZADORES!

Sobre a recepção de resíduos no EcoCentro da Abrunheira em 2022 verifica-se a entrada de 1.171,74 t de resíduos, o que representou um aumento de cerca de +38% (+322,08 t) face ao ano anterior. Tendo em consideração a evolução anual patente no gráfico seguinte e lembrando que em 2020 esta infra-estrutura esteve encerrada temporariamente devido à pandemia de COVID19, pode-se afirmar que o resultado obtido revela um funcionamento promissor do EcoCentro da Abrunheira.

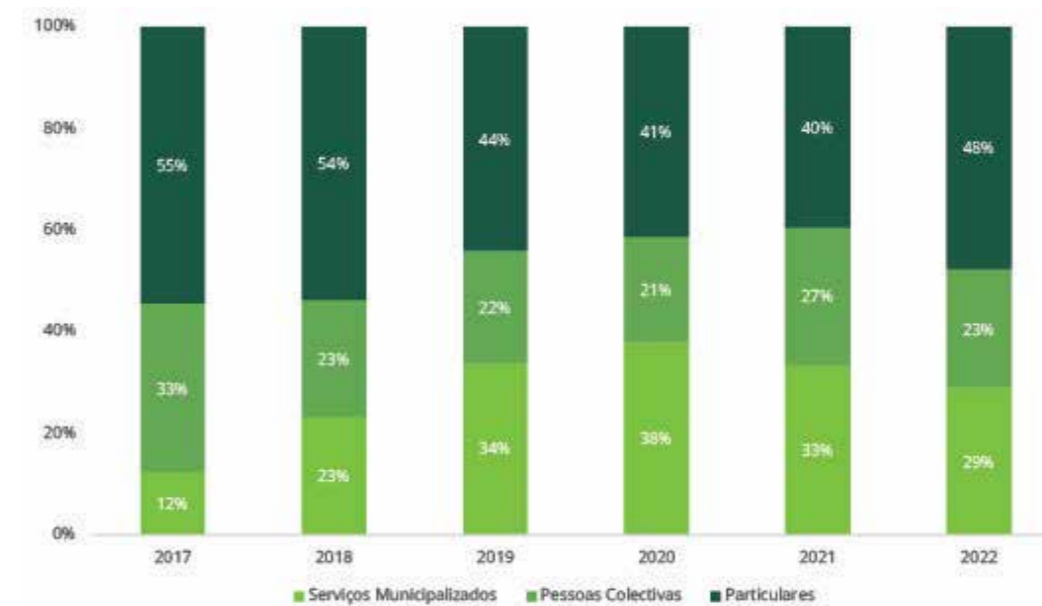


Resíduos recebidos: EcoCentro Abrunheira

Neste ecoCentro deram entrada um total de 2.751 utilizadores, representando uma variação de -11% (-356 utilizadores) face ao ano de 2021.

APESAR DA DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE UTILIZADORES DO ECOCENTRO DA ABRUNHEIRA, AUMENTOU A ENTREGA DE RESÍDUOS NESTA INFRA-ESTRUTURA DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE PROXIMIDADE.

A maioria dos utilizadores do EcoCentro da Abrunheira (48%) correspondeu a utilizadores particulares, seguidos dos serviços municipais (29%) e por fim as pessoas colectivas (23%), conforme consta da evolução gráfica apresentada de seguida.



Percentagem de Entradas no EcoCentro da Abrunheira por Tipo de Utilizador

Os resultados acima descritos reforçam a importância dos ecoCentros no circuito de gestão de resíduos do Sistema AMTRES, enquanto instalações de proximidade dos cidadãos para deposição e armazenagem de resíduos urbanos e equiparados com vista ao posterior encaminhamento para destino adequado, contribuindo para a sua valorização e sustentabilidade dos recursos naturais.

Por outro lado, proporcionam um enorme contributo para o cumprimento da meta de preparação para reutilização e reciclagem, sendo este tipo de infra-estruturas devidamente reconhecidas no PERSU 2030 – em conjunto com os ecoCentros móveis municipais e outros modelos de recolha – como uma abordagem correcta para aumentar a recolha selectiva de diversos tipos de resíduos recicláveis (em termos de quantidade e qualidade dos mesmos), bem como para a promoção de um tratamento adequado desses resíduos.

Denota-se que a meta nacional de preparação para reutilização e reciclagem é extremamente ambiciosa (55% para 2025, 60% para 2030, 65% para 2035) e prevê-se que o PERSU 2030 defina objectivos de contributo por SGRU para o efectivo cumprimento desta meta, o que exigirá um esforço considerável para o incremento necessário de preparação para a reutilização e reciclagem de RU a realizar pela TRATOLIXO e pelos Municípios que a compõem para o cumprimento desta ambiciosa meta.

Atendendo a todo o trabalho descrito e desenvolvido ao longo do ano na sua actividade, a TRATOLIXO efectuou os cálculos necessários para avaliar o seu posicionamento face às referidas metas, que se apresenta no quadro abaixo para o ano de 2022.

META	Histórico									Posicionamento Actual	*Meta
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2020
Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro (% de RUB produzidos)	16%	8%	3%	3%	6%	8%	19%	34%	17%	38%	16%
Preparação para reutilização e reciclagem (% de RU recicláveis)	27%	42%	48%	42%	43%	52%	48%	41%	45%	42%	53%
Retomas de recolha selectiva (kg per capita por ano)	34	34	33	34	34	38	41	44	49	52	59*

*Meta corrigida no âmbito do RARU 2020 para a capitação actual

Nota: Resultados provisórios sujeitos a validação pela APA

Salienta-se que, para estes cálculos, foi considerado o “Método de Cálculo 2 – Taxa de reciclagem de resíduos domésticos e semelhantes”, previsto no anexo I Decisão da Comissão, de 18 de novembro de 2011 (Decisão 2011/753/EU) que se irá alterar em 2023 de acordo com o previsto na Decisão de Execução (UE) n.º 2019/1004 da Comissão, de 7 de Junho. O método de cálculo será alterado em 2023, passando a ser considerado, no denominador da fórmula de cálculo de PPRR o total de RU produzido ao invés do potencial reciclável (aproximadamente 73,4% dos RU totais) e passando a contabilizar-se apenas os resíduos urbanos efetivamente reciclados. Acresce ainda que, a partir de 1 de Janeiro de 2027, os Estados-Membros só podem contabilizar como reciclados os biorresíduos urbanos que entram no tratamento aeróbio ou anaeróbio se tiverem sido objecto de recolha selectiva ou de separação na fonte.

O incumprimento da meta de deposição de RUB em aterro ficou comprometida pela incapacidade de recepção de resíduos em outros Sistemas, bem como a uma menor capacidade interna de tratamento de resíduos indiferenciados a partir da suspensão do TM de Trajouce, decorrente da Empreitada de Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos.

Relativamente à meta de preparação para reutilização e reciclagem, atendendo à definição dada pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de Dezembro (novo Regime Geral de Gestão de Resíduos) para o conceito de “preparação para reutilização e reciclagem”, entende-se que esta meta é conseguida com o aumento e eficácia da separação dos materiais e fracções de resíduos – quer recolhidos selectivamente quer recolhidos indiferenciadamente – pelo que a mesma depende, também, da eficiência e eficácia dos processos de tratamento da própria TRATOLIXO.

O decréscimo verificado neste indicador face ao ano de 2021 deveu-se à suspensão de processamento de resíduos indiferenciados no TM de Trajouce, decorrente do início da empreitada acima referida.

Sobre a evolução da meta de preparação para reutilização e reciclagem, esta justifica-se maioritariamente pelo facto da progressão anual não ter sido suficiente para um resultado a alcançar que já se calculava ser bastante ambicioso face ao cenário de atraso da conclusão/construção de novas infra-estruturas da empresa (nova CT e requalificação do TM de Trajouce) por motivos de suspensão dos pagamentos do POSEUR e não abertura de novos avisos durante um longo período de tempo.

Quanto à meta de retomas de recolha selectiva, esta encontra-se relacionada com uma actuação a montante na cadeia de gestão de resíduos, em concreto na operação de recolha selectiva propriamente dita, a qual é da responsabilidade dos municípios.

A evolução que se observa no resultado desta meta deve-se ao esforço que os municípios têm vindo a desenvolver na adopção de estratégias e implementação de medidas conducentes a uma melhor gestão dos resíduos – nomeadamente na sensibilização dos cidadãos e na concretização de projectos vários, tais como a expansão do número de ecopontos, projectos de recolha dedicada e de sistemas de incentivo – ao longo dos últimos anos, o que está a influenciar positivamente estes resultados. Não obstante o esforço significativo por parte dos Municípios, constata-se que o mesmo não teve reflexos proporcionais nos quantitativos recolhidos selectivamente encontrando-se os resultados aquém das metas previstas.

E porque para esta meta contribui também, como já referido, o papel da sensibilização, dá-se nota do trabalho desenvolvido pela TRATOLIXO neste âmbito – que tem vindo a desenvolver acções de sensibilização à escala de todo o Sistema AMTRES para diversos públicos-alvo – sendo já possível, através da evolução dos resultados da meta de retomas de recolha selectiva, observar resultados positivos em termos de alterações comportamentais nos cidadãos.

Salienta-se novamente que os resultados das metas ora apresentados são provisórios, pois não contabilizaram os quantitativos de materiais recicláveis e escórias resultantes do envio de resíduos da TRATOLIXO para as entidades prestadoras de serviço externas.

Os resultados finais serão posteriormente validados pela APA, o que acontecerá com a publicação, por parte desta autoridade nacional, do Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU 2022).

Por fim, conclui-se que o cumprimento das metas de gestão de resíduos urbanos – já no âmbito do PERSU 2030 – só será possível de atingir com a adaptação e aumento da capacidade de tratamento das actuais infra-estruturas de tratamento da TRATOLIXO e com a construção de novas unidades de

valorização, designadamente com a adaptação das unidades de Tratamento Mecânico de Trajouce e aumento da capacidade de Tratamento Biológico da Abrunheira (em curso) e com a construção de uma Central de Compostagem para Resíduos Verdes oriundos de recolha selectiva em Trajouce (já concluída), projectos com o apoio de financiamento do PO SEUR. Importa também salientar que, para o potencial cumprimento das metas, para além das infra-estruturas referidas, é imprescindível que os quantitativos provenientes das recolhas selectivas tenham um incremento muito significativo, responsabilidade que se encontra do lado dos Municípios.

2.3 Novas Infra-Estruturas

2.3.1. Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos

Cofinanciado por:



A candidatura com a designação POSEUR-03-1911-FC-000225 – Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos, é referente à adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico (TM) de Trajouce ao sistema de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico – que decorre da obrigatoriedade legal de recolha selectiva deste fluxo de resíduos a partir de 2023 – e ao aumento da capacidade de Tratamento Biológico (TB) da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira das actuais 80.000 t/ano para 120.000 t/ano. Com esta operação serão executadas diversas empreitadas de adaptação das unidades de TM e TB da TRATOLIXO, com instalação de novos equipamentos mais eficientes e inovadores conducentes a ganhos ambientais e redução de custos operacionais, que permitirão à TRATOLIXO como resultado último dar cumprimento às metas do PERSU 2020+ de preparação para reutilização e reciclagem e de deposição de RUB em aterro.

Ao abrigo desta candidatura está também a ser construída uma nova portaria operacional em Trajouce.

A operação tem um investimento total elegível de 7.650.337,00 € e, segundo o relatório final enviado pela entidade gestora do POSEUR, ficou classificada em 2º lugar de mérito, com uma pontuação de

4,73 valores, tendo obtido a aprovação do PO SEUR a 21 de Maio de 2020 e uma taxa de co-financiamento de 85% a fundo perdido.

No âmbito desta operação há a destacar a conclusão da Empreitada de aumento da capacidade da linha de afinação de composto da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) – com recepção provisória efectuada em Abril de 2022 – e respectiva Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra.

Actualmente encontram-se em curso vários procedimentos concursais para a execução das empreitadas previstas na operação, com o ponto de situação seguinte no final de 2022:

- Empreitada de Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos: Assinatura de contrato em Abril de 2022 e prazo de execução de 335 dias. Esta empreitada teve início em Junho de 2022 e está previsto entrar em fase de testes em meados de 2023;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos: Assinatura de contrato em Abril de 2022;
- Empreitada da Nova Portaria Operacional do Ecoparque de Trajouce: Assinatura de contrato em Setembro de 2022 e prazo de execução de 190 dias;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Nova Portaria Operacional do Ecoparque de Trajouce: Assinatura de contrato em Outubro de 2022;
- Empreitada de Ampliação de Capacidade da Central de Digestão Anaeróbia da Abrunheira: Assinatura de contrato em Novembro de 2022 e prazo de execução de 280 dias;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de Ampliação de Capacidade da Central de Digestão Anaeróbia da Abrunheira: Assinatura de contrato em Setembro de 2022.



Ampliação da metanização da CDA da Abrunheira



Adaptação do TM de Trajouce



NOVA CENTRAL DE COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS VERDES

Inauguração da nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes de Trajouce.

2.3.2. Central de Compostagem de Resíduos Verdes

A candidatura com a designação POSEUR-03-1911-FC-000226 – Central de Compostagem para Resíduos Verdes (CCRV) oriundos de Recolha Selectiva, consiste na construção de uma Central de Compostagem para Resíduos Verdes provenientes de recolha selectiva, através da requalificação dos antigos parques de compostagem da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce. A nova CCRV tem uma capacidade anual para tratar 50.000 t de resíduos verdes (RV), permitindo, em primeiro lugar, o tratamento da totalidade dos RV produzidos e recolhidos na área de

intervenção da TRATOLIXO. Foram instalados equipamentos fixos e adquiridos equipamentos móveis para o processamento desta tipologia de resíduos, tecnologicamente inovadores e mais eficientes, atendendo às MTD e em consonância com os BREF. A implementação da operação resultará na produção de 15.000 t anuais de composto, o que permitirá atingir a meta do PERSU 2030 relativa à preparação para reutilização e reciclagem e contribuir fortemente para o desvio de RUB de aterro. Esta operação tem um investimento total de

5.540.782,65 € e, segundo o relatório final enviado pela entidade gestora do PO SEUR, ficou classificada em 3º lugar de mérito, com uma pontuação de 4,50 valores, tendo obtido a aprovação do PO SEUR a 21 de Maio de 2020 e uma taxa de co-financiamento de 85% a fundo perdido.

A Empreitada de Requalificação e Adaptação da Central de Compostagem para Resíduos Verdes do Ecoparque de Trajouce teve a sua recepção provisória em Abril de 2022, foi inaugurada em Maio e encontra-se em fase de testes.

Cofinanciado por:



Nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes de Trajouce.



2.4 Planeamento, Estratégia e Inovação

Anteplano Estratégico de Resíduos da TRATOLIXO – 2022-2030

Na gestão do Sistema de resíduos, a TRATOLIXO tem vindo a deparar-se com um conjunto de problemas decorrentes de diversos factores, principalmente, uma elevada percentagem de resíduos oriundos de recolha indiferenciada e consequente incumprimento de metas. Para além do incumprimento das metas, e mais urgente, decorrente da elevada percentagem de recolhas indiferenciadas, é o elevado quantitativo de resíduos enviado para aterro e a consequente redução drástica da vida útil das células de confinamento técnico da Abrunheira (CCT), sem solução de destino final alternativa.

O nível de ambição colocado nas novas metas europeias relativas à deposição de resíduos em aterro e de preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos coloca ao Sistema desafios de grande complexidade, tornando-se imperioso a tomada de medidas para realinhar as linhas estratégicas que permitam contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados Membros e que se irão reflectir nos Sistemas de Gestão de Resíduos e nos Municípios.

No Anteplano do Plano Estratégico de Resíduos da TRATOLIXO, que já foi precedido pela Abordagem Estratégica do Sistema AMTRES para os próximos anos, são apresentados cenários e alternativas para a gestão de resíduos do Sistema TRATOLIXO, que constituirão as prioridades das soluções a definir, tendo em vista não só a resolução dos problemas existentes, como a prossecução de uma gestão integrada a nível do Sistema de Resíduos Urbanos da AMTRES e alinhamento para se atingirem as metas do PERSU 2030, abrindo já o caminho com soluções que deverão ser complementadas para o cumprimento dos compromissos estabelecidos pela União Europeia até 2035. Importa salientar que o mapeamento de possíveis soluções técnicas para a valorização da fracção resto foi desenvolvido com base numa consulta alargada a vários fornecedores e representantes de empresas que apresentaram diferentes soluções tecnológicas para a TRATOLIXO, e a outras entidades de reconhecido mérito neste tema,



identificando como solução imediata para o desvio de resíduos de aterro a produção de combustível derivado de resíduos e a sua valorização como combustível alternativo em cimenteiras.

Estudo de Avaliação da Implementação de Soluções de Gaseificação e Pirólise para a Valorização de Resíduos Urbanos

Este estudo aborda as principais tecnologias disponíveis, identifica potenciais fornecedores, e conclui sobre o maior potencial das unidades de gaseificação para produção de hidrogénio, para as quais há vários potenciais fornecedores de tecnologia que apontam para a plena capacidade de construção de unidades fabris, embora ainda não exista uma unidade de grandes dimensões em funcionamento, apesar de ser credível poderem estar em preparação.

Dada a falta de precedentes na instalação de unidades de gaseificação ou pirólise de resíduos com vista à produção de combustíveis ou outros produtos químicos, em Portugal, é fundamental que a tutela enquadre esta opção estratégica de valorização de resíduos no quadro legal e estratégico actual direccionado para uma economia circular e eficiente no uso de recursos e energia. A principal motivação consiste na existência de uma quantidade muito significativa de resíduos, incluindo uma fracção “resto” que se pode encarar como um refúgio do processamento de resíduos, e que necessita ser valorizada de acordo com as melhores práticas internacionais e ainda com valor acrescentado.

PRR Aviso 01/C05-I01/2021 – Candidatura Lavoisier

A TRATOLIXO integra o consórcio “Lavoisier - Tecnologias avançadas de minimização de desperdício e maximização de descarbonização em simbiose com tecnologias de Biorrefinação”. Lavoisier é um Pacto de Inovação que envolve um investimento superior a 116 milhões de euros, sendo constituído por 44 entidades, com a participação de 29 empresas, das quais 7 NPME (Prio, RioPele, Renova, Sonae MC, Sorgal, ITS e SEBOL do Grupo ETSA/SEMAPA).

O Eixo de Inovação core do projecto são as Biorrefinarias que, em simbiose industrial com outros processos e eixos de inovação, irão permitir aumentar a competitividade e assegurar uma descarbonização de produtos e processos, com forte impacto no aumento do tempo de vida e circularidade de fluxos de massa residuais ou não valorização correctamente, por princípios de Cascata de Valor.

O projecto Pacto de Inovação Lavoisier permitirá uma transformação do tecido produtivo português com base em tecnologias de biorrefinarias, que terão como base matérias-primas de três fluxos de massa que irão representar 3 novos processos industriais disruptivos a nível internacional:

F1. Biomassa lenho-Celulósica de resíduos florestais e matos e incultos;

F2. Resíduos Têxteis diversos; e

F3. Resíduos indiferenciados urbanos,

O Pacto de Inovação Lavoisier permitirá que os principais players industriais e do sistema científico e tecnológico nacional desenvolvam competências e conhecimentos para capacitar, especializar e dinamizar a indústria portuguesa pioneira na área da valorização de resíduos por uma visão de princípios de cascata de valor e com interacção a processos de biorrefinarias.

Tal como pretende o Aviso N.º 01/C05-i01.01/2021, relativo às Agendas Mobilizadoras para a Reindustrialização da Componente 5 – Capitalização e Inovação Empresarial do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), foi construída uma proposta de agenda, sob a forma de Pacto de Inovação.

Este pacto de inovação contribuirá para o desenvolvimento das cadeias de valor da bioeconomia circular impulsionando sinergias e tem como objectivo impulsionar o desenvolvimento de tecnologias avançadas de minimização de desperdício e maximização de descarbonização em simbiose com tecnologias de biorrefinação. As cadeias de valor, reflectidas nos projectos deste pacto para a bio e economia circular, por sua vez, vão desenvolver a economia associada a sustentabilidade ambiental, pela minimização de desperdício, e a maximização de descarbonização em simbiose com tecnologias de biorrefinação com forte impacto em regiões interiores, quer pela vertente dos recursos como no desenvolvimento industrial, criação de emprego e posicionamento para a exportação.

Vão também incrementar a criação de conhecimento “de elevado teor científico” e de pedidos de protecção de propriedade industrial, bem como a criação de postos de trabalho altamente qualificados. A TRATOLIXO pretende, no âmbito do consórcio, desenvolver um saco “BioCircular”, para a recolha selectiva de biorresíduos que permita a:

- Produção de PLA ou PHA por novas fontes de matérias-primas biológicas, não concorrentes com o setor alimentar (o que acontece actualmente) e de fonte residual, através de um mix de matriz residual de biomassa lenho-celulósica + orgânica das actividades da TRATOLIXO
- Integração de pigmentos naturais e monómeros de origem biológica na produção dos pellets; e
- Desenvolvimento de um novo modelo de saco plástico, que não precisa de ser separado manualmente do seu conteúdo orgânico, porque é biodegradável (onde também iremos fazer ensaios de biocompatibilidade, biodegradabilidade e garantir a não toxicidade do mesmo para contexto de contacto com solo).

Não obstante a candidatura não ter sido aprovada pelo PRR, foi demonstrado pelo consórcio o interesse de continuar a valorizar o trabalho efectuado na candidatura estando previsto identificar e contactar outras entidades de forma a garantir um projecto estratégico nacional, de elevado impacto, de elevada qualidade técnica, industrial e comercialmente completo (desde a matéria-prima, à tecnologia e ao mercado), com captação de financiamento.

Acompanhamento dos Processos Legislativos em Curso

A TRATOLIXO tem acompanhado os processos legislativos em curso, nomeadamente nas directrizes do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030) e do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030).

No âmbito do PNGR 2030, a TRATOLIXO enviou comentários à proposta de Plano que incidiram sobretudo no fomento de troca de experiências e criação de sinergias territoriais a nível nacional, no alargamento de entidades fiscalizadoras e/ou inspectivas de protecção do ambiente, na defesa da aplicação de sistemas de compensação ou penalização do produtor de resíduos (PAYT, RAYT/SAYT ou sistemas SDR) como medidas para uma efectiva prevenção da produção de resíduos em todos os intervenientes da cadeia de valor, demonstrou preocupação com a estratégia de aumento de capacidade da indústria recicladora e mecanismos de regulação de preços dos materiais recicláveis, tendo também abordado a questão da auto-suficiência, competitividade e sustentabilidade do sector dos resíduos no que diz respeito à infra-estruturação nacional, disponibilização de financiamentos e garantia de processo

remuneratório da produção de electricidade a partir de RU.

Já o PERSU 2030 esteve em consulta pública até dia 5 de Maio, estando para breve a publicação da versão final do documento que irá nortear a actuação do sector nesta década.

As metas ambientais são sobejamente conhecidas e a primeira dessas metas acontece já em 2025, ou seja, dentro de três anos: nessa altura, o país terá de assegurar a preparação para a reutilização e reciclagem de 55% dos resíduos urbanos.

Por outro lado, a grande novidade deste ciclo estratégico é o avanço da recolha selectiva de biorresíduos, obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2024.

Todos os municípios do Sistema AMTRES já prepararam os seus planos de acção nesta área e têm projectos implementados no terreno, contudo é preciso tempo para que a rede de recolha possa funcionar na dimensão necessária ao cumprimento de objectivos definidos para a região de Lisboa e Vale do Tejo neste plano e, futuramente, ao cumprimento dos objectivos que serão definidos – possivelmente em legislação específica – por município.

Relembra-se também que a partir de 2027 apenas os biorresíduos provenientes de recolha selectiva serão contabilizados para a meta de preparação para reutilização e reciclagem.

Outro desafio patente neste PERSU 2030 é a gestão da fracção residual e a deposição em aterro.

Na óptica da gestão da fracção residual e, em concreto, na valorização energética de resíduos, o PERSU 2030 aponta para a produção de combustíveis derivados de resíduos (CDR) de melhor qualidade, estando em vista para o próximo ano a revisão da estratégia dos CDR, a avaliação de outros destinos possíveis para o CDR, bem como a promoção de sinergias entre os SGRU e outras instalações produtoras fora da rede urbana, abrindo a porta a tecnologias como a gaseificação.

Já na questão da deposição de resíduos em aterro, a situação torna-se mais crítica. É ponto assente e claro que a estratégia deste plano é desvincular o país da dependência de utilização de aterros, contudo não são dadas soluções alternativas imediatas para a fracção residual obtida no tratamento dos RU nas instalações de TMB, que ascende a cerca de 150.000 t/ano no Sistema AMTRES e representa milhões de toneladas anuais a nível nacional.

Note-se que a realidade da TRATOLIXO é de enorme dependência de outros sistemas para recepção desta fracção para valorização energética, de modo a minimizar a deposição interna nas CCT da Abruñeira, que tem a sua capacidade a esgotar-se e o PERSU 2030 não prevê o aumento de capacidade de aterro na região de Lisboa e Vale do Tejo.

E atendendo a que a Comissão Europeia vai deixar de conceder financiamentos a países que emitam

novas licenças de construção de aterros, é com enorme expectativa que se aguarda a publicação do PERSU 2030.

A empresa tem-se igualmente mantido atenta ao desenho do SDR – Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio.

Este modelo – que tem na sua génese a Responsabilidade Alargada do Produtor que incide no embalador – pretende ser um sistema complementar ao actual SIGRE (estima-se que vá incidir em cerca de 1/4 do total de embalagens geridas pelo SIGRE) e reunir todos os agentes da cadeia de valor das referidas embalagens.

Importa por isso garantir a participação dos sistemas de gestão de resíduos urbanos (SGRU) neste sistema – enquanto entidades responsáveis pela gestão destes resíduos e que realizaram avultados investimento na infra-estruturação do sector, de modo a assegurar o tratamento dos resíduos de embalagens abrangidos pelo sistema de depósito – e implementar um SDR cómodo, fácil e eficiente de operacionalizar – quer para o cidadão, quer para os SGRU – dotado de um processo de compensação financeira robusto e ágil que potencie ganhos para os diferentes intervenientes, conducente ao aumento da quantidade e qualidade de material depositado neste sistema, numa óptica de rastreabilidade dos fluxos de resíduos, maior controlo de qualidade, melhor fiscalização e redução dos riscos de fraude e uma avaliação contínua.

Objectiva-se com esta solução disponibilizar um equipamento que coloque o cidadão no centro do processo de recolha selectiva deste tipo de embalagens, de modo a contribuir para aumentar as taxas de reciclagem e atingir as metas comunitárias.

Outro tema que mereceu a emissão de pronúncia da TRATOLIXO em sede de audiência prévia foi o projecto de Despacho Conjunto relativo às objectivações a cumprir pelos SGRU, que fixa os valores das metas a cumprir pelos referidos sistemas no ano de 2022.

O referido projecto de Despacho Conjunto foi colocado à discussão pública em Setembro de 2022 com a previsão de produção de efeito a partir de 1 de Janeiro de 2022, ou seja, com carácter retroactivo.

No entendimento da TRATOLIXO, estando em causa a definição de objectivos e metas de retoma a cumprir pelos SGRU, bem como a aplicação de sanções pelo incumprimento das mesmas, o referido projecto de Despacho deverá ser aprovado e publicado com a antecedência necessária para cada ano civil face à data da sua produção de efeitos, para que os SGRU se possam preparar e adequar os seus procedimentos de tratamento ao cumprimento das metas de gestão de resíduos.

Por outro lado, o projecto de Despacho define objectivações e metas de retoma mais exigentes do que

as que resultam do Despacho vigente nos anos anteriores (2020 e 2021) – Despacho que, na ausência de definição atempada de metas para o ano de 2022, foi o que os SGRU consideraram e cumpriram.

Projectos municipais na área dos Sistemas de Incentivo

Tendo como objectivo a análise de viabilidade de manutenção na esfera municipal o futuro Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) de embalagens de bebidas não reutilizáveis de plástico, metal ou vidro, em 2022 os municípios de Cascais e Mafra deram continuidade aos seus projectos desenvolvidos neste âmbito: o Projecto i-Rec da CascaisAmbiente e o Projecto Mafra Reciclar a Valer +, ambos co-financiados pelos EEAGrants.

Nestes projectos, os cidadãos efectuam a entrega desta tipologia de embalagens em máquinas de venda reversa, com subsequente atribuição de incentivos.

Este sistema pretende, assim, incentivar os cidadãos a devolverem as embalagens de uso único, garantindo a maximização da eficiência do encaminhamento para reciclagem, minimizando o desperdício de recursos e prevenindo a eliminação de resíduos após consumo.

O objectivo passa por contribuir para uma mudança efectiva dos comportamentos dos cidadãos/consumidores, estimulando uma maior participação na separação dos resíduos e um aumento na quantidade e na qualidade dos resíduos recicláveis.

A TRATOLIXO participa nestes projectos com a realização de caracterizações das embalagens recepcionadas, a preparação para reciclagem das embalagens PET recolhidas nestas máquinas, bem como de produção de materiais de sensibilização e realização de acções de sensibilização aos alunos do Município de Mafra.



Projecto CANDAM RecySmart (campanha “Maфра Reciclar a Valer+ Rua a Rua”)

Resultante da participação da TRATOLIXO em 2021 na primeira edição do Programa Re-Source – iniciativa de inovação aberta promovida pela Sociedade Ponto Verde (SPV) e gerido pela consultora de inovação colaborativa Beta-i – a empresa está actualmente a participar no Projecto CANDAM RecySmart.

Este projecto-piloto será desenvolvido no domínio de processos que permitem potenciar a triagem e reciclagem das embalagens de plástico, de metal e de vidro, através duma solução tecnológica inovadora a qual, com a instalação de um dispositivo de leitura nos ecopontos amarelo e verde, permitirá adoptar um sistema de incentivo para o cidadão.

Este projecto, que se prevê iniciar-se no terreno no primeiro trimestre de 2023, será formalizado através de um protocolo de cooperação entre todos parceiros: TRATOLIXO, Câmara Municipal de Mafra, SPV, TetraPak, AIVE – Associação dos Industriais de Vidro de Embalagem, OVO SOLUTIONS e a startup espanhola CANDAM.

A TRATOLIXO ficará responsável pelas necessárias caracterizações dos resíduos recebidos no âmbito deste projecto, que visa incrementar as taxas de recolha selectiva das embalagens.

Projecto Blue Circular



Faz parte da estratégia de acção da TRATOLIXO na óptica de I&DT manter uma estreita colaboração com diferentes entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

Foi neste sentido que a TRATOLIXO se envolveu no Projecto “Blue Circular Post Branding”, um projecto de Investigação & Inovação em Espaço Marítimo que, consubstancia assim, uma aposta na Economia Circular Azul, através da qual o desperdício de recursos é recriado em novas marcas por um processo de transição e de participação activa dos diferentes actores da cadeia de valor.

O Projecto “Blue Circular Postbranding” é um projeto-piloto na Capitania do Porto de Cascais que decorre em parceria com o projecto “A Pesca por um Mar sem lixo” promovido pelo Ministério do Mar e desenvolvido pela Docapesca / Associação Portuguesa do Lixo Marinho (APLM) nos portos de pesca de Cascais e da Ericeira, que visa melhorar a gestão de resíduos a bordo das embarcações de pesca e sensibilizar os pescadores para a importância da adopção ou manutenção das boas práticas ambientais, de modo a melhorar as condições ambientais da zona costeira e a preservação dos ecossistemas marinhos portugueses.

Os pescadores recolhem o lixo marinho aquando das suas lides de pesca, depositando-o nos ecopontos destinados a redes e cordas de pesca ou, separadamente, nos ecopontos para materiais plásticos diversos.

Os objectivos do projecto baseiam-se na transmissão da ideia de que, ao abrigo de um processo transparente, há vida no plástico recolhido dos oceanos, (re)transformando-o em novos produtos. O Projecto “Blue Circular Postbranding”, no âmbito duma abordagem de economia circular azul – que envolve a academia, a comunidade piscatória, a sociedade civil, a esfera política e empresarial – tem como meta a metamorfose do lixo diariamente descartado em algo novo e com valor acrescentado capaz de promover um consumo consciente e globalmente sustentável.

O projecto “Blue Circular Postbranding” compromete-se a desenvolver um trabalho que tem por intuito abranger, tanto o campo social, envolvendo a comunidade piscatória; como o estabelecimento de parcerias entre associações/instituições/empresas que tenham uma visão similar para que se consiga alcançar o pretendido, ou seja, a minimização de plástico nos ecossistemas marinhos; a que se associa o domínio da inovação, de modo a explorar a transformação destas matérias-primas em pellets e, conseqüentemente, em matéria para execução de produtos duradouros e, por fim mas não menos importante, o domínio do eco-design.

Desta forma consegue-se a promoção de um mundo com menos lixo e desperdício pela poupança de matérias-primas escassas; a redução da deposição de resíduos, encarada como opção de fim de linha; um aproveitamento dos recursos físicos e humanos pelo reforço do papel das comunidades de pescadores no desenvolvimento e na governação dos recursos locais da pesca e das actividades marítimas; um forte contributo para a preservação ambiental das zonas costeiras e do património marinho e visa, igualmente, a promoção da saúde pública.

A coordenação do projecto está a cargo da Universidade Europeia / Unidade de Investigação em Design e Comunicação do IADE – Instituto de Arte, Design e Empresa (UNIDCOM/IADE), estando a TRATOLIXO

responsável por receber os resíduos e encaminhá-los para reciclador dedicado (Ambiberica).

O projecto foi candidatado ao BlueInvest Readiness Assistance, tendo sido seleccionado. Esta iniciativa é apoiada pela Comissão Europeia, com suporte de gestão e de operacionalização da PwC Luxemburgo.

Projecto SimRecicla – TRATOLIXO (ex-Projecto Circular SimTech)



A promoção da economia circular, a descarbonização da gestão de resíduos e o uso eficiente de recursos, deram o mote para a TRATOLIXO propor à SPV, em 2020, o desenvolvimento e a disponibilização de simuladores rigorosos, baseados na caracterização detalhada dos processos e tecnologias de produção, processamento e reciclagem de resíduos de embalagens, ou seja, de todos os processos tecnológicos envolvidos na cadeia de valor e processamento dos resíduos.

A equipa do projecto (inicialmente designado Circular SimTech) – que conta com a participação da 3Drivers e o Instituto Superior Técnico – desenvolveu de forma próxima com os Municípios do Sistema AMTRES a caracterização dos processos de recolha nas dimensões técnica, ambiental e económica, tendo sido preenchido inquérito por cada um dos Municípios relativamente aos modelos de recolha e à organização dos serviços adoptados pelos diferentes Municípios, e aos custos operacionais inerentes à recolha de RU.

O SimRecicla inclui três simuladores:

- Onde coloco a minha embalagem – simulador que calcula o impacto das práticas de separação e encaminhamento dos resíduos de embalagens;
- Quero melhorar a reciclabilidade de uma embalagem – simulador cujo propósito é calcular o impacto das opções de produção, materiais e componentes adoptados;
- Quero otimizar uma linha de triagem – simulador que tem por objectivo calcular a recuperação

de materiais numa linha de triagem de embalagens, de acordo com a sequenciação de diferentes operações e equipamentos.

O resultado final dos simuladores foi apresentado à SPV (entidade financiadora) no início de Dezembro de 2022 e será disponibilizado para utilização no 1º trimestre de 2023.

Projecto Greencork



Atendendo à supra importância das novas iniciativas governamentais relativas ao incentivo de minimização de deposição de resíduos em aterro, os municípios encontram-se a desenvolver várias iniciativas de sensibilização e recolha selectiva de novos fluxos de resíduos e a apostar no reforço das já existentes.

No âmbito do Projecto “Ecocentro Móvel” dinamizado pelo município de Cascais, surgiu a necessidade de encontrar um destino final adequado, sempre que possível destinado a opções de reciclagem e valorização, para alguns fluxos de resíduos que passaram a ser alvo de recolha dedicada, nomeadamente as rolhas de cortiça.

Desta forma, a TRATOLIXO formalizou em 2021 um protocolo com a QUERCUS e a Cascais Ambiente para participação no Projecto “Green Cork”.

O Projecto “Green Cork” é um projecto desenvolvido pela QUERCUS em parceria com a Corticeira Amorim para recolha de rolhas de cortiça destinadas a reciclagem, que conta já com diversos parceiros a nível nacional e bastante visibilidade.

Este projecto visa a recolha dos cerca de 300 milhões de rolhas de cortiça que todos os anos entram no mercado português e que, através de uma optimização das actividades de cada um dos parceiros, procura obter um sistema de recolha sem custos adicionais, possibilitando que as verbas sejam destinadas à plantação de árvores através do projecto FLORESTA COMUM.

No âmbito deste projecto, em 2022 já foi possível encaminhar para reciclagem cerca de 1 t de rolhas de cortiça.

Projecto de Reciclagem de Cápsulas de Café



Em Novembro celebrou-se um protocolo de parceria, em que numa aliança inédita, vários comercializadores de café decidiram juntar-se num projecto liderado pela Cascais Ambiente e no qual a TRATOLIXO participa, para dar uma nova vida às cápsulas de café usadas, independentemente das marcas e dos materiais que as compõem.

As cápsulas de café, compostas por plástico ou alumínio e borra de café, podem ser totalmente recicladas. Para isso, foi criado mais um fluxo de recolha nos Ecocentros móveis da Cascais Ambiente onde os cidadãos poderão depositar selectivamente as cápsulas de café, numa iniciativa que pretende desviar de aterro materiais com alto potencial de reciclagem.

Assim, as responsabilidades da TRATOLIXO no presente projecto serão receber as cápsulas de café depositadas selectivamente pelos cidadãos na rede de ecocentros de Cascais, encaminhar as mesmas para reciclador licenciado para o efeito, efectuar caracterizações dos resíduos recepcionados e realizar uma análise da biodegradabilidade destes resíduos.

No reciclador, as cápsulas serão separadas por tipo de material de invólucro, de forma a aproveitar todos os componentes para novas utilizações. Os invólucros de plástico ou de alumínio transformar-se-ão em novas cápsulas e a borra do café será utilizada para produção de composto.

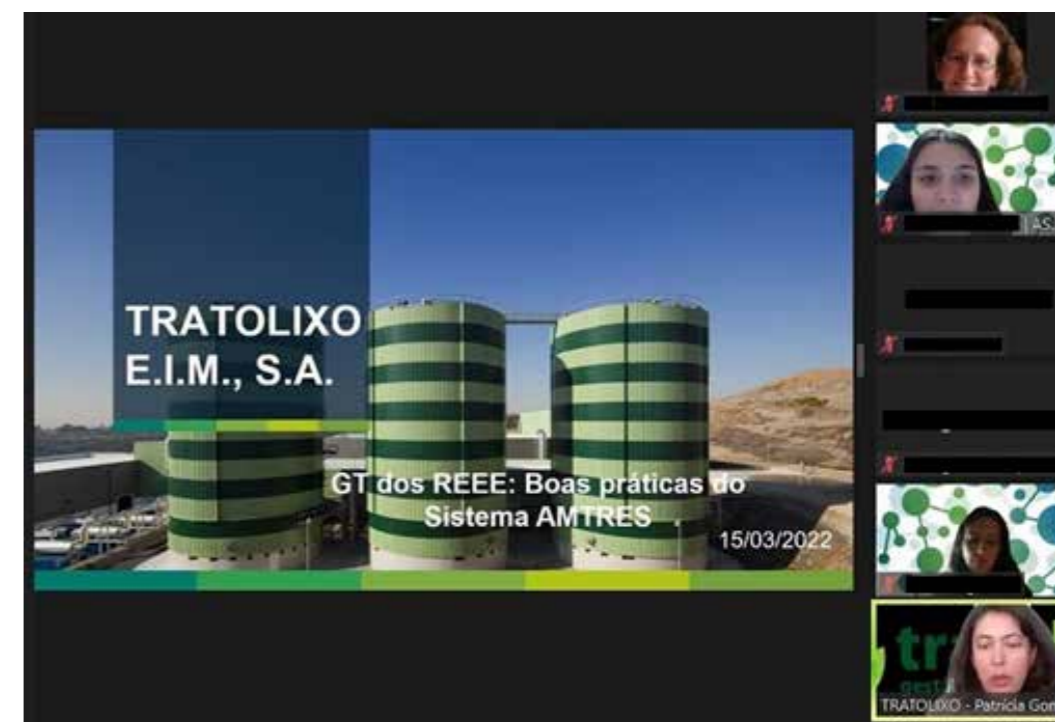
Nesta iniciativa é a primeira vez que se forma uma aliança entre grandes comercializadoras de café nomeadamente Nestlé, Delta, MZBI, UCC e a associação AICC – Associação Industrial e Comercial do Café, que, em conjunto com a Cascais Ambiente e TRATOLIXO, se uniram para um processo conjunto de reciclagem que visa, em complemento com a separação já existente nas marcas, a recolha de cápsulas de café que todos os anos entram no mercado, e que são actualmente encaminhadas para o fluxo de resíduos indiferenciados. Através deste novo fluxo de resíduos, as várias entidades envolvidas

procuram não só estimular uma economia circular, como também obter um balanço global positivo de impacto da sua actividade sobre a biodiversidade.

Participação em Grupos de Trabalho sobre temáticas do sector

No sentido de aumentar a capacidade do esforço individual na concretização das metas nacionais e comunitárias de gestão de resíduos, fazer parte de compromissos que acelerem o atingimento das mesmas e estar integrada em iniciativas transversais a toda a cadeia de valor, a empresa participa activamente, como entidade de relevo no sector, num conjunto de Grupos de Trabalho dinamizados pela Associação SMARTWASTE.

Durante o ano de 2022, os principais envolvimento da TRATOLIXO neste âmbito foram os decorrentes do Grupo de Trabalho relativo aos Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE's) e Grupo de Trabalho sobre o Desperdício Alimentar.



2.5 Sistema Integrado de Gestão

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU e todas as unidades da empresa.

Em 2022 o Organismo Certificador, Apcer, considerou estarem reunidas todas as condições para conceder a manutenção da certificação ao Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança da TRATOLIXO. Assim, a TRATOLIXO atingiu o objectivo ao qual se tinha proposto.

A certificação do Sistema de Gestão Integrado da TRATOLIXO continua a ser um reflexo da aposta constante da empresa em melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e as expectativas das partes interessadas e eliminar, sempre que possível, ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.



2.6 Licenciamento e Requisitos Legais

O processo dos licenciamentos e requisitos legais garante que a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade com a devida legitimação por parte das diferentes entidades competentes nas diversas matérias de actuação da empresa, sempre em conformidade com os requisitos legais aplicáveis à sua actividade.

Este é um dos temas mais importantes para a empresa, que consiste na instrução dos pedidos de licenciamento, análise e verificação transversal da aplicabilidade da legislação à TRATOLIXO, bem como à análise dos projectos de lei relacionados com a sua actividade.

Apesar dos constrangimentos da actividade causados pela pandemia do COVID-19, em 2022 há a registar a aprovação de projecto e vistoria associados ao licenciamento ambiental único da instalação

Ecoparque da Abrunheira, bem como a instrução do pedido de alteração de licenciamento de ambiente da instalação Ecoparque de Trajouce – por forma a incluir a actividade associada à nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes da Recolha Selectiva.

2.7 Monitorização de Processo e Produto



Laboratório e área de caracterização no Novo Edifício Social e de Serviços de Trajouce.

O serviço de Monitorização de Processo e Produto dá resposta a diversas exigências relacionadas com requisitos legais ambientais, caracteriza os resíduos entrados no SGRU e monitoriza a actividade da empresa em termos de desempenho ambiental, desempenho processual e características do produto final, garantindo uma consequente melhoria dos produtos gerados.

Estas actividades permitem à TRATOLIXO introduzir atempadamente as melhorias necessárias para evitar incumprimentos legais relativos à sua actividade, acautelar impactes e atingir os requisitos estabelecidos pelos clientes de produto.

Para o cumprimento destes objectivos são elaborados e executados anualmente o Plano de Monitorização Ambiental (PMA), o Plano de Caracterização e Quantificação de Resíduos (PCQR) e o Plano de Controlo de Qualidade de Processo e Produto Final (PCQPPF).

O PMA integra o desenvolvimento dos trabalhos de monitorização ambiental da empresa e define os descritores ambientais a acompanhar, garantido o acompanhamento de todos os requisitos legais aplicáveis à empresa em matéria de ambiente.

No PCQR são planeadas as campanhas de caracterização de RU, que permitem conhecer as características físicas dos resíduos entrados nas instalações da empresa, possibilitando quer o estabelecimento

de objectivos quantificados no domínio da gestão dos RU, quer o aferimento da sua compatibilidade com os regulamentos internos de admissibilidade de resíduos.

O PCQPPF tem como propósito monitorizar as várias actividades e processos produtivos da empresa e assim garantir a sua eficiência através do controlo de aspectos ambientais, da qualidade dos produtos finais, através da verificação das Especificações Técnicas (ET) definidas para os diferentes materiais e dos produtos intermédios.

2.8 Contratação Pública

A Divisão de Aprovisionamento e Contratação Pública (ACP) contempla o serviço de compras e armazéns da TRATOLIXO, assegurando o fornecimento de bens e serviços a toda a estrutura orgânica, a gestão de contratos e de stocks, trabalhando, em articulação com as áreas e o Gabinete Jurídico da empresa, na preparação dos procedimentos, tramitação e respectiva publicitação na plataforma electrónica de compras públicas “vortal.gov” e no portal dos contratos públicos “base.gov”, de acordo com os princípios legais que regem as compras públicas.

Todos os Concursos Públicos lançados pela TRATOLIXO são publicados na plataforma electrónica de compras públicas “vortal.gov”, no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), este último, caso o valor base do procedimento seja superior aos limiares europeus definidos para efeitos de publicação obrigatória no JOUE.

Após a respectiva adjudicação, todos os procedimentos são publicitados no portal dos contratos públicos “base.gov.”

Desde 2014 registou-se um aumento médio anual de cerca de 30% do número de procedimentos da TRATOLIXO publicados no portal “base.gov”, estando este aumento, na sua maior parte, relacionado com o crescimento das necessidades da empresa, bem como com a entrada em vigor, em 2018, do novo Código de Contratação Pública (CCP).

Em 2022, o contexto bastante adverso que já se vivia em 2021, agravou-se significativamente com a Guerra na Ucrânia, trazendo ainda mais desafios ao ACP para poder dar resposta à satisfação de todas as necessidades de aquisição de bens e serviços da TRATOLIXO, num quadro de grande escassez de produtos e serviços no mercado e dificuldade na obtenção de respostas por parte dos fornecedores. A actual conjuntura internacional de forte pressão dos mercados internacionais no sentido de aumen-

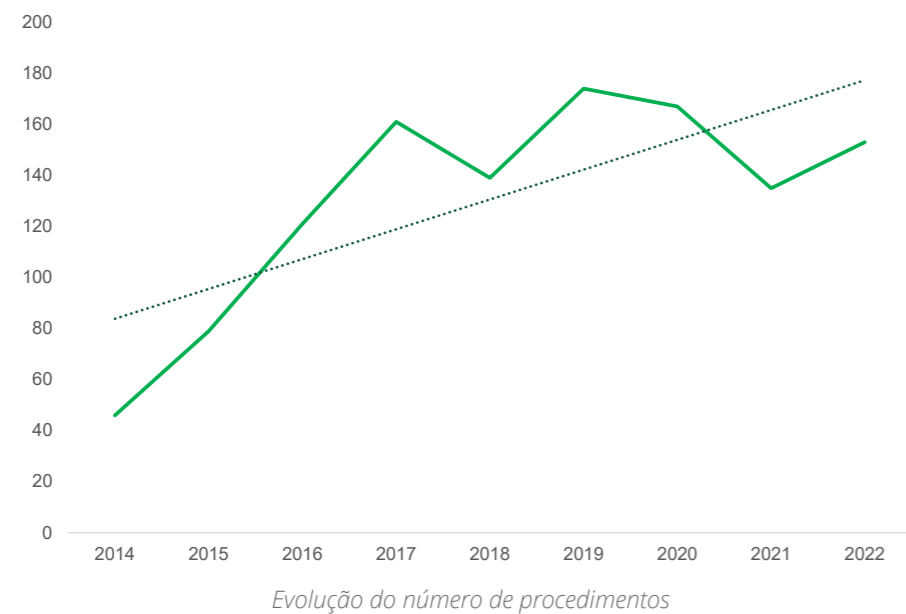
to dos preços das matérias-primas, transporte e combustíveis, com forte impacto no preço dos bens e serviços, imprescindíveis à prossecução da actividade da TRATOLIXO, tem dificultado a preparação e obtenção de propostas admissíveis no âmbito dos procedimentos de formação de contratos, terminando alguns deles desertos, o que obriga a um esforço redobrado da área em termos de alocação de tempo e de recursos humanos.

Por outro lado, em consequência desta conjuntura, muitos fornecedores têm muita dificuldade em manter os preços contratualizados, levando mesmo à rescisão dos contratos vigentes celebrados com a TRATOLIXO, nomeadamente em bens com grande oscilação de preços, como sejam os produtos químicos, produtos com componentes de aço, entre outros, e em serviços fortemente dependentes do preço dos combustíveis, electricidade e outros. Esta situação tem dificultado significativamente a actividade da área, inviabilizando a estabilidade de contratos que se tinha conseguido desde 2019, fruto de um trabalho conjunto da ACP com as outras áreas e com a Administração, de celebração de contratos de fornecimento contínuo de bens e serviços, plurianuais (sempre que possível de 1 ano, com possibilidade de renovação por iguais períodos, até 3 anos).

A celebração de contratos mais abrangentes e de maior duração permite que o processo de contratação seja mais eficiente, exigindo o lançamento e tramitação de um menor número de procedimentos, bem como a gestão de menos contratos, possibilitando a obtenção de economias de escala e a minimização do tempo e dos custos inerentes à preparação e tramitação dos procedimentos e à gestão dos respectivos contratos.

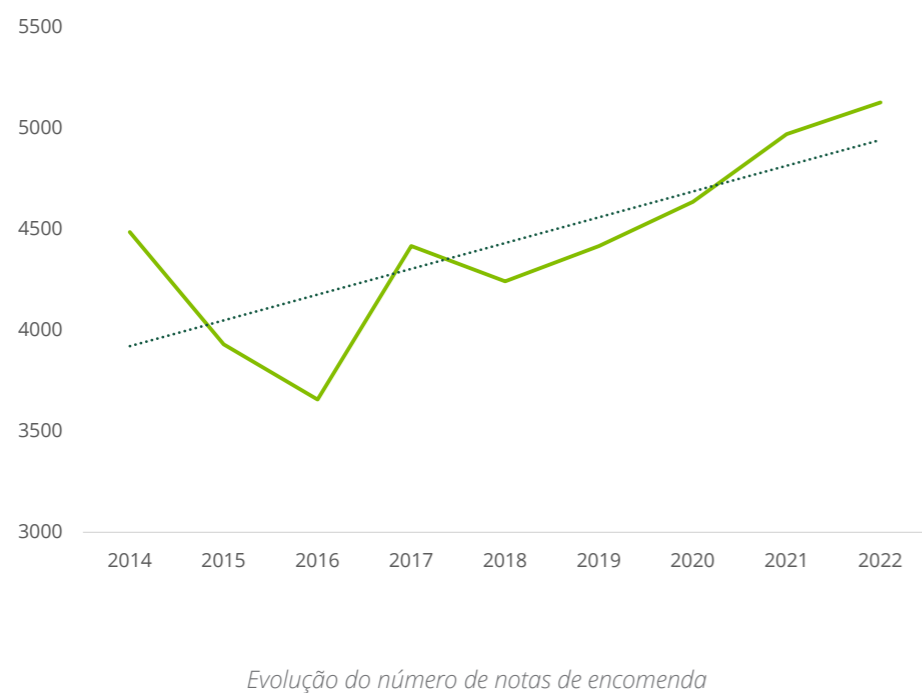
A nova conjuntura obrigou a um esforço redobrado no lançamento de mais procedimentos, alguns mais do que uma vez, na medida em que não obtiveram resposta por parte do mercado, tal a variabilidade de preços que existe presentemente, e na procura de soluções para continuar a assegurar o fornecimento de bens e serviços que permitem a prossecução da actividade da TRATOLIXO.

O número de procedimentos publicitados na base.gov em 2022 situou-se cerca de 13% acima do número de procedimentos publicitados em 2021 (135), tendo sido publicitados 153 procedimentos (não simplificados).



Constata-se igualmente um crescimento do número de Notas de Encomenda desde 2018, devido ao aumento das necessidades aquisitivas da empresa efectuadas ao abrigo de procedimentos de fornecimento contínuo e de procedimentos de ajuste directo simplificado.

Em 2022 foram emitidas 5.130 Notas de Encomenda, o que representa um aumento de 3,2% face a 2021 e de mais de 20% face ao número de Notas de Encomenda emitidas em 2018.



2.9 Sistemas de Informação

A Missão do Gabinete de Sistemas de Informação (GSI) consiste no alinhamento da tecnologia à estratégia da TRATOLIXO.

Este gabinete pretende contribuir directamente para a satisfação e valorização pessoal e profissional de todos os trabalhadores da empresa, incentivar uma cultura de aprendizagem e de partilha de conhecimento, bem como otimizar performances através de processos e serviços de elevada qualidade e inovação que garantam a excelência e a criação de valor para a TRATOLIXO.

Esta estratégia está assente na procura de melhoria contínua visando, através da eficácia da actuação do GSI, obter ganhos de competitividade transversais à empresa com o propósito de contribuir para um posicionamento de referência no mercado onde actua, respeitando uma conduta baseada na ética profissional e na integridade do cumprimento de todas as obrigações legais e morais.

O GSI tem como aspiração ser uma referência de excelência no serviço prestado e um modelo de boas práticas no sector das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), através da oferta de serviços inovadores e abrangentes, baseados em elevados critérios de qualidade, que auxiliem a tomada de decisão e por conseguinte o cumprimento da estratégia definida.

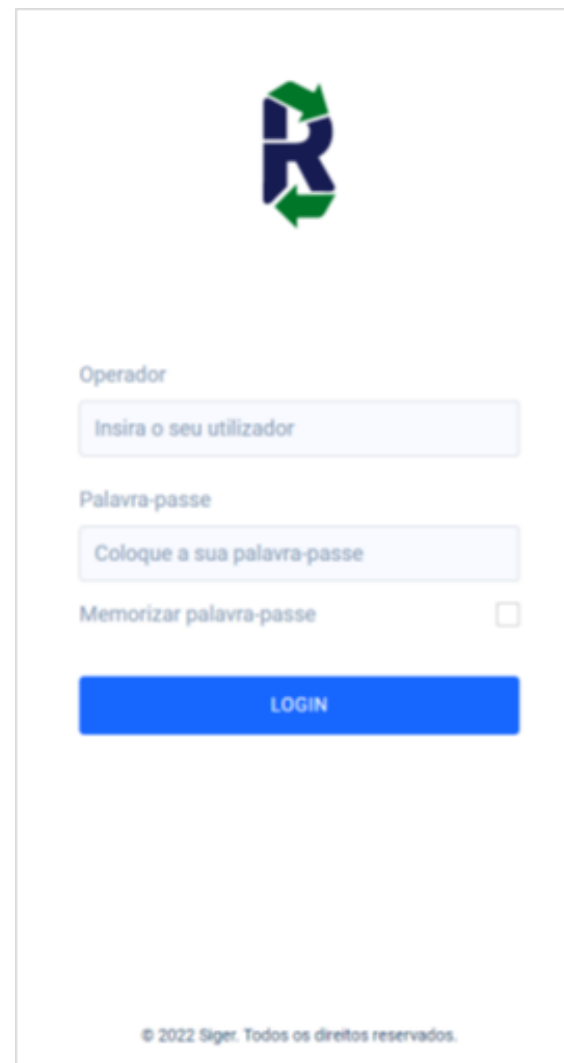
Em 2022, conseguiu-se obter nos indicadores de performance do GSI 99,96% de disponibilidade da plataforma servidora e 75,49% de cumprimento do nível de serviço de apoio ao utilizador e infra-estrutura.

As principais iniciativas realizadas em 2022 no domínio deste gabinete destacam-se de seguida:

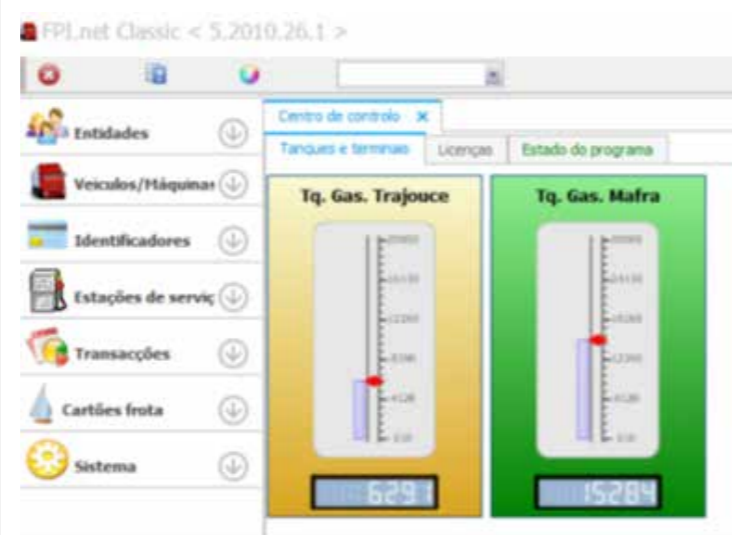
- Início do desenvolvimento de aplicação Mobile para controlo de cargas contaminadas, pretendendo-se com este aplicativo, obter uma classificação das cargas de resíduos recebidas pela TRATOLIXO;
- Implementação de infra-estrutura de suporte do SendysBPM (Compras e Financeiro) e acompanhamento ao arranque;
- Remodelação do bastidor de comunicações do Ecocentro da Ericeira;
- Remodelação do bastidor e renovação de cablagem de rede no Edifício da ETAL do Ecoparque de Mafra/Abrunheira;
- Apoio na implementação de nova solução de gestão de abastecimento de combustíveis de veículos da TRATOLIXO (Ecoparque de Trajouce e Ecoparque de Mafra/Abrunheira);
- Apoio na implementação de projecto de instalação de painéis fotovoltaicos na cobertura do Edifício

de Compostagem de Verdes de Trajouce;

- Apoio informático na inauguração do Edifício de Compostagem de Verdes de Trajouce;
- Integração do Edifício de Compostagem de Verdes de Trajouce, na Infra-estrutura de comunicações da Tratolixo;
- Instalação de novo ar condicionado no Datacenter de Trajouce de forma a colmatar possíveis falhas de funcionamento dos equipamentos actualmente existentes.



Aplicação para controlo de cargas contaminadas.



Nova solução de gestão de abastecimento de combustíveis de veículos da TRATOLIXO.





Participação da TRATOLIXO na Conferência “PERSU 2030 – Derradeiras reflexões para um caminho com êxito” e no 16º Fórum dos Resíduos, eventos da Revista Água e Ambiente.

2.10 Comunicação e Imagem

Publicações

No âmbito desta ferramenta comunicativa destaca-se a publicação da Newsletter 2022 da TRATOLIXO e a publicação de Newsletter digital; produção do Relatório de 3 Anos de Actividade do Conselho de Administração; suportes de comunicação das campanhas de marketing “Central de Compostagem de Resíduos Verdes” e “Recolha Selectiva de Biorresíduos em Saco Verde”; e anúncios para publicação em media diversos.

Audiovisuais e Multimédia

Inseridos nesta tipologia de meio de comunicação, em 2022 foram efectuadas publicações de conteúdos nas plataformas digitais de comunicação da TRATOLIXO (Facebook, Instagram e LinkedIn), foi realizada a rubrica “Entrevista Verde” com entrevistas filmadas a personalidades de destaque do sector, manteve-se a rubrica de sensibilização nas rádios locais “Minuto TRATOLIXO” dedicada à prevenção e produção de resíduos e foi criada uma rubrica também para as rádios locais designada “Minuto Reciclas”, com conteúdos informativos sobre reciclagem.



Participação em Eventos e Feiras

Depois de dois anos de ausência devido à pandemia, em 2022 a TRATOLIXO voltou a marcar presença em diversos eventos temáticos sobre o ambiente, tais como o evento “SintrAmbiente’22 – Feira do Ambiente e Sustentabilidade” (Sintra) e o evento “Há Festa no Parque” (Mafra). Para além destes eventos municipais, a empresa foi mais uma vez Coordenadora Regional da Semana Europeia de Prevenção de Resíduos (SEPR), dedicada em 2022 à temática dos resíduos têxteis circulares e sustentáveis. A TRATOLIXO participou também na Conferência “PERSU 2030 – Derradeiras reflexões para um caminho com êxito” (Abril) organizada pela Revista Água e Ambiente, a qual se dedicou a

debater a questão “Como Assegurar a Concretização entre Players para Alcançar as Metas?”, através nomeadamente da forma como podem ser postas em prática estratégias regionais de cooperação entre entidades (como a APA, as CCDR, o POSEUR, as Câmaras Municipais e os SGRU) e quais as prioridades temporais e de investimento para essas sinergias, para que se consiga atingir as exigentes metas que o PERSU2030 está a definir. A empresa também marcou presença no 16º Fórum dos Resíduos (Novembro), evento nacional dedicado especificamente ao tema dos resíduos e organizado igualmente pela Revista Água e Ambiente. Neste espaço de debate foram discutidos os



temas mais pertinentes da actualidade do sector dos resíduos, nomeadamente quais devem ser as prioridades do sector tendo em vista as exigentes metas dos próximos anos, a implementação do PERSU 2030, os desafios da recolha selectiva de biorresíduos, as oportunidades que surgirão no domínio dos gases renováveis, as novas soluções de valorização energética que se apresentam no horizonte, os apoios de financiamento disponíveis para o sector, o novo modelo de licenças para a gestão de fluxos específicos, a implementação do futuro Sistema de Depósito e Retorno (SDR), os novos fluxos de resíduos e sua regulamentação, os desafios da gestão de resíduos não urbanos e o futuro da gestão de resíduos perigosos.

Visitas

Em 2022 as visitas à TRATOLIXO foram retomadas, depois de dois anos duramente penalizadas pela situação pandémica.

Neste sentido, foi possível acolher várias visitas de estudo e visitas técnicas às instalações da empresa, provenientes de entidades escolares, empresas, entidades nacionais diversas, delegações internacionais e comitivas municipais.

Acções de sensibilização

Devido ainda à situação pandémica, em 2022 a empresa ainda promoveu o desen-

volvimento das acções de sensibilização nas escolas do Sistema AMTRES em formato online, de forma a garantir a execução desta actividade em modo seguro.

No seguimento das directrizes das autoridades governamentais, as acções de sensibilização presenciais foram retomadas gradualmente ao longo do ano, incidindo sobre o impacto do consumo, correcta separação de resíduos e reciclagem.

Projectos

Para além do desenvolvimento de campanhas de sensibilização específicas e dedicadas para os vários projectos em curso na TRATOLIXO e para os projectos nos quais a empresa participa – tais como o Projecto dos Sacos Ópticos Verdes e o Projecto Mafra a Reciclar +, a empresa encontra-se a desenvolver o Projecto Cozinhas, que pretende inovar na forma de deposição de resíduos no domicílio com recurso a novas soluções e novo design nas cozinhas do Sistema AMTRES.

O projecto final com a solução de design proposta foi entregue em Maio e apresentado em sede de CAPER, de modo a que os Municípios possam incluir esta informação nos seus regulamentos municipais de resíduos.



2.11 Apoio Social

No ano de 2022, a empresa manteve o seu habitual e importante contributo no domínio social para com a sua comunidade envolvente através de campanhas solidárias. Neste âmbito recebeu 5,60 t de resíduos valorizáveis e efectuou a correspondente atribuição de apoio financeiro a várias instituições de solidariedade social.

Atendendo à realidade internacional que se gerou em 2022 na Ucrânia e sendo a TRATOLIXO norteada por princípios humanitários e de imparcialidade, durante este ano a empresa solidarizou-se com o povo ucraniano e proporcionou um apoio aos refugiados desta guerra, tendo sido disponibilizado um donativo em produtos diversos doados e recrutamento de trabalhadores para o Ecomarque da Abrunheira.

2.12 Gestão de Recursos Humanos

O maior activo da TRATOLIXO são os seus trabalhadores.

Assim sendo, as actividades associadas a esta área são realizadas com o objectivo de promover o apoio e a informação a todos os trabalhadores da empresa, com qualidade e profissionalismo e de forma humanizada, proporcionando entre outros âmbitos, formação com a finalidade de qualificar e atribuir competências aos trabalhadores, contribuindo para a satisfação e motivação no local de trabalho.

Por outro lado, a empresa desde há muito que se preocupa com a eliminação de todas as manifestações que possam existir de discriminação, tendo-se comprometido a trabalhar para a igualdade de oportunidades para todos os seus trabalhadores, independentemente do seu género, nacionalidade, raça, religião e idade.

De facto, a TRATOLIXO considera que a prossecução de políticas activas de igualdade entre homens e mulheres é um dever que decorre da sua responsabilidade social.

Neste sentido, em 2022 foi elaborado o Plano de Igualdade da TRATOLIXO, considerando a importância do contributo das organizações para uma sociedade mais inclusiva e democrática, aplicando-se a todos os trabalhadores, homens e mulheres, pretendendo-se que todos sintam equidade de tratamento e igualdade na sua valorização enquanto pessoas e enquanto profissionais.

A estratégia da TRATOLIXO passa igualmente por efectuar uma gestão de recursos humanos na qual os trabalhadores sintam que fazem parte de uma empresa que se preocupa com a sua segurança, saúde e condições de trabalho.

Atendendo à pandemia por COVID-19, numa preocupação permanente de salvaguardar a saúde dos trabalhadores e visitantes da empresa, foi assumida uma estratégia de gestão com vista a minimizar os efeitos e consequências desta situação pandémica, não obstante o pleno funcionamento da empresa na prestação do seu serviço público.

No âmbito da realização e revisão do seu Plano de Contingência – elaborado de modo a dar cumprimento a toda a legislação publicada e normativas difundidas pela DGS, APA e ERSAR – continuaram em 2022 a ser adoptadas várias medidas de segurança para fazer face a esta pandemia, que foram gradualmente sendo reduzidas conforme indicação destas autoridades nacionais e, subsequentemente, da própria Administração da TRATOLIXO.

Em 2022, a TRATOLIXO ficou ainda mais sensível às condições sócio-económicas dos seus trabalhadores, que se foram deteriorando no decorrer dos efeitos da crise económica – já patente com o aparecimento da pandemia (e que agora se agravaram com o início da guerra na Ucrânia). Neste seguimento,

a TRATOLIXO actualizou os vencimentos a serem pagos em 2022 em valores superiores recomendados ao Governo.

Em paralelo, manteve as seguintes medidas de apoio sócio-económico prestadas:

- Oferta de "Kit Presente" por nascimento de filho de trabalhador, como apoio à natalidade;
- Oferta de cabazes de Natal e cartões-vale de compras para os trabalhadores.

Ainda em 2022 foi também implementada a atribuição de prenda para os filhos dos trabalhadores até aos 16 anos.

Repartição do Efectivo

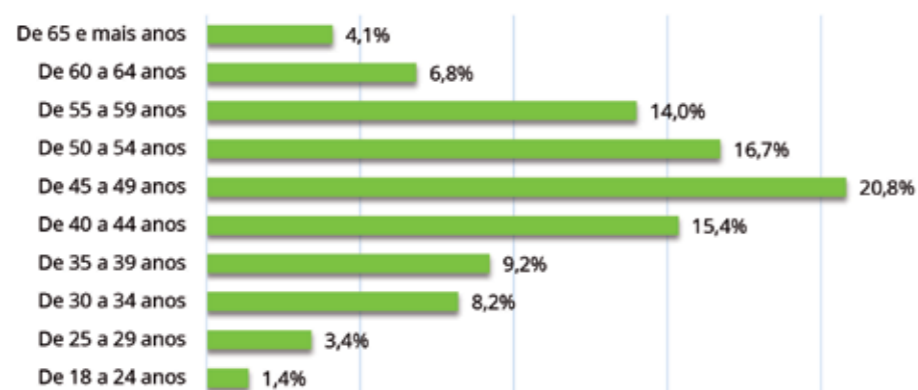
À data de 31 de Dezembro de 2022, o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 293 trabalhadores, distribuídos por 214 trabalhadores do género masculino e 79 do género feminino, acrescido de 21 trabalhadores temporários, 16 do género masculino e 5 do género feminino.

Ocorreu, por isso, um acréscimo face ao ano de 2021, em que o total de trabalhadores a 31 de Dezembro de 2021 era de 283.

O índice de tecnicidade¹ da empresa não sofreu alteração significativa, passando de 22,6% em 2021 para 22,5% em 2022. Isto ficou a dever-se ao facto de não se ter verificado alteração considerável no pessoal pertencente às categorias de coordenador, técnico superior e técnico e as restantes categorias, considerando o balanço entre as entradas e saídas de trabalhadores da empresa, face a 2021.

Nível Etário

Em termos de escalões etários, a 31 de Dezembro de 2022, verificou-se uma maior concentração de trabalhadores na faixa etária entre os 45 e os 49 anos, correspondente a 20,8% do total, conforme se pode constatar no gráfico seguinte.



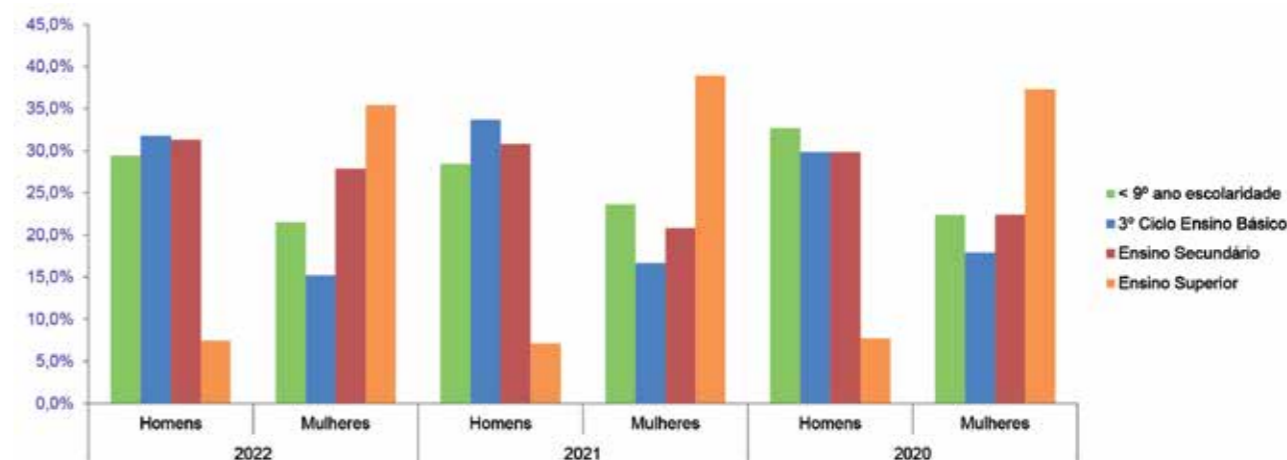
¹ O índice de tecnicidade é obtido através da fórmula (Coordenadores + Técnicos Superiores + Técnicos) / Efectivo global * 100.

Nível de escolaridade

A 31 de Dezembro de 2022, registou-se uma maior percentagem de trabalhadores da empresa com habilitações literárias ao nível do Ensino Secundário (10º-12º ano), 30,4%, correspondente a 89 trabalhadores. Já em 2021, eram os trabalhadores com habilitações literárias ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano de escolaridade), que apresentavam a maior percentagem, 29,3%, correspondente a 83 trabalhadores.

Verificou-se ainda em 2022, que trabalhadores com habilitações literárias inferiores ao 9º ano de escolaridade e o 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano de escolaridade) apresentaram a mesma percentagem, 27,3%, contabilizando 80 trabalhadores em cada grupo.

A evolução do peso relativo dos níveis habilitacionais pode ser analisada segundo o género, como se constata no gráfico seguinte.



Segurança e Saúde no Trabalho

É obrigação do Empregador organizar as actividades de Segurança e Saúde no Trabalho que visem a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde do trabalhador.

O Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho existente na TRATOLIXO está englobado na Direcção de Planeamento Coordenação e Recursos Humanos.

O Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho visa promover o incremento das condições de segurança, incentivando a criação de uma Cultura de Segurança, em todas as actividades das instalações da TRATOLIXO, promovendo um ambiente de melhoria contínua, melhoria das condições de trabalho, redução da sinistralidade, salvaguarda do património e formação das pessoas.

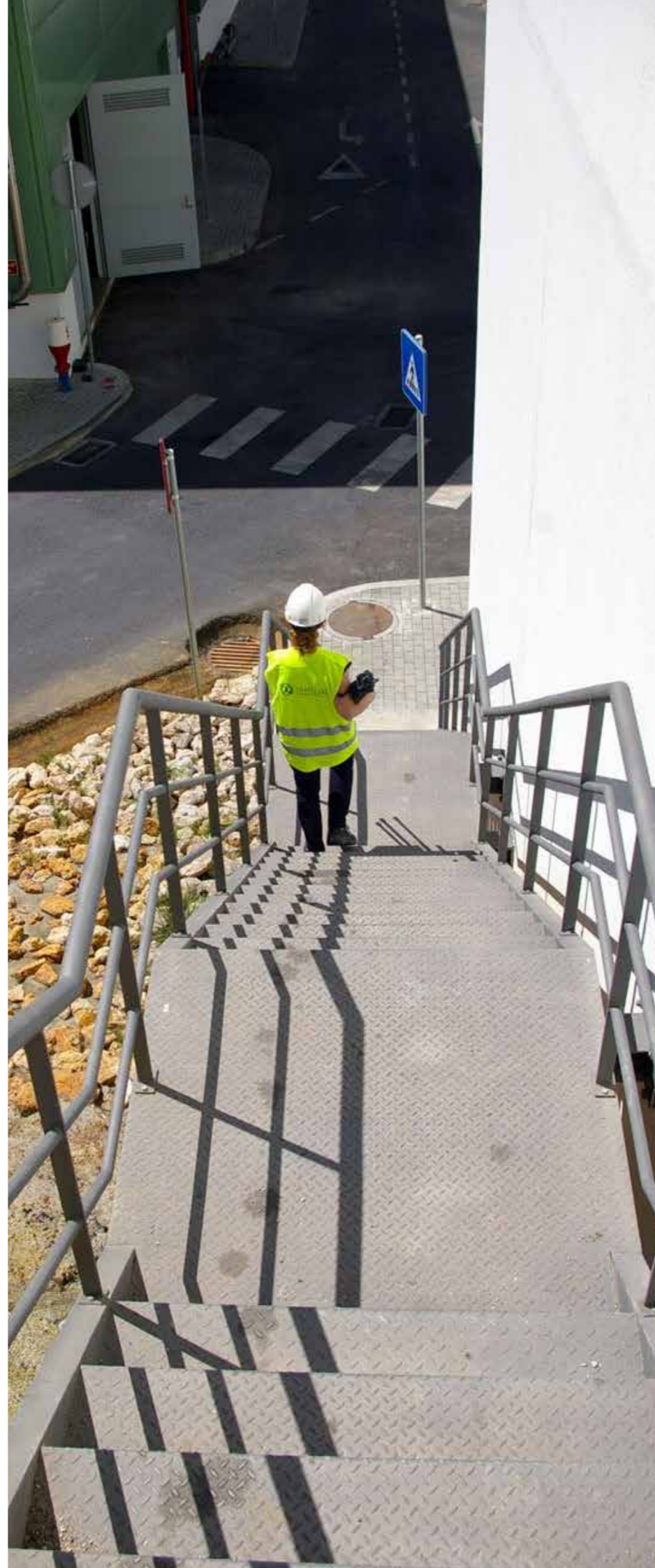
A TRATOLIXO monitoriza as condições de segurança e saúde laborais, de modo a proporcionar um ambiente de trabalho saudável.

Um dos instrumentos utilizados na empresa para a Monitorização de Segurança e Saúde no Trabalho é o Plano de Avaliação Anual de Agentes Físicos, Químicos e Biológicos.

É de referir também as Verificações Técnicas efectuadas aos Macroprocessos / Processos, e a Matriz de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, documento dinâmico, em constante actualização, cuja metodologia tem como objectivo suportar a identificação de Perigos, Avaliação e Controlo de Riscos para a saúde e segurança no trabalho, de forma a determinar quais deverão ser eliminados ou controlados, através implementação de medidas de controlo de riscos pela TRATOLIXO, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança. É também efectuado um acompanhamento mensal da Sinistralidade Laboral.

Apresenta-se no quadro abaixo a informação sobre a sinistralidade laboral da TRATOLIXO em 2022, explicitando a situação dos incidentes de trabalho, sua classificação segundo a forma da respectiva ocorrência, bem como o número de dias perdidos – relativamente a acidentes efectivamente ocorridos no ano em causa – resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica.

Sinistralidade Laboral	2022
N.º de Acidentes de Trabalho com Baixa	29
N.º de Acidentes de Trabalho sem Baixa	8
N.º Total de Acidentes de Trabalho	37
N.º de Dias Perdidos	959
Quase-Acidentes de Trabalho	2





3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

SUMÁRIO

Da análise da estrutura financeira da TRATOLIXO no final de 2022, e da sua comparação com 2021, conclui-se pela manutenção do equilíbrio financeiro da Empresa.

De facto, verifica-se que no final de 2022 os capitais permanentes continuam a cobrir na totalidade do activo fixo, tendo-se gerado um excedente em fundo de maneo de 6,4M€, mais 0,9M€ que em 2021. Esta variação positiva foi possível devido à redução do activo fixo em 5,9M€, conjugada com uma redução inferior dos capitais permanentes em 5,0M€.

A referida redução do activo fixo foi conseguida, sobretudo, por via da realização dos activos fixos e do valor a receber de subsídios de fundos comunitários. Com efeito, no decurso de 2022, regularizou-se mais uma importante parcela dos fundos comunitários atribuídos à TRATOLIXO ao abrigo do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para (i) construção de uma central de triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ECAL proveniente da recolha selectiva; (ii) construção da adaptação do tratamento mecânico de Trajouce à recolha selectiva de biorresíduos; e (iii) construção uma central de compostagem para resíduos verdes oriundos da recolha selectiva, empreitadas em que a TRATOLIXO obteve a comparticipação de 85% sobre as despesas elegíveis apresentadas.

A redução dos capitais permanentes ficou, essencialmente, a dever-se à redução da dívida financeira, que tem acompanhado o calendário de reembolsos firmado com o sindicato bancário, e, ainda, à realização dos subsídios atribuídos por via do seu reconhecimento em resultados.

No curto prazo, continua a verificar-se a estabilidade do ciclo de exploração, mantendo-se as necessidades de fundo de maneo negativas, tendo, em 2022, sido reforçadas em 1,8M€. Tal ficou, uma vez mais, a dever-se ao financiamento conseguido em dívidas de curto prazo, nomeadamente, por via do valor a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2023, no montante de 6,4M€.

No que à tesouraria diz respeito, tendo em conta o já exposto, no final de 2022, o excesso de fundo de maneo era de 13,8M€, montante já deduzido de 4,2M€ de dívida financeira de curto prazo a liquidar à banca em 2023.

Da análise da conta de exploração e de resultados, sem serviços de construção, em 2022 verifica-se um reforço de 1,0M€ no EBITDA, que fica, sobretudo, a dever-se ao crescimento das vendas

e serviços prestados, no montante de 0,3M€, a que acresce uma poupança de 0,7M€ verificada na operação, nomeadamente nos custos de transporte e deposição, devido, principalmente, à redução das toneladas transportadas/depositadas para destinos externos.

O EBIT, dada a regularidade dos gastos de depreciação e amortização, manteve-se relativamente estável, registando um incremento de 0,7M€ em relação ao ano anterior. O valor apurado, no montante de 2,0M€, cobriu os custos do financiamento, obtendo-se o resultado líquido positivo, depois de imposto, de 120 mil euros.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro-Conta de Exploração e de Resultados

Rubrica/Ano	2021	2022	Δ	Δ%
Rendimentos de Exploração	33.298.759	36.667.338	3.368.579	10,10%
Gastos de Exploração	24.930.766	27.333.587	2.402.821	9,60%
Resultado Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA)	8.367.993	9.333.751	965.758	11,50%
Gastos de Depreciação e Amortização	7.055.789	7.313.956	258.167	3,70%
Resultado Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT)	1.312.204	2.019.795	707.591	53,90%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0		0	0,00%
Juros e Gastos Similares Suportados	1.275.656	1.843.672	568.016	44,50%
Resultado antes Impostos	36.547	176.123	139.575	381,90%
Imposto sobre o Rendimento	13.043	55.949	42.906	329,00%
Resultado Líquido	23.505	120.174	96.669	411,30%

Un: €

O Resultado de Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBIT-DA), atingiu 9,3M€ em 2022, mais 1,0M€ que em 2021.

O montante do EBITDA cobriu na totalidade o valor das amortizações, que em 2022 totalizaram 7,3M€, o custo do financiamento no montante de 1,8M€, obtendo-se o resultado líquido, depois de imposto, de 120 mil euros.

Rendimentos de Exploração

Expurgando desta análise a rubrica de serviços de construção, que totalizou 6,6M€ em 2022, e que se anula em gastos de exploração, a variação que se apura no total dos Rendimentos de Exploração reduz significativamente, passando de 3,4M€ para 0,5M€, conforme se verifica no Quadro abaixo:

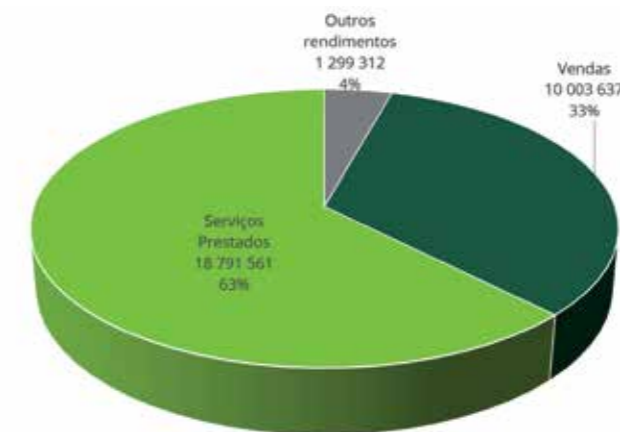
Quadro-Rendimentos de Exploração

Un: €

Rubrica/Ano	2021	2022	Δ	Δ%
Vendas	9.890.998	10.003.637	112.639	1,10%
Serviços Prestados	18.592.148	18.791.561	199.413	1,10%
Outros Rendimentos	1.092.230	1.299.312	207.082	19,00%
Rendimentos de Exploração (s/ serv construção)	29.575.376	30.094.510	519.134	1,80%

Com efeito, neste quadro, onde se detalham os rendimentos de exploração, sem considerar os serviços de construção, verifica-se que a variação positiva fica a dever-se ao aumento das vendas, dos serviços prestados e de outros rendimentos.

O acréscimo verificado nas vendas ficou, principalmente, a dever-se tanto ao aumento dos preços de venda como das quantidades vendidas de papel/cartão embalagem e não embalagem. As prestações de serviços aumentaram, sobretudo, devido a um maior número de toneladas entregues por clientes particulares. A variação positiva em outros rendimentos refere-se, essencialmente, ao reconhecimento em proveitos do subsídio atribuído para financiamento da central de compostagem, na mesma cadênci-a das respectivas amortizações.



Distribuição dos Rendimentos de Exploração

Gastos de Exploração

Mais uma vez, expurgando da análise, na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, os serviços de construção, a variação positiva de 2,4M€, patente no Quadro 1, sofre uma alteração significativa, invertendo-se, passando a mostrar uma variação negativa de 0,2M€ relativamente ao ano anterior:

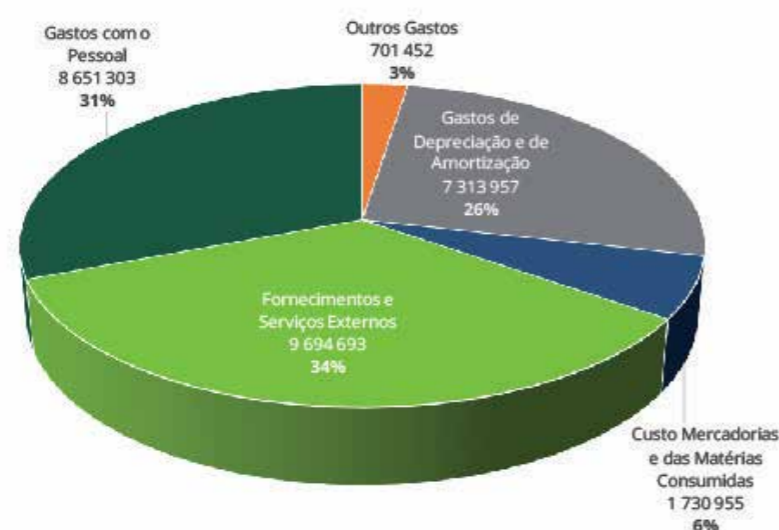
Quadro-Gastos de Exploração

Un: €

Rúbrica/Ano	2021	2022	Δ	Δ%
Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.329.113	1.730.955	401.842	30,20%
Fornecimentos e Serviços Externos	11.402.790	9.694.693	-1.708.097	-15,00%
Gastos com o Pessoal	7.880.014	8.651.303	771.289	9,80%
Outros Gastos	413.899	701.452	287.553	69,50%
Sub Total	21.025.816	20.778.403	-247.413	-1,20%
Gastos de Depreciação e de Amortização	7.055.789	7.313.957	258.168	3,70%
Provisões e Imparidades	181.567	-17.644	-199.211	n.a.
Total dos Gastos de Exploração (s/ serv construção)	28.263.172	28.074.716	-188.456	-0,70%

Conforme se constata, para a variação negativa que se apresenta concorre, sobretudo, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) com 1,7M€, montante que cobre, na sua quase totalidade, os desvios positivos verificados nas restantes rubricas de custos.

Importa referir que o citado desvio negativo verificado em FSE, ficou, fundamentalmente, a dever-se a uma importante redução dos custos com transporte e deposição de resíduos para destinos externos, devido à diminuição das toneladas transportadas/depositadas e à redução do preço médio unitário por tonelada, face a 2021.



Distribuição do Total dos Gastos Operacionais

Estrutura Patrimonial

Un: €

Rúbrica/Ano	2021	2022	Δ	Δ%
Total do Activo	186.766.632	184.337.329	-2.429.303	-1,30%
Activos Fixos	155.933.165	154.897.580	-1.035.585	-0,70%
Outros Activos	15.793.927	11.470.336	-4.323.591	-27,40%
Soma	171.727.092	166.367.916	-5.359.176	-3,10%
Caixa e Equivalentes	15.039.540	17.969.413	2.929.873	19,50%
Total do Capital Próprio	30.696.146	29.807.307	-888.839	-2,90%
Total do Passivo	156.070.486	154.530.022	-1.540.464	-1,00%
Dívida Financeira	134.064.700	130.294.834	-3.769.866	-2,80%
Provisões	3.439.713	3.635.270	195.557	5,70%
Outros Passivos	18.566.073	20.599.918	2.033.845	11,00%

1. Activo

O Total do Activo, excluído de Caixa e Equivalentes era, em 31 de Dezembro de 2022, de 166,4M€, menos 5,4M€ que no final de 2021. Contribuiu para este desvio as variações de -1,0M€ e -4,3M€ que se verificam, respectivamente, em activos fixos e em outros activos.

Activos Fixos

O montante de 154,9M€ que a rubrica Activos Fixos apresenta, refere-se, na sua quase totalidade, ao valor líquido das infraestruturas da concessão de responsabilidade da TRATOLIXO. O desvio negativo de 1,0M€ ficou, maioritariamente, a dever-se à realização dos activos fixos, sobretudo, por via das amortizações que, em 2022, totalizaram 3,2M€ líquidos.

O valor líquido dos activos firmes, que reduziu 2,0M€ relativamente a 2021, conforme já referido por via das amortizações, e a que se adiciona o valor líquido das adições de 2022 no montante de 1,2M€, foi compensado com o valor investido em projectos que se encontram em construção, que cresceu 1,0M€ relativamente ao ano anterior.

Outros Activos

A variação negativa de 4,3M€ que se verifica em outros activos, reflecte, principalmente, os montantes recebidos dos subsídios atribuídos à TRATOLIXO para as empreitadas de (i) construção de adaptação do tratamento mecânico de Trajouce à recolha selectiva de biorresíduos; (ii) central de compostagem de resíduos verdes; e (iii) central de triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ECAL proveniente da recolha selectiva, operações financiadas em 85% pelo POSEUR.

2. Passivo

O total do passivo regista uma diminuição de 1,5M justificada pela redução da dívida financeira.

Dívida Financeira

Dando-se cumprimento ao contrato de financiamento, a dívida financeira reduziu 3,8M€, totalizando 130M€ no final de 2022. O financiamento contraído junto do sindicato bancário, em regime de “project finance”, teve como objectivo a construção das infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Provisões

O montante de 3,6M€ diz, sobretudo, respeito à melhor estimativa, à data, da responsabilidade futura dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento das Células de Confinamento Técnico, e à responsabilidade presente e futura da sua monitorização, bem como de diversas infra-estruturas de responsabilidade da empresa.

Outros Passivos

A variação que se verifica em outros passivos é, fundamentalmente, devida ao crescimento do valor a pagar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2023, relativo à Taxa de Gestão Resíduos cobrada em 2022 que totalizou 6,4M€.

3. Capital Próprio

No Capital Próprio verifica-se uma redução de 0,9M€ que se deve: (i) ao desreconhecimento, por intermédio de resultados transitados, de determinadas provisões de monitorização ambiental, cujos critérios que levaram à sua constituição deixaram de fazer sentido; e (ii) ao reconhecimento em resultados dos subsídios atribuídos ao investimento. De acordo com o normativo em vigor, os subsídios ao investimento são registados inicialmente em capital próprio, sendo transferidos para os resultados dos sucessivos exercícios, em parcelas, durante o período das correspondentes amortizações.



4. PERSPECTIVAS FUTURAS



4. PERSPECTIVAS FUTURAS

Depois de um ano fortemente afectado pela conjuntura económica e geopolítica internacional associada à Guerra na Ucrânia – que se configura como mais um cenário sem precedentes para o País – a escalada dos preços da energia, o aumento do custo das matérias-primas, as taxas de inflação elevadas e a subida das taxas de juro trouxeram uma redução na capacidade de consumo das famílias.

Completaram-se também três anos desde o início da pandemia por COVID-19, que se pensa estar agora a aproximar de um ponto de viragem.

Contudo, a OMS mantém, no início de 2023, o nível máximo de alerta, considerando que a mitigação dos impactes desta doença na morbidade e mortalidade deve continuar a ser um objectivo prioritário.

Isto porque o coronavírus SARS-CoV-2 continuará a ser um agente patogénico permanentemente estabelecido em seres humanos e animais para o futuro e, por conseguinte, é criticamente necessária uma acção de saúde pública a longo prazo, continuando assim a considerar-se esta doença como uma emergência de saúde pública de interesse internacional, de risco global e transmissão elevada para a saúde humana.

Apesar de tudo, no final do ano as expectativas dos consumidores portugueses em relação à economia interromperam a tendência de queda e os níveis de confiança na economia portuguesa estabilizaram no mês de Novembro, interrompendo a tendência de agravamento de pessimismo que se vinha registando desde Agosto.

Desta forma, o ano de 2022 terminou, segundo dados do INE divulgados já no início deste ano, com crescimento na economia portuguesa, o qual se justifica com a retoma do sector do turismo no primeiro trimestre de 2022 – responsável por grande parte do resultado obtido para a totalidade

do ano – e com os apoios extraordinários concedidos pelo Estado aos portugueses, criados precisamente para mitigar os efeitos da inflação.

A economia portuguesa conseguiu, assim, manter o seu ritmo de crescimento em terreno positivo no final de 2022 e regressou aos níveis em que se encontrava antes da pandemia, tornando menos provável o cenário de recessão.

Com esta retoma, a expectativa do Banco de Portugal para 2023 é de que a economia portuguesa apresente níveis mais moderados de crescimento.

O cenário de recessão também parece ser evitado na zona euro, cuja economia, apesar de ter abrangido no último trimestre de 2022 segundo dados do Eurostat, conseguiu registar uma variação positiva do PIB no fecho do ano.

Contudo, há que manter a cautela, já que algumas economias dentro da zona euro podem estar mesmo já em recessão, com destaque para a maior de todas, a Alemanha.

“Desafiante” é por isso a palavra de ordem para 2023.

Perante este ambiente de pressão, Portugal e o sector de resíduos estarão, mais uma vez, a ser postos à prova.

Avizinham-se grandes desafios, começando naturalmente pela publicação da estratégia nacional do sector vertida no PNGR 2030 e no PERSU 2030.

O país tem exigentes metas de reciclagem e de desvio de aterro para cumprir e há que conhecer as directrizes de acção estratégicas, para que todos os agentes do sector possam rumar na direcção definida.

Espera-se do PERSU 2030 orientações claras para resolver problemas de base do sector, tais como a gestão da fracção resto e a utilização do destino aterro.

Salienta-se que a nova meta de desvio de resíduos de aterro vem estabelecer que até 2035, a quantidade de RU depositados em aterros deverá ser reduzida para 10%, ou menos, da quantidade total produzida.

Atendendo a que a premissa deste plano estratégico é proceder à gradual finalização da utilização de aterro como opção de tratamento, o objectivo proposto vem colocar uma pressão acrescida sobre as recolhas selectivas a efectuar pelos municípios e impõe um incremento qualitativo da fracção residual, de modo a permitir que esta seja melhor aproveitada nas soluções de destino já existentes – cimenteiras – estando o PERSU 2030 a equacionar eventuais soluções de tratamento complementar.

Desta forma, a TRATOLIXO encontra-se a estudar um conjunto de medidas para o cumprimento da meta de redução da deposição em aterro, que permitam também diminuir os custos associados à TGR. E neste sentido, porque a acção implica investimento, importa saber que apoios para executar esses investimentos serão destinados ao sector dos resíduos, no âmbito do novo pacote de fundos comunitários (Portugal 2030).

Existe também uma forte expectativa relativa às oportunidades que serão criadas na óptica dos gases renováveis.

O Governo encontra-se a ultimar a futura Estratégia Nacional para o Biometano e, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, foram destinados 185 milhões para apoio de projectos ligados ao hidrogénio e aos gases renováveis.

O sector dos resíduos é um dos que pode explorar oportunidades relevantes neste domínio, trilhando o caminho rumo à descarbonização e assegurando fontes de receita adicionais.

Perspectivam-se também fortes mudanças no sector dos resíduos decorrentes da nova legislação em discussão e cuja publicação será efectuada em 2023.

São disso exemplos o Simplex Ambiente, o novo Sistema de Depósito e Retorno (SDR) de embalagens e as novas Especificações Técnicas dos Resíduos de Embalagens provenientes da recolha selectiva e da recolha indiferenciada.

O Simplex Ambiente pretende simplificar procedimentos administrativos na área do ambiente, visando flexibilizar o regime jurídico de avaliação de impacto ambiental, descarbonizar a economia, promover a economia circular, melhorar a relação com a administração pública e salvaguardar o ambiente, nomeadamente as áreas protegidas.

O futuro regime legislativo prevê assim iniciar a reforma de simplificação de licenciamentos existentes numa lógica de “licenciamento zero”, através da eliminação de licenças, autorizações, actos e procedi-

mentos desnecessários, simplificando as actividades das empresas e contribuindo para incentivar o investimento pela redução dos encargos administrativos e dos custos de contexto.

Já criação do novo SDR para embalagens não reutilizáveis de bebidas está agora dependente da publicação da regulamentação, que deverá avançar também em 2023, e que vai definir como será o seu modelo de funcionamento e quais as responsabilidades dos diferentes stakeholders envolvidos.

No respeitante às novas Especificações Técnicas dos Resíduos de Embalagens, verifica-se que esta considera diversas alterações de fundo, nomeadamente são criadas especificações técnicas para novos produtos sem que os SGRU se tenham pronunciado quanto ao prazo de implementação e investimentos necessários para a implementação destas alterações que, numa linha de triagem automatizada, consubstanciam alterações profundas no layout da mesma.

A nova geração de licenças do SIGRE também trará novidades para o sector, resultado das alterações ao enquadramento legal de gestão de fluxos específicos (UNILEX), como por exemplo a previsão da inclusão das embalagens não urbanas no SIGRE, o que lança desafios acrescidos aos SGRU.

Por outro lado, sabe-se que o regime de responsabilidade alargada do produtor vai ser alargado a novos fluxos de resíduos, entre os quais produtos de tabaco, óleos alimentares usados e resíduos têxteis.

A TRATOLIXO terá certamente nesta matéria muitos desafios de gestão que só serão conhecidos aquando da efectiva publicação da regulamentação aplicável aos correspondentes fluxos de resíduos.

Em matéria de infra-estruturação, em 2023 a TRATOLIXO vai manter o foco na conclusão das empreitadas relacionadas com a Nova Portaria Operacional do Ecoparque de Trajouce e Adaptação das unidades de Tratamento Mecânico e Biológico de Trajouce e Abrunheira, com co-financiamento do PO SEUR. A empresa está alinhada com as metas de gestão de resíduos da próxima política estratégica do sector, pretendendo prestar o melhor serviço público possível aos seus municípios.

Estas infra-estruturas, em conjunto com a nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes concluída em 2022, permitirão uma maior eficiência processual na recuperação de materiais recicláveis e desvio de resíduos de aterro, contribuindo ainda para a minimização das emissões de gases de efeito de estufa e consumos de água, incremento da circularidade da empresa de 29% para 67% e incremento de ganhos financeiros.

A solução de recolha selectiva de biorresíduos em sacos ópticos terá, assim, o fecho de ciclo processual que se planeou.

E porque soluções inovadoras são uma constante busca da empresa para melhorar a sua performan-

ce, a TRATOLIXO manterá a aposta no âmbito da I&DT, participando em projectos compatíveis com o desenvolvimento duma Economia Circular, que contribuam para a descarbonização do sector e do País e que rumem ao encontro dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

São disso exemplos o Projecto Candam RecySmart, o Projecto Blue Circular, o Projecto GreenCork e o Projecto de Reciclagem de Cápsulas de Café, desenvolvidos em parceria com diversas entidades externas dos diferentes quadrantes da sociedade.

A nível interno, destaca-se a operacionalização da nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes de Trajouce, o Projecto de Recolha Selectiva de Biorresíduos em Saco Óptico – ambos fortemente ligados ao trabalho a desenvolver pelos municípios na actividade de recolha – e a Implementação de painéis fotovoltaicos no Ecoparque da Abrunheira.

Encontram-se ainda em estudo várias opções de projectos conducentes à minimização da deposição em aterro e valorização de gases renováveis – hidrogénio verde a partir de resíduos – em consonância com uma visão estratégica integrada de futuro.



5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.º 22º dos estatutos da TRATOLIXO, E.I.M., S.A. e do art.º 66º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2022, no valor de 120.173,91€ (cento e vinte mil, cento e setenta e três euros e noventa e um cêntimos), seja levado à rubrica de resultados transitados.

O Conselho de Administração



Nuno Manuel Vicente Esteves Soares



João Filipe Crisóstomo Dias



Inês Folgado Diogo



**6.
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Índice das demonstrações financeiras

Balço	114	26	Perdas por imparidade e reversões do exercício	165	
Demonstração dos resultados	115	27	Outros rendimentos e ganhos	166	
Demonstração das alterações no capital próprio	116	28	Subsídios ao investimento	166	
Demonstração dos fluxos de caixa	117	29	Outros gastos e perdas	167	
Anexo às demonstrações financeiras	119	30	Juros e gastos e rendimentos similares	168	
1	Introdução	119	31	Imposto do exercício	169
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	119	32	Compromissos	170
3	Principais políticas contabilísticas	120	33	Contingências	171
4	Fluxos de caixa	136	34	Informações sobre matérias ambientais	173
5	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	137	35	Partes relacionadas	174
6	Gestão de riscos financeiros	140	36	Disposições legais	177
7	Activos fixos tangíveis	141	37	Divulgações exigidas por diplomas legais	178
8	Activos Intangíveis	143	38	Eventos subsequentes	179
9	Activos e passivos por Impostos Diferidos	146			
10	Inventários	149			
11	Clientes	149			
12	Estado e outros entes públicos	151			
13	Outras contas a receber	151			
14	Diferimentos	152			
15	Capital	153			
16	Reservas	153			
17	Outras variações de capital	154			
18	Provisões	156			
19	Financiamentos obtidos	158			
20	Fornecedores	159			
21	Outras contas a pagar	160			
22	Vendas e serviços prestados	161			
23	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	163			
24	Fornecimentos e serviços externos	164			
25	Gastos com pessoal	165			

BALANÇO

Montantes expressos em €

	Nota	31 de Dezembro	
		2022	2021 Reexpresso
ACTIVO			
NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	7	29.251	96 216
Ativos intangíveis	8	154 400 734	155 274 237
Outros investimentos financeiros		42 807	38 470
Ativos por impostos diferidos	9	424 789	336 896
		154 897 580	155 745 819
CORRENTE			
Inventários	10	1 602 274	1 325 919
Clientes	11	3 446 060	3 129 609
Estado e outros entes públicos	12	451 957	439 264
Outros créditos a receber	13	5 934 991	10 845 396
Diferimentos	14	35 054	53 738
Caixa e depósitos bancários	4	17 969 413	15 039 540
		29 439 749	30 833 467
TOTAL DO ACTIVO		184 337 329	186 579 286
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL E RESERVAS ATRIBUÍVEIS AOS DETENTORES DE CAPITAL			
Capital subscrito	15	7 010 000	7 010 000
Prémio de emissão		120	120
Reservas legais	16	30 000	30 000
Resultados transitados		-324 833	-490 062
Outras variações no capital próprio	17	22 971 846	24 331 601
		29 687 133	30 881 659
Resultado líquido do período		120 174	168 310
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		29 807 307	31 049 969
PASSIVO			
NÃO CORRENTE			
Provisões	18	3 635 270	2 898 545
Financiamentos obtidos	19	126 094 495	130 045 315
Passivos por impostos diferidos	9	591 417	450 831
Ajustamentos em subsídios	17	6 669 246	7 064 014
		136 990 428	140 458 704
CORRENTE			
Fornecedores	20	2 337 870	1 533 808
Estado e outros entes públicos	12	224 638	209 939
Financiamento obtidos	19	4 200 339	4 019 385
Outras dívidas a pagar	21	10 596 578	9 055 477
Diferimentos		180 170	252 004
		17 539 595	15 070 613
TOTAL DO PASSIVO		154 530 023	155 529 317
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		184 337 329	186 579 286

As notas das páginas 120 a 179 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Montantes expressos em €

	Nota	Exercício	
		2022	2021 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	22	35 348 205	32 162 878
Subsídios à exploração	-	33 966	53 098
Variação nos inventários de produção	10	15 650	-5 258
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-1 730 955	-1 329 113
Fornecimentos e serviços externos	24	-16 247 699	-15 082 523
Gastos com o pessoal	25	-8 651 303	-7 880 014
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	10	785	887
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	11	2 569	-619
Provisões (aumentos) / reduções	18	14 290	-5 327
Aumentos/ reduções de justo valor		-1 763	-409
Outros rendimentos	27,28	1 251 459	1 044 390
Outros gastos	29	-701 452	-413 490
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		9 333 751	8 544 500
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas) / reversões	7,8	-7 313 957	-7 050 717
		-	-
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		2 019 795	1 493 783
Juros e rendimentos similares obtidos	30	-	-
Juros e gastos similares suportados	30	-1 843 672	-1 274 299
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		176 123	219 484
Imposto sobre o rendimento do período	31	-55 949	-51 174
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		120 174	168 310
RESULTADO POR ACÇÃO:			
- BÁSICO		0,09	0,12

As notas das páginas 120 a 179 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Montantes expressos em €

	Notas	Capital realizado	Prémios emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações Capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2021 (reexpresso)		7 010 000	120	30 000	-750 718	25 066 137	263 035	31 618 575
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos								-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	263 035	-	-263 035	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-2 380	-734 536	-	-736 916
		-	-	-	260 655	-734 536	-263 035	-736 916
Resultado líquido do período							168 310	168 310
Resultado integral							168 310	-568 606
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2021 (reexpresso)		7 010 000	120	30 000	-490 062	24 331 601	168 310	31 049 969
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	168 310	-	-168 310	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-3 081	-1 359 755	-	-1 362 836
		-	-	-	165 229	-1 359 755	-168 310	-1 362 836
Resultado líquido do período							120 174	120 174
Resultado integral							120 174	-1 242 662
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2022		7 010 000	120	30 000	-324 833	22 971 846	120 174	29 807 307

As notas das páginas 120 a 179 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Montantes expressos em €

	Nota	Exercício findo em 31 de Dezembro	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		37 393 812	35 073 823
Pagamentos a fornecedores		-21 325 160	-20 117 960
Pagamentos ao pessoal		-7 587 268	-7 076 334
Caixa gerada pelas operações		8 481 384	7 879 529
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento		-7 920	-13 463
Outros recebimentos/ (pagamentos)		-4 155 397	-3 442 014
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		4 318 067	4 424 052
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-17 976	-33 844
Ativos intangíveis		-16 175	-7 566
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		3	-
Activos intangíveis		35 162	25 863
Subsídios ao investimento		4 205 100	1 910 938
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		4 206 115	1 895 391
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Aumentos de capital		-	-
Juros e rendimentos e similares		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-3 968 324	-4 465 186
Amortizações de contratos de locação financeira		-	-
Juros e gastos e similares		-1 625 986	-1 296 636
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		-5 594 309	-5 761 821
Variação de caixa e seus equivalentes		2 929 873	557 622
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		15 039 540	14 481 918
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	17 969 413	15 039 540

As notas das páginas 120 a 179 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. (referida neste documento como TRATOLIXO ou Empresa), com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana, foi constituída em 26 de Julho de 1989, tendo como objecto a gestão e exploração integrada de recolha, transporte, tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados, bem como outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos.

A TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES – ‘Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos’, com sede na Estrada 5 de Junho nº 1

Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 7 de Fevereiro de 2023. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TRATOLIXO, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

1.1 – Enquadramento da actividade

Entre Dezembro de 2004 e 30 de Junho de 2016, a TRATOLIXO desenvolveu a sua actividade no âmbito do contrato-programa celebrado com a AMTRES, em 29 de Dezembro de 2004, de acordo com o qual esta delegou os seus poderes na TRATOLIXO para o exercício do serviço público de gestão do sistema de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios que a integram, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, pelo prazo de 24 anos. Em 16 de Setembro de 2009, foi efectuado um aditamento ao contrato programa, com vista a incorporar as alterações introduzidas ao PERECMOS – ‘Plano Estratégico de Resíduos para os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra’ em 2007, de acordo com o qual a TRATOLIXO deixou de ser responsável pela definição de soluções de recolha dos resíduos sólidos, da tipologia de contentorização e definição dos circuitos.

Na sequência das alterações introduzidas em 2009 ao quadro legal e regulatório do sector das águas e resíduos em Portugal, em 20 de Novembro de 2015 a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato

de gestão delegada, conforme previsto no disposto no nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de Agosto, que substituiu o contrato programa então em vigor, passando este a produzir efeitos a partir 30 de Junho de 2016, data da emissão do visto do Tribunal de Contas, até 31 de Dezembro de 2043.

A substituição do contrato programa, pelo contrato de gestão delegada, obrigou ao alinhamento dos objectivos estratégicos da TRATOLIXO com o PERSU 2020, conforme o PAPERSU 2020 apresentado pela TRATOLIXO e aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Em termos gerais os contratos continuam a prever os mesmos direitos e obrigações assumidos pela TRATOLIXO e a AMTRES no contrato anterior, passando contudo a vigorar um regime de fixação de tarifas com carácter vinculativo para períodos de 5 anos, sujeitas a actualização com base na inflação anual e a parecer favorável da ERSAR. Assim no âmbito dos referidos contratos, considera-se que estes atribuem à TRATOLIXO acesso às instalações existentes no Ecoparque de Trajouce (Cascais) para a prestação do serviço público, para além da obrigação de construir um novo Ecoparque na Abrunheira (Mafra) e requalificar o Ecoparque de Trajouce.

A TRATOLIXO não pode dispor livremente desses activos, para além da substituição/renovação que se demonstre necessária à prestação dos serviços. Pelos serviços prestados, conforme estipulado, a TRATOLIXO tem direito a uma retribuição que equivale à aplicação de uma tarifa por tonelada de resíduos entrada no sistema.

Assim, o contrato de gestão delegada, tal como anteriormente o contrato programa, assinado com a AMTRES constitui, em substância, um acordo de concessão, no âmbito do qual a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela prestação de serviços de construção das infra-estruturas de suporte à actividade a desenvolver e a responsabilidade pela exploração do serviço público de tratamento de resíduos sólidos.

Neste contexto, a TRATOLIXO aplica a interpretação do normativo internacional de contabilidade para os serviços de concessão, a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas pela TRATOLIXO de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) – emitidas e em vigor a 31 de Dezembro 2022, e, supletivamente,

de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia, relativamente a matérias específicas da actividade da Empresa, mas omissas no SNC (“IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços). Ainda a referir, por supletividade a norma ASC 980 – *Regulated Operations*, emitida pelo FASB (substitui a anterior SFAS 71- *Accounting for the Effects of Certain types of regulation*).

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia de 7 de Fevereiro de 2023, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime da periodização económica (acréscimo) no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas (Nota 3), foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, com excepção do referido na nota 5, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com

as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.4 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da TRATOLIXO.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos ou em outros gastos ou rendimentos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para os activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua

aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de uso.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

O activo fixo tangível da TRATOLIXO refere-se a “equipamento administrativo” e é depreciado pelo método da linha recta, desde a data em que encontra em condição de uso, entre 1 e 12 anos.

3.2.3 Activos fixos intangíveis

Os activos intangíveis registados no balanço referem-se a programas de computador e ao direito de concessão resultante da aplicação dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo os custos com direitos de propriedade intelectual e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis adquiridos numa transacção de permuta por outros activos não monetários, ou por uma combinação de activos monetários e não monetários, são reconhecidos pelo justo valor do activo recebido.

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são mensurados, pelo modelo do custo, sendo o activo escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Programas de computador

A TRATOLIXO capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos upgrades. Estes activos são amortizados em três anos.

Direitos de concessão

A TRATOLIXO regista como direito de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento da concessão atribuída. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de concessão de serviço’, a TRATOLIXO presta o serviço de construção/aquisição das infra-estruturas necessárias ao estabelecimento da concessão, que permuta pelo direito de explorar o serviço público de tratamento de resíduos sólidos dos Municípios que integram a AMTRES. Uma vez que todos os activos investidos revertem para a AMTRES no final do prazo do contrato de gestão delegada, sem direito a contraprestação, não existe qualquer valor a receber a registar.

De acordo com os contratos que regulam a concessão, todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição são considerados como parte dos custos e encargos a recuperar nas tarifas, razão pela qual a TRATOLIXO não procede ao registo de obrigações contratuais de reposição no final da concessão, por conta dos equipamentos de renovação/ substituição a adquirir/ construir, e integra todos os montantes dos serviços de construção / aquisição no direito de concessão quando incorridos.

Assim, o valor do direito de concessão reconhecido corresponde: (i) do valor líquido dos activos fixos tangíveis transferido para activo intangível, pela aplicação prospectiva da IFRIC 12 na data da transição para o SNC; (ii) ao valor da permuta dos serviços de construção/aquisição em equipamentos de expansão/ requalificação/renovação/ substituição efectuados após a data da transição para o SNC, com base na fase de acabamento; e (iii) às contrapartidas acordadas com os Municípios, como por exemplo a entrega de contentores e material de recolha de resíduos.

O direito de concessão (o qual compreende o montante classificado como direito de concessão à data da transição e os montantes subsequentes dos serviços de construção prestados em equipamentos de expansão/requalificação/renovação/substituição) são amortizados de acordo com o montante das amortizações considerado como custo elegível em cada período, para a determinação das tarifas, de forma linear e pelo termo da concessão, a terminar em 31 de Dezembro de 2043.

Relativamente às contrapartidas, estas são adicionadas directamente ao saldo do activo intangível – direito de concessão, na data em que a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela execução das mesmas, independentemente da data da sua realização.

3.2.4 Imparidade de activos

A TRATOLIXO avalia os activos fixos tangíveis e intangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa regista a respectiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do activo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e quando aplicável, da alienação do activo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

No caso do activo intangível que constitui o direito da concessão, a avaliação dos indicadores de imparidade é efectuada na revisão do modelo financeiro da concessão e sempre que ocorram alterações nas condições da concessão não passíveis de reposição de equilíbrio pelas tarifas ou pelas transferências financeiras. O teste de imparidade é efectuado ao nível da concessão como um todo, por esta corresponder à unidade geradora de caixa a que a TRATOLIXO gera benefícios económicos. O registo da imparidade é efectuada quando por indicação do regulador/concedente se estima que o valor não seja totalmente recuperável.

Os activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.2.5 Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo, ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo, ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A TRATOLIXO avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a TRATOLIXO reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.2.6 Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transacção, sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas são registadas como instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (“fair value hedge”), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (“cash flow hedge”), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

3.2.7 Inventários

Os inventários da TRATOLIXO referem-se a:

- (i) materiais utilizados nas actividades internas de manutenção, conservação e combustíveis para a movimentação dos equipamentos de carga e transporte;
- (ii) produtos recuperados (embalagens) ou produzidos (composto) a partir do tratamento dos resíduos recebidos;
- (iii) equipamento de protecção individual (EPIS), fardamentos e consumíveis diversos.

Os materiais são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

Os produtos são mensurados ao custo de produção ou ao preço estimado de venda. Apenas os produtos acabados, cujo custo de produção excede o valor da venda, se encontram valorizados ao preço de mercado.

Nos períodos subsequentes, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.2.8 Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo, subsequentemente, revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.2.9 Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses com risco de flutuação de valor reduzido. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na demonstração dos fluxos de caixa como Caixa e Equivalentes de caixa. Os fluxos de caixa respeitantes às empreitadas com empresas construtoras no âmbito de contratos de construção são, no âmbito da IFRIC 12 e, de uma clarificação emitida pela IFRS *Interpretation Committee*, registados como um fluxo operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

3.2.10 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no Capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão

de novas acções ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.2.11 Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo, ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.12 Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amorti-

zado sendo a diferença, entre o valor nominal e o justo valor inicial, reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a TRATOLIXO possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo, neste caso, classificados no passivo não corrente.

3.2.13 Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço e, que se estima, que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a sua utilização. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com o reconhecimento inicial de activos e passivos que não resultem de uma concentração de actividades e que, à data da transacção, não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a TRATOLIXO tem: (i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação este-

ja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a TRATOLIXO divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para regularizar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Provisões para recuperação ambiental

Em 2009, a TRATOLIXO procedeu ao registo de uma provisão para os custos a incorrer com a recuperação ambiental de terrenos localizados junto ao aterro de Trajouce, no valor de 3.500 mil euros. Esta provisão foi registada nas demonstrações financeiras no âmbito do anterior normativo contabilístico (POC), como parte do activo tangível em curso, por se tratar de um custo associado a responsabilidades de remoção dos resíduos indevidamente depositados em Trajouce, decorrentes da actividade desenvolvida pela TRATOLIXO no âmbito do contrato-programa. Este valor foi transferido de activos fixos tangíveis para activo intangível, pela aplicação da IFRIC 12, na data da transição para o SNC. A provisão é revista anualmente tendo em consideração o período estimado de realização e os dispêndios incorridos / a incorrer para a reparação do passivo ambiental, montante que em 31 de Dezembro se estimava em 165 mil euros.

Decorrente da instrução da AMTRES de 30 de Janeiro de 2018, a parte do valor correspondente aos custos já incorridos que havia sido capitalizado como activo intangível, foi, em 2017, reconhecida como gastos do exercício. Esta decisão do accionista prevê a recuperação imediata deste custo ao invés do que estava previsto: a sua recuperação por intermédio de tarifas futuras ao longo do período da concessão.

Para fazer face às responsabilidades previstas no DL n.º 183/2009, de 10 de agosto, foi constituída no exercício de 2016 uma provisão no valor de 2.550 mil euros, conforme custo estimado com a selagem das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, sendo que se estima o seu encerramento em 2026. Considerando que em 31 de Dezembro de 2022, a melhor estimativa à data para os custos de encerramento deste equipamento é de 3.300 mil euros procedeu-se ao reforço da provisão em 750 mil euros, totalizando a mesma, no final de 2022, 3.300 mil euros.

Provisões para monitorização de aterro, lixeiras e células de confinamento técnico

A TRATOLIXO tem atribuída a responsabilidade de monitorização de diversas infra-estruturas e das lixeiras encerradas que integram o sistema multimunicipal objecto do contrato de gestão delegada. Esta é uma medida de protecção ambiental, exigida pelas autoridades competentes, e que pretende avaliar os impactos causados por estas infra-estruturas ao nível dos recursos ambientais.

As provisões registadas resultam do plano de monitorização definido pela TRATOLIXO, para o período da responsabilidade assumida (30 anos desde a data de encerramento), estando sujeitas a revisão anual consoante as acções de monitorização desenvolvidas. As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa efectuada descontada à taxa de juro que reflecte o risco do passivo.

3.2.15 Subsídios e apoios do Governo

A TRATOLIXO reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente da data do seu recebimento.

Quando em período subsequente, por condicionalismos não previstos, se venha a verificar o não recebimento do valor de subsídios registado, há lugar ao desreconhecimento da parcela que não será recebida.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital" (deduzidos de um ajustamento respeitante ao imposto fiscal futuro, reconhecido por contrapartida de um passivo), sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da amortização dos activos a que estão associados. No que se refere aos subsídios associados às infra-estruturas da concessão estes são amortizados de acordo com o prazo da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.2.16 Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a TRATOLIXO detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais

situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a TRATOLIXO não tem opção de compra no final do contrato ou, pelo período de vida útil estimado quando a TRATOLIXO tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da locação.

3.2.17 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são reconhecidas como activos ou passivos se qualificarem como tal.

3.2.18 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou prestações de serviços no decurso da actividade da TRATOLIXO. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos ou descontos atribuídos.

O rédito da venda de produtos da TRATOLIXO corresponde à venda de resíduos de embalagem oriundos da triagem de resíduos recolhidos selectivamente, bem como, aos produtos provenientes do tratamento de resíduos indiferenciados, como sejam os recicláveis resultantes da triagem manual da CITRS, da electricidade gerada a partir do biogás produzido nos biodigestores e do composto produzido na Central de Digestão Anaeróbia. Acrescem, ainda, a estes produtos, os materiais recicláveis recuperados

no Ecocentro provenientes das entregas de monstros pelos municípios que compõem a AMTRES.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para a TRATOLIXO; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenha sido transferido para o comprador.

No caso da venda dos resíduos de embalagem às Entidades Gestoras do Sistema Integrado de Resíduos de Embalagem (SIGRE), Sociedade Ponto Verde; Novo Verde e Electrão o rédito é reconhecido após a entrega aos retomadores e conforme comunicação do resultado dos leilões efectuados por estas entidades aplicável à fracção não embalagem dos lotes de materiais mistos (embalagem e não embalagem).

O rédito das prestações de serviços refere-se a duas actividades:

- Tratamento de resíduos - o rédito é reconhecido de acordo com as toneladas de resíduos entradas no sistema multimunicipal e as tarifas definidas pela AMTRES. O valor correspondente às toneladas de resíduos entradas é facturado directamente aos Municípios.
- Serviços de construção de infra-estruturas da concessão, reconhecidos no âmbito da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços - o rédito reconhecido corresponde ao valor de investimento concordado com a AMTRES, em termos de equipamentos a construir/ adquirir para expansão/ requalificação/ renovação/ substituição, tendo por base os custos estimados de construção/aquisição pela TRATOLIXO, os quais incluem: (a) o custo de aquisição (ex: empreitadas) e (b) os custos orgânicos, directa ou, indirectamente, relacionados com a fiscalização dos investimentos.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.3 Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a TRATOLIXO tenha uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a regularizar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A TRATOLIXO incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. No âmbito do desenvolvimento da sua actividade, a TRATOLIXO incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo da sua origem, estão a ser capitalizados (obrigação contratual de requalificação) ou reconhecidos como gasto nos resultados operacionais do exercício.

3.4 Principais estimativas e julgamentos apresentados na elaboração das demonstrações financeiras

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do conselho de administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.4.1 Provisões

A TRATOLIXO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.4.2 Activos intangíveis

Dado o modelo de negócio da TRATOLIXO (concessão de serviço público) e a contabilização exigida pela IFRIC 12, a definição do método de amortização do activo intangível, que consubstancia o direito

de concessão e outros, é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício ao longo da concessão.

Por se tratar de um direito contratual sujeito a regulação (fixação de tarifa) a amortização praticada tem que reflectir o consumo do benefício económico subjacente ao direito de explorar a concessão, o que se consubstancia no valor da amortização elegível para efeitos de determinação das tarifas. De acordo com as condições contratuais em vigor (“Contracto de gestão delegada”) enquanto o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos não for aplicável à TRATOLIXO, estas são similares às do “contrato-programa” que vigorava anteriormente e que considerava como base para a recuperação dos custos e encargos da concessão o “custo de amortização de todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição”.

Assim, a amortização do direito de concessão é efectuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efectiva dos activos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação/substituição destes activos.

Na data em que o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos tiver de ser adoptado pela TRATOLIXO, este método de amortização poderá ter de ser revisto/ alterado, o que poderá originar diferenças transitórias significativas nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, e consequentemente potenciais necessidades de reequilíbrio da concessão ou equilíbrio financeiro da TRATOLIXO.

3.4.3 Imparidade de activos

Os activos tangíveis e intangíveis firmes são avaliados relativamente à existência de imparidades quando existem indicadores de que os mesmos não serão recuperáveis no prazo do contrato de gestão delegada. Relativamente aos activos intangíveis em curso, o conselho de administração procede anualmente à avaliação da recuperabilidade do seu valor, com base no EVEF associado ao contrato de gestão delegada e nos pressupostos que considera mais prováveis de ocorrerem no futuro.

3.4.4 Impostos

Os montantes reconhecidos como imposto corrente, créditos de imposto e imposto diferido, que constituem a melhor estimativa do conselho de administração, têm em conta a legislação em vigor e o potencial de gerar resultados tributáveis futuros, podendo, contudo, existir correcções por parte da

administração fiscal que se traduzam em alterações/ correcções a estes valores que não se encontram registados.

3.4.5 Prazo da concessão

O prazo da concessão corresponde ao período em que a TRATOLIXO prestará o serviço público. Quaisquer alterações no prazo da concessão têm impactos significativos nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, nomeadamente, nas rubricas de amortização de activos intangíveis (direito da concessão), reconhecimento de amortização do subsídio ao investimento ou no valor da tarifa a praticar (com impacto na determinação da recuperabilidade dos activos intangíveis).

Em 20 de Novembro de 2015, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 2016, onde ficou definida a alteração do fim do prazo da concessão de 31 de Dezembro de 2028 para 31 de Dezembro de 2043.

4 FLUXOS DE CAIXA

4.1 Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A TRATOLIXO não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização, excepto no que respeita à conta de reserva de serviço da dívida, que se destina ao pagamento da dívida financeira do primeiro semestre de 2023.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresenta os seguintes valores:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	3 250	2 887
Depósitos bancários	17 966 163	15 036 654
Caixa e depósitos bancários	17 969 413	15 039 540

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Numerário		
-Caixa	3 250	2 887
Depósitos bancários		
-Depósitos à ordem	17 734 232	14 823 202
-Depósitos a prazo	231 931	213 452
	17 966 163	15 036 654
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	17 969 413	15 039 540
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total	17 969 413	15 039 540

O depósito a prazo encontra-se constituído como garantia para os pagamentos do POSEUR.

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2022 não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

Reexpressão da informação financeira anteriormente divulgada

No exercício de 2022, procedeu-se à avaliação dos critérios técnicos que sustentaram a constituição das provisões ambientais relativas às infraestruturas sobre as quais recai a responsabilidade de monitorização por imposição das autoridades competentes.

Na sequência dessa avaliação foram revistas as estimativas e conclui-se por:

- Manter as provisões para fazer face à responsabilidade legal de monitorização do aterro de Trajouce

e lixeiras dos municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra desde a data de encerramento e durante 30 anos;

- Actualizar a provisão da monitorização das Células de Confinamento Técnico, de forma a incluir exclusivamente as responsabilidades que subsistem para além da operacionalidade da instalação, inclusive as exigidas pós-encerramento.

- Reverter as provisões relativas à responsabilidade de monitorização da Central de Triagem, Central de Digestão Anaeróbia (CDA) e ETAL, decorrente de uma incorreta interpretação da informação que suportou a constituição das mesmas. A obrigação de monitorizar, embora assente num imperativo legal, está dependente da operacionalidade destas infraestruturas.

Na sequência do apuramento final das operações a Empresa efectuou a reexpressão da informação financeira relativa ao exercício homólogo, em conformidade com o princípio da aplicação retrospectiva previsto na NCRF 4, de forma a permitir a sua comparabilidade.

A reexpressão efectuada teve os seguintes impactos:

RUBRICAS	31/12/2021 Divulgado	Ajustamentos e reclassificações	31/12/2021 Reexpresso	01/01/2021 Reexpresso
ACTIVO				
Activo não corrente:				
Activos fixos tangíveis e intangíveis	155 482 039	-111 585	155 370 453	158 716 051
Outros investimentos financeiros	38 470		38 470	29 374
Activos por impostos diferidos	412 656	-75 760	336 896	397 019
Activo corrente	30 833 467		30 833 467	31 607 063
Total do activo	186 766 632	-187 346	186 579 286	190 749 507
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio:				
Resultados transitados	-699 080	209 018	-490 062	-750 718
Outras variações no capital próprio	24 331 601	0	24 331 601	25 066 137
Outras rubricas do capital próprio	7 040 120	0	7 040 120	7 040 120
	30 672 641	209 018	30 881 659	31 355 540
Resultado líquido do período	23 505	144 805	168 310	263 035
Total do capital próprio	30 696 146	353 823	31 049 969	31 618 575



RUBRICAS	31/12/2021 Divulgado	Ajustamentos e reclassificações	31/12/2021 Reexpresso	01/01/2021 Reexpresso
Passivo				
Passivo não corrente:				
Provisões	3 439 714	-541 169	2 898 545	2 895 472
Financiamento obtidos	130 096 377	-51 062	130 045 315	133 995 811
Outros passivos não correntes	7 514 844		7 514 844	7 748 822
	141 050 935	-592 231	140 458 704	144 640 105
Passivo corrente:	15 019 551	51 062	15 070 613	14 490 828
Total do passivo	156 070 486	-541 169	155 529 317	159 130 933
Total do capital próprio e do passivo	186 766 632	-187 346	186 579 286	190 749 507

reexpressão da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

	2021 Divulgado	Ajustamento	2021 Reexpresso
Provisões	-181 834	176 507	-5 327
Outros rendimentos e ganhos	8 549 827	0	8 549 827
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	8 367 993	176 507	8 544 500
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-7 055 789	5 072	-7 050 717
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	0	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 312 204	181 579	1 493 783
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0
Juros e gastos similares suportados	-1 275 656	1 358	-1 274 299
Resultado antes de impostos	36 548	182 936	219 484
Imposto sobre o rendimento do período	-13 043	-38 131	-51 174
Resultado líquido do período	23 505	144 805	168 310



6 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A exposição da TRATOLIXO a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito. Acresce referir que os riscos na gestão de tesouraria encontram-se mitigados pela validação externa na utilização dos meios de financiamento.

Risco da taxa de juro

A TRATOLIXO tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

Risco de crédito

A TRATOLIXO é um sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, que tem como clientes, quase que exclusivos, os Municípios integrados no sistema multimunicipal. Esta situação configura uma elevada concentração de risco de crédito, que é mitigada pelo facto de se tratarem de entidades do Governo local, ou seja, Estado. Os restantes clientes são a EDP, a Sociedade Ponto Verde, a Novo Verde, e outros retomadores de recicláveis, para os quais a TRATOLIXO efectua uma avaliação regular de risco de crédito.

7 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento administrativo	
	2022	2021
1 de Janeiro		
Custo de aquisição	985 893	951 615
Depreciações acumuladas	-889 677	-819 728
Valor líquido	96 216	131 887
31 de Dezembro		
Adições	18 601	34 920
Alienações e abates	-1 640	-642
Transferências / regularizações		-
Depreciação - exercício	-85 567	-70 590
Depreciação - alienações	1 640	642
Activos fixos tangíveis em curso		-
Depreciação- reg. transf. e abates		-
Valor líquido	29 251	96 216
31 de Dezembro		
Custo de aquisição	1 002 854	985 893
Depreciações acumuladas	-973 604	-889 677
Valor líquido	29 251	96 216

As adições registadas nesta rubrica referem-se, essencialmente a equipamento social.

8 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a evolução registada na rubrica dos activos intangíveis, é como segue:

	Programas computador	Programas computador em curso	Direito de concessão	Direito de concessão em curso	Total
A 1 de Janeiro de 2021 (reexpresso)					
Custo de aquisição	604 122	-	207 231 471	575 894	208 411 487
Amortizações acumuladas	-559 886	-	-49 267 437	-	-49 827 323
Valor líquido	44 236	-	157 964 034	575 894	158 584 164
31 de Dezembro					
Adições	21 058	-	1 832 192	1 841 508	3 694 757
Alienações e abates	-	-	-195 425	-	-195 425
Regularizações	-	-	-7 095	-12 495	-19 590
Transferências	-	-	34 682	-34 682	-
Amortizações - exercício	-30 889	-	-6 954 309	-	-6 985 199
Amortizações - reg/alienações	-	-	195 530	-	195 530
Valor líquido	34 404	-	152 869 608	2 370 225	155 274 237
31 de Dezembro de 2021 (Reexpresso)					
Custo de aquisição	625 180	-	208 895 824	2 370 225	211 891 229
Amortizações acumuladas	-590 776	-	-56 026 216	-	-56 616 992
Valor líquido	34 404	-	152 869 608	2 370 225	155 274 237
	Programas computador	Programas computador em curso	Direito de concessão	Direito de concessão em curso	Total
A 1 de Janeiro de 2022 (reexpresso)					
Custo de aquisição	625 180	-	208 902 163	2 370 225	211 897 568
Amortizações acumuladas	-590 776	-	-56 032 555	-	-56 623 331
Valor líquido	34 404	-	152 869 608	2 370 225	155 274 237
31 de Dezembro					
Adições	18 800	-	4 581 042	2 694 606	7 294 448
Alienações e abates	-	-	-4 746 493	-	-4 746 493
Regularizações	-1 260	-	-325 015	-	-326 275
Transferências	-	-	1 772 660	-1 772 660	-
Amortizações - exercício	-33 650	-	-7 194 740	-	-7 228 390

Amortizações - reg/alienações	1 260	-	4 131 946	-	4 133 206
Valor líquido	19 554	-	151 089 008	3 292 171	154 400 734
31 de Dezembro de 2022					

Custo de aquisição	642 720	-	210 184 358	3 292 171	214 119 248
Amortizações acumuladas	-623 165	-	-59 095 349	-	-59 718 515
Valor líquido	19 554	-	151 089 008	3 292 171	154 400 734

Direito de concessão e Direito de concessão em curso

Em 2022 procedeu-se à transferência de investimento em curso para o activo intangível direito da concessão da Central de Compostagem, cujo custo de aquisição ascendeu a 4.129.249 euros.

As adições directas registadas em 2022 no direito da concessão referem-se, essencialmente a: (i) um Volteador de Composto, no montante de 248.490 euros; (ii) uma varredora aspiradora compacta no valor de 141.000 euros; (iii) um crivo móvel, no montante de 305.900 euros; (iv) quatro tratores Volvo cujo custo de aquisição total foi de 422.200 euros e (v) atualização do valor da provisão da selagem das Células de Confinamento Técnico, no valor de 750.000 euros.

As regularizações apresentadas no direito da concessão referem-se, fundamentalmente à penalização, aplicada pela TratoLixo ao consórcio constituído pela Oliveiras, S.A. e Metrocompost, SL, sobre a Empreitada de Concepção, Construção e Fornecimento da Central de Triagem, de Trajouce que ficou estabelecida no acordo celebrado entre as partes.

As alienações e abates têm principalmente a ver com o desmantelamento dos activos que se encontravam implantados nos locais onde foi construída a central de compostagem e onde está a ser contruída a obra para adaptação das unidades de tratamento Mecânico de Trajouce.

As adições no direito da concessão em curso respeitam, maioritariamente, à empreitada da Central de Tratamento Mecânico de Trajouce. Estas adições resultam da permuta da prestação de serviços de construção pelo direito da concessão (ver nota 22).

Os valores incluídos na rubrica de "Direito de concessão em curso" referem-se às seguintes obras:

	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação dos Terrenos Sul	164 704	164 704
Terrenos requalificação ambiental	250 314	250 314
Central Tratamento Mecânico	2 569 160	11 780
Nova Portaria	128 008	25 674
Central de Compostagem Verdes	-	1 772 660
Projeto 4º motogerador	27 600	16 600
Edifício Social e Armazém Abrunheira	72 503	63 753
Ampliação Capacidade CDA - RUB	76 522	64 740
Plataforma Careview	3 360	-
	3 292 171	2 370 225

As amortizações dos activos intangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

A reexpressão do período homólogo desta rubrica ficou a dever-se à actualização da provisão de monitorização das células de confinamento técnico que, de acordo com o preconizado na NCRF 26, deve ser capitalizado e amortizado como parte do activo relacionado (ver nota 5). Os dispêndios estimados com a selagem e obrigação de monitorização (não directamente relacionada com a operacionalidade da infraestrutura) das células de confinamento técnico estão incluídos como parte do ativo das CCT.

Projectos de Pesquisa e desenvolvimento

Em 2022 deu-se continuidade a dois Projectos de I&DT, tendo sido gastos os seguintes valores:

Designação do Projecto de I&DT	Valores gastos em 2022
Projecto SimRecicla (anterior Circular SimTech)	Em 2022 não foi efectuado nenhum pedido de pagamento
Projecto "MAFRA reciclar a valer +"	32 010,24€
TOTAL	32 010,24€

O Projecto simrecicla (entteriormente designado de Circular SimTech), tem como objectivos promover a Economia Circular com simuladores de processos e tecnologias de produção, recolha, processamen-

to de resíduos e de reciclagem na área de abrangência da TRATOLIXO e mereceu parecer favorável e, por conseguinte, a aprovação de um financiamento pela Sociedade Ponto Verde, no montante total de 101.304,0€. Em 2021 não foi efectuado nenhum pedido de pagamento.

O projecto promovido pela TRATOLIXO conta a parceria do Instituto Superior Técnico e da 3drivers, e tem como objectivo promover a economia circular, a descarbonização da gestão de resíduos e o uso eficiente dos recursos, através do desenvolvimento e da disponibilização de simuladores, com grande detalhe na modelação de todos os processos tecnológicos envolvidos na cadeia de valor de processamento dos resíduos urbanos (RU).

Estes simuladores permitirão conhecer, com rigor e de forma interactiva, o impacto das acções das diferentes partes interessadas no sistema de gestão de resíduos, na capacidade de separação de materiais constituintes dos produtos que compõem os RSU, incluindo as embalagens, visando a sua reciclagem e, no impacto ambiental associado ao seu processamento, com ênfase para as alterações climáticas.

A TRATOLIXO propõe o desenvolvimento e a disponibilização de 3 simuladores interactivos para cidadãos, que estará associado a uma aplicação móvel bilingue (português e inglês), para fabricantes de produtos e para gestores de resíduos.

Um dos simuladores - Simulador I – Produtores - permitirá aos produtores de embalagens e produtos testar diferentes desenhos /componentes e perceber o impacte no ambiente, tendo em conta as infra-estruturas concretas que existam para o processamento de resíduos na sua região.

O segundo simulador - Simulador II – Cidadão, permitirá ao cidadão perceber o impacte das suas práticas de separação e encaminhamento dos RU e das embalagens, ou seja, permitirá quantificar as consequências das suas acções tendo em conta as infra-estruturas de processamento de resíduos disponíveis na sua região. Disponibilizará a visualização de todos os passos por que os resíduos passam e quantificará a transformação dos resíduos em materiais que são reincorporados na economia, promovendo a economia circular.

E o terceiro e último simulador - Simulador III – Operadores da cadeia de resíduos - permitirá aos operadores avaliar os impactes das suas actividades e promover a optimização da cadeia de valor de processamento de resíduos desde a recolha à sua valorização. Os operadores poderão verificar de forma quantitativa quais são as fases que estão no caminho crítico para aumentar a sua eficiência, minimizar os custos e, assim, maximizar a eficácia da sua actuação.

O projecto MAFRA Reciclar a valer +, promovido pela Câmara Municipal de Mafra, tem como parceiros a TRATOLIXO, a Novo Verde, a Electrão, o Instituto Superior Técnico e a 3drivers e tem como objectivo

criar um laboratório vivo de sistemas de incentivo, que permita testar diferentes soluções tecnológicas e monitorizar os seus resultados, contribuindo para aumentar o conhecimento sobre estes sistemas e promover a sua eficácia e eficiência económica no sentido de preparar a implementação do sistema de depósito.

Foi constituído por vários elementos:

- 1) Diferentes tipologias de equipamentos de depósito, de forma a identificar aqueles mais adequados para diferentes localizações e diferentes grupos de utilizadores;
- 2) Tecnologias de sensorização e de inteligência artificial que permitam obter informação sobre a eficácia e eficiência do sistema;
- 3) Plataforma de monitorização da rede de equipamentos em tempo real, com gestão automática das operações de recolha.

O projecto visa ainda promover a correcta utilização destes sistemas através de uma campanha de sensibilização que percorrerá o concelho de Mafra com eventos em lojas e mercados, em escolas e outros locais junto das comunidades próximas. Esta campanha permitirá recolher indicadores de percepção dos cidadãos relativamente às soluções e responder a questões chave como o valor associado ao incentivo, acessibilidade dos equipamentos, entre outras.

Pretende-se ainda que o conhecimento acumulado seja disponibilizado de forma aberta a todos os interessados, promovendo o desenvolvimento e implementação de redes ou sistemas de depósito mais eficazes e eficientes.

O Projecto tem um investimento total de 840,000.00€ e obteve a aprovação dos EEA Grants e um financiamento global de 642.000,00€.

9 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	31/12/2022	31/12/2021 Reexpresso
Demonstração dos resultados		
Imposto diferido	-52 693	-39 399
Imposto Corrente (nota 31)	-3 256	-11 775
	-55 949	-51 174

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	31/12/2022	31/12/2021 Reexpresso
Impacto na demonstração dos resultados		
Activos por impostos diferidos	87 893	-60 124
Passivos por impostos diferidos	-140 587	20 725
	-52 693	-39 399

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões de monitorização	Provisão de selagem das CCT	Diferimento rendimentos SFAS71	Prejuízos fiscais	Justo valor Fundo Comp. Trabalho	Total
A 1 de Janeiro de 2021	51 698	312 955	37 058	32 938	-	434 649
Ajustamento por resultados	-37 629	-	-	-	-	-37 629
A 1 de Janeiro de 2021 (reexpresso)	14 069	312 955	37 058	32 938	-	397 020
Reversão por resultados	-1 773	-52 159	-	-9 895	-	-63 827
Constituição por resultados	3 611	-	-	-	92	3 703
Movimento do período	1 838	-52 159	-	-9 895	92	-60 124
A 31 de Dezembro de 2021 (reexpresso)	15 907	260 796	37 058	23 043	92	336 896

	Provisões de monitorização	Provisão de selagem das CCT	Diferimento rendimentos SFAS71	Prejuízos fiscais	Justo valor Fundo Comp. Trabalho	Total
A 1 de Janeiro de 2022 (reexpresso)	15 907	260 796	37 058	23 043	92	336 896
Ajustamento por resultados						-
Reversão por resultados	-1 999	-52 159	-	-	-28	-54 186
Constituição por resultados	-	135 000	-	6 682	397	142 079
Movimento do período	-1 999	82 841	-	6 682	369	87 893
A 31 de Dezembro de 2022	13 908	343 636	37 058	29 725	461	424 789

O imposto diferido activo diz respeito: (i) às provisões de monitorização das infraestruturas que existem nos municípios do sistema concessionado à TRATO-LIXO, e à provisão da selagem das células de confinamento técnico da Abrunheira (ver nota 18); (ii) aos prejuízos fiscais que estão por utilizar do exercício de 2019 no valor de 118.672 euros e aos apurados neste exercício no montante de 22.878 euros e (iii) ao justo valor do Fundo da Compensação do Trabalho.

O ajustamento por resultados está relacionado com os ajustamentos efetuados às provisões de monitorização conforme descrito na nota 5.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Selagem CCT	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
A 1 DE JANEIRO DE 2021	-34	-471 295	-227	-471 556
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-	-
Alteração de taxa de imposto	-	-	-	-
Reversão por resultados	7	20 491	227	20 725
Movimentos do período	7	20 491	227	20 725
A 31 de dezembro de 2021	-27	-450 804	-	-450 831

	Reavaliação normativo anterior	Selagem CCT	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
A 1 DE JANEIRO DE 2022	-27	-450 804	-	-450 831
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	-161 080	-	-161 080
Alteração de taxa de imposto	-	-	-	-
Reversão por resultados	2	20 491	-	20 493
Movimentos do período	2	-140 588	-	-140 587
A 31 de dezembro de 2022	-25	-591 392	-	-591 417

As reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior resultam da actualização do valor dos activos, efectuada no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde são definidos os coeficientes de desvalorização monetária. A O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efectuada.

10 INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Gasóleo	33 666	47 667
Arame	98 958	15 129
EPI's e Fardamentos	88 972	106 818
Outros consumíveis	1 307 261	1 099 324
Produtos acabados	87 124	71 474
Adiantamentos por conta de compras	-	-
Imparidade de inventários	-13 707	-14 492
Total inventários	1 602 274	1 325 919
Varição dos inventários de produção	15 650	-5 258

O custo dos inventários reconhecido, em 2022, incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” (ver nota 23) diz respeito ao consumo de arame e de gasóleo.

Os EPIS, Fardamentos e Outros Consumíveis, estão a ser relevados na rubrica de inventários. O consumo dos EPIS e Fardamentos é reconhecido em gastos com o pessoal e o consumo dos Outros Consumíveis em fornecimentos e serviços externos (ver nota 24), maioritariamente na rubrica de conservação e reparação.

Imparidade de Inventários

	2022	2021
A 1 de janeiro	14 492	15 379
Reforço	-	-
Utilizações	-	-
Reversão	-785	-887
A 31 de dezembro	13 707	14 492

A reversão justificou-se pela utilização de consumíveis/equipamentos que não eram requisitados há muito tempo e cuja utilização se revelou necessária.

11 CLIENTES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo i)	1 900 323	-	1 900 323	1 208 961	-	1 208 961
Clientes - outros ii)	1 545 737	-	1 545 737	1 920 648	-	1 920 648
Clientes de cobrança duvidosa	278 933	-	278 933	94 396	-	94 396
	3 724 993	-	3 724 993	3 224 005	-	3 224 005
Imparidade de clientes	-278 933	-	-278 933	-94 396	-	-94 396
Total Clientes	3 446 060	-	3 446 060	3 129 609	-	3 129 609

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se, essencialmente, aos saldos a receber dos municípios por conta do serviço de tratamento de resíduos prestados no âmbito do contrato de gestão delegada.

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de energia eléctrica injectada na rede, produtos recicláveis e da prestação de serviços de recepção e tratamento de resíduos provenientes de particulares.

Imparidade de clientes

	2022	2021
A 1 de Janeiro	94 361	93 742
Aumentos	187 788	619
Utilizações	-	-
Reduções	3 216	
A 31 de Dezembro	278 932	94 361

12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	2 537	-	19	5 155
Impostos s/ rendimento - IRS	-	71 374	-	66 020
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	449 420	-	439 245	-
Contribuições p ^a segurança social / C.G.A.	-	152 118	-	137 780
Descontos ADSE	-	-	-	-
Fundos de compensação do trabalho	-	1 146	-	984
	451 957	224 638	439 264	209 939
Saldo corrente	451 957	224 638	439 264	209 939
Saldo não corrente	-	-	-	-
	451 957	224 638	439 264	209 939

O montante de 449.420 euros refere-se ao valor de IVA a recuperar à data de 31 de Dezembro de 2022.

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31/12/2022	31/12/2021
Pagamentos por conta	3 090	3 936
Retenções na fonte	2 704	2 684
Estimativa de IRC	-3 256	-11 775
Total	2 537	-5 155

13 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores i)	5 706 429	-	5 706 429	10 547 522	-	10 547 522
Imparidade Outros devedores	-	-	-	-	-	-
	5 706 429	-	5 706 429	10 547 522	-	10 547 522
Pessoal		-	-		-	-
Devedores por acréscimo rendimento			-		-	-
Facturação a emitir ii)	204 052	-	204 052	273 363	-	273 363
Diferencial tarifário a receber iii)	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores iv)	24 511	-	24 511	24 511	-	24 511
Outras contas a receber	5 934 991	-	5 934 992	10 845 396	-	10 845 396

i) O saldo relevado em outros devedores diz, essencialmente, respeito ao valor de 5.630 mil euros a receber de subsídios atribuídos ao abrigo do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

ii) Este saldo refere-se, na sua maior parte, à energia a facturar à SU Electricidade no montante de 156 mil euros.

iii) Refere-se ao valor em saldo relativo ao adiantamento efectuado ao empreiteiro das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a TRATOLIXO tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros	502	464
Outros serviços	22 230	53 274
Subsídios à exploração	12 321	
Gastos a reconhecer	35 054	53 738
Faturação antecipada	164 704	209 504
Outros rendimentos	15 466	42 500
Rendimentos a reconhecer	180 170	252 004

Os gastos a reconhecer dizem, sobretudo, respeito a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

O valor de 164 mil euros de rendimentos a reconhecer refere-se ao valor recebido nas tarifas de 2017, que por deliberação da Assembleia Intermunicipal da AMTRES, serão para compensar com os gastos a incorrer com a recuperação do passivo ambiental de Trajouce. De acordo com a norma ASC 980 – Regulated Operations emitida pelo FASB (substitui a anterior SFAS 71) os rendimentos serão diferidos até que os gastos venham a ser concretizados.

15 CAPITAL

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o capital social da TRATOLIXO, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.402.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
Capital Social	1 402 000	7 010 000

16 RESERVAS

A rubrica de Capital próprio - Reservas legais, não registou movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, mantendo-se em 30.000 euros.

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital social.



17 OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL

A rubrica Outras variações no capital próprio corresponde a subsídios ao investimento, os quais são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo depois reconhecidos em resultados como rendimentos em base sistemática de forma a balanceá-los com os gastos a que dizem respeito.

Nesta rubrica encontram-se reconhecidos os subsídios seguintes:

(i) Subsídio atribuído pelo Fundo Coesão à TRATOLIXO para o projecto de “construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos”;

(ii) Subsídio do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ECAL proveniente da recolha selectiva;

(iii) Subsídio do POSEUR respeitante à empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do Ecoparque de Trajouce;

(iv) Subsídio do Fundo Ambiental para a aquisição de três viaturas eléctricas e três subsídios do Fundo de Eficiência Energética direccionados para a CDA;

(v) Subsídio do POSEUR para financiamento de quiosque digital.

(vi) Subsídio do POSEUR referente à Conceção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à recolha selectiva de biorresíduos;

(vii) Subsídio do POSEUR para uma Central de Compostagem de Resíduos Verdes oriundos da recolha seletiva. Esta operação inclui a aquisição de equipamentos móveis associados às etapas pelas quais os resíduos verdes passam desde que são rececionados na Estação de Compostagem até à saída do composto.

	Subsídios ao Investimento	Ajustamento efeito fiscal futuro	Total
1 de Janeiro de 2021	32 343 403	-7 277 266	25 066 137
Adições	-	-	-
Regularização por resultados exercício	-947 788	213 252	-734 536
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	-	-	-
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
31 de Dezembro de 2021	31 395 615	-7 064 014	24 331 601
Adições	55 280	-12 438	42 842
Regularização por resultados exercício	-1 125 201	253 170	-872 031
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	-684 602	154 035	-530 566
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
31 de Dezembro de 2022	29 641 093	-6 669 246	22 971 847

A adição de 55.280 euros resulta da decisão favorável do POSEUR, em Outubro de 2022, relativa à reprogramação da candidatura da Central de Triagem de Trajouce, para incluir os termos do acordo firmado entre a TRATOLIXO e a Metrocompost.

A diminuição de 684 602 euros advém da Aprovação de Reprogramação, datada de Dezembro de 2022, do financiamento para uma central de compostagem para resíduos verdes oriundos da recolha seletiva.

Em 2022 iniciou o reconhecimento do subsídio respeitante à Central de Compostagem de Trajouce. À semelhança dos outros subsídios, relacionados com investimentos em obras e equipamentos que constituem o direito da concessão, o subsídio foi amortizado considerando-se o prazo da concessão até 2043.

18 PROVISÕES

A evolução registada na rubrica das Provisões em 2022 e 2021 é como se segue:

	Provisões ambientais	Provisões monitorização	Provisões selagem	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2021 (reexpresso)	164 704	178 368	2 550 000	2 400	2 895 472
Dotação	-	16 047	-	2 000	18 047
Utilização	-	-	-	-	-
Redução	-	-14 974	-	-	-14 974
A 31 de Dezembro de 2021 (reexpresso)	164 704	179 441	2 550 000	4 400	2 898 545
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	164 704	179 441	2 550 000	4 400	2 898 545
	164 704	179 441	2 550 000	4 400	2 898 545
	Provisões ambientais	Provisões monitorização	Provisões selagem	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2022 (reexpresso)	164 704	179 441	2 550 000	4 400	2 898 545
Dotação	-	-	750 000	1 530	751 530
Utilização	-	-	-	-	-
Redução	-	-12 805	-	-2 000	-14 805
A 31 de Dezembro de 2022	164 704	166 636	3 300 000	3 930	3 635 270

Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	164 704	166 636	3 300 000	3 930	3 635 270
	164 704	166 636	3 300 000	3 930	3 635 270

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a TRATOLIXO apresentava as seguintes provisões:

5.1 Provisão ambiental: refere-se à provisão constituída para a recuperação ambiental decorrente da responsabilidade do plano de reabilitação do Ecoparque de Trajouce devido à deposição de resíduos em área não impermeabilizada. A estimativa inicial tem sido utilizada conforme as áreas já reabilitadas, e reduzida em função da melhor estimativa dos gastos necessários à reabilitação ambiental.

5.2 Provisões monitorização: dizem respeito à melhor estimativa à data, da responsabilidade futura, atribuída à TratoLixo, para a monitorização das células de confinamento técnico, do aterro de Trajouce e das quatro lixeiras que existem nos municípios integrados no sistema.

Decorrente da avaliação efectuada, em 2022, aos critérios técnicos que sustentaram a constituição das provisões ambientais relativas às infraestruturas sobre as quais recai a responsabilidade de monitorização procedeu-se à actualização da provisão de monitorização das CCT e reversão total das provisões da Central de Triagem, CDA e ETAL (ver nota 5).

5.3 Provisão para a selagem das células de confinamento técnico (CCT) da Abrunheira. Nos termos do DL nº 183/2009, de 10 de Agosto, registou-se a responsabilidade futura com a selagem das CCT, no montante de 3.300 mil euros, tendo por base o valor actualizado em 31/12/2022 dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento prevista, em 2026, tendo em conta a tecnologia existente. Devido à crise global na energia e aos efeitos resultantes da guerra na Ucrânia que têm provocado impactos económicos significativos nas cadeias de abastecimento, nomeadamente aumentos abruptos dos preços das matérias-primas, dos materiais e da mão de obra, procedeu-se, no exercício de 2022, ao reforço desta provisão em 750.000 euros.

5.4 Outras provisões: provisões para processos de contra-ordenação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), Autoridade Nacional para a segurança Rodoviária (ANSR) e Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT).

19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	3 968 324	126 459 107	130 427 431	3 968 324	130 427 430	134 395 754
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
	3 968 324	126 459 107	130 427 431	3 968 324	130 427 430	134 395 754
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Juros e encargos a pagar - especialização	232 016	-	232 016	51 062	-	51 062
Custos incrementais	-	-364 612	-364 612	-	-382 114	-382 114
	4 200 339	126 094 495	130 294 834	4 019 385	130 045 315	134 064 700

A rubrica de empréstimos bancários refere-se ao financiamento obtido junto do sindicato bancário formado pelo BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI, em regime de “project finance”, para a construção de infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Decorrente das negociações com as entidades bancárias, em 29/6/2015 firmaram-se os novos Contratos Financeiros. Nesta data, foi celebrado entre a TRATOLIXO e os Bancos um “Contrato de Reestruturação, Aditamento e Consolidação”, mediante o qual se procedeu à consolidação e reestruturação das dívidas assumidas pela TRATOLIXO ao abrigo de diversos Contratos Financeiros, sendo ademais concedida pelos Bancos à TRATOLIXO uma nova linha de financiamento, que tinha como finalidade financiar o pagamento de juros e o pagamento do imposto do selo relativo a tais juros, até 31/12/2017.

De acordo com os termos acordados tornou-se possível converter a dívida à banca como dívida de médio e longo prazo, apresentando o financiamento a seguinte maturidade:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	3 968 324	3 968 324
Entre 1 e 5 anos	20 339 575	17 610 668
Mais de 5 anos	106 119 532	112 816 762
	130 427 431	134 395 754

No que diz respeito aos juros e encargos a pagar, procedeu-se à respectiva especialização atingindo os mesmos a 31 de Dezembro de 2022 o total de 232 mil euros.

Como forma de garantir o cumprimento integral e atempado de todas as obrigações garantidas emergentes do Contrato de Financiamento, a TRATOLIXO concordou em constituir a favor dos bancos que formam o sindicato bancário: (i) Penhor financeiro de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os saldos a crédito das contas do projecto; (ii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os direitos da TRATOLIXO resultantes de contratos, acordos ou garantias; (iii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis desonerados susceptíveis de penhor; (iv) Penhor de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis empenhados; (v) Hipoteca de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os terrenos de que é titular, bem como sobre todas as partes integrantes, acessões, benfeitorias, obras e construções edificadas

Todos os financiamentos estão negociados em euros e a condições de mercado pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do justo valor.

Nos termos contratualmente previstos a TRATOLIXO liquidou no decorrer de 2022 o valor de 5,5 milhões de euros relativos ao serviço da dívida.

Locações financeiras

A Empresa não celebrou contratos de locação financeira durante o exercício de 2022.

20 FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos fornecedores quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - Grupo		
Fornecedores - Terceiros	2 337 870	1 533 808
Total saldo fornecedores - correntes	2 337 870	1 533 808
Total saldo fornecedores - não correntes	-	-
Total Geral	2 337 870	1 533 808

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Alfalaval Portugal	-	3 299
Renascimento-Gestão e Reciclagem de Resíduos	-	81 381
Caterpillar Energy Solutions	262 652	8 594
Valorsul	154 171	109 954
Carmona, S.A.	74 370	-
Cimertex	114 275	134 244
Grandalvo - Empresa Trabalho Temporário	82 664	82 222
Resitejo	130 231	-
Strong	116 811	72 770
Maquinter	-	17 846
Meteoro	-	51 310
Petroibérica	87 287	144 111
Endesa	105 986	105 986
Metalomecânica 3 Triângulos, Lda	103 044	-
Transportes Libertário	92 856	-
Sinal Cabo Sistemas de comunicação	82 353	-
Sanestradas	66 039	-
Outros (saldos < 50.000 euros)	865 131	722 091
	2 337 870	1.533.808

21 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais i)	957 032	-	957 032	628 287	-	628 287
Outros credores						
Credores diversos ii)	6 984 447	-	6 984 447	4 792 097	-	4 792 097
Acréscimos de gastos						
Férias e sub. férias	1 521 638	-	1 521 638	1 348 805	-	1 348 805
Outros iii)	1 133 462	-	1 133 462	2 286 288	-	2 286 288
Outras contas a pagar	10 596 578	-	10 596 578	9 055 477	-	9 055 477

i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos resultantes da aquisição de equipamentos e materiais incorporados nos serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão.

ii) Credores diversos – o saldo refere-se maioritariamente ao valor da Taxa de Gestão de Resíduos a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2023.

iii) Acréscimos de gastos – Outros - este saldo refere-se, essencialmente, a serviços diversos prestados em 2022 e a serem facturados em 2023, bem como ao valor da nota de crédito, emitida aos Municípios, em Janeiro de 2023, relativa à bonificação dos resíduos verdes de 2022.

22 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido em 2022 e 2021 na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2022	2021
Vendas de Produtos		
Composto	18 482	13 224
Recicláveis	7 570 244	7 265 189
Electricidade	2 414 911	2 612 585
Outros	-	-
Sub-total	10 003 637	9 890 998
Prestação de Serviços		
Tratamento de resíduos	18 746 761	18 547 348
Tratamento de embalagens	44 800	44 800
Serviços de construção 1)	6 553 007	3 679 733
Sub-total	25 344 567	22 271 880
Vendas e prestações de serviços	35 348 204	32 162 878

As variações registadas no rédito em 2022, relativamente ao ano anterior, ficaram, sobretudo, a dever-se à execução dos projectos em construção (i).

Resumo das principais obras de construção/aquisição de infra-estruturas para o sistema multimunicipal, no âmbito do contrato de gestão delegada:

Descrição	Rédito 2022	Rédito 2021
Equipamento Carga e Transporte	549 058	773 141
Central Triagem Trajouce	30 624	-
Requalificação da Central de compostagem	2 356 942	1 713 041
Aumento capacidade da afinação	39 748	394 032
Adaptação da central de Tratamento Mecânico	2 569 160	11 780
Equipamento Industrial	695 390	464 700
Outros (< 200.000 €)	312 086	323 039
	6 553 007	3 679 733

23 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2022	2021
Inventários iniciais	62 796	60 620
Compras	1 800 784	1 331 289
Regularização de existências	-	-
Inventário finais	132 624	62 796
Custos no exercício	1 730 955	1 329 113

Os valores incluídos nesta rubrica correspondem:

- Aos gastos com gásóleo adquirido para consumo de máquinas pesadas utilizadas nas operações de tratamento e transporte de resíduos;
- Aos consumos de arame utilizado para fazer os fardos dos resíduos.



24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

Descrição	Rédito 2022	Rédito 2021
Subcontratos i)	8 309 869	7 570 711
Transporte e deposição RSU	972 855	2 898 632
Serviços de construção	6 553 007	3 679 733
Outros	784 007	992 346
Trabalhos especializados	874 632	1 012 821
Conservação e reparação ii)	3 893 539	2 917 866
Eletricidade	480 761	1 024 323
Vigilância e Segurança	435 185	381 377
Rendas	771 317	843 336
Seguros	278 351	227 920
Água	120 994	278 752
Limpeza, higiene e conforto	208 675	203 316
Outros fluidos	429 189	282 486
Ferramentas e utensílios	130 886	111 017
Honorários	119 821	97 586
Outros (< 100.000 euros)	194 481	131 011
Fornecimentos e serviços externos	16 247 700	15 082 522

i) **Subcontratos:** deste saldo a) 6.553 mil euros referem-se à infra-estrutura da concessão a cargo da TratoLixo (2021: 3.680 mil euros); b) 973 mil euros referem-se ao transporte e deposição de resíduos (2021: 2.899 mil euros). A variação que se verifica, com impacto positivo no resultado líquido, deve-se, sobretudo, à diminuição das toneladas transportadas/depositadas em destinos externos, por incapacidade destes, situação que impacta na capacidade instalada do aterro; c) em "Outros", do montante de 784 mil euros, 512 mil euros dizem respeito à subcontratação de trabalhadores temporários (2021: 896 mil euros).

ii) **Conservação e Reparação:** a variação que se verifica relativamente a 2021 deve-se às intervenções operadas em diversos equipamentos, nomeadamente, na CDA.

25 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2022 e 2021, foram como segue:

	2022	2021
Remunerações		
Órgãos sociais	96 403	99 639
Pessoal	6 244 955	5 715 373
	6 341 358	5 815 012
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	1 494 514	1 369 713
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	151 916	109 783
Gastos de acção social	143 022	100 727
Fardamentos e EPI's	212 566	221 640
Outros	307 929	263 140
Sub-total	2 309 946	2 065 002
Gastos com pessoal	8 651 303	7 880 014

O número médio de trabalhadores em 2022 foi de 295.

26 PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

A decomposição da rubrica Perdas por imparidade e reversões do exercício, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, é conforme segue:

	2022	2021
Perdas por imparidade de clientes	647	619
Perdas por imparidade em inventários	-	-
Outros	-	-
Perdas por imparidade	647	619
Reversões de perdas por imparidade de clientes	3 216	-
Reversões de perdas por imparidade em inventários	785	887
Outros	-	-
Reversões de perdas por imparidade	4 001	887

27 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	2022	2021
Imputação do subsídio (ver nota 17) (i)	1 125 201	946 489
Rendimentos suplementares	11 637	11 187
Outros	114 621	86 714
	1 251 459	1 044 390

i) O aumento face ao ano anterior é justificado pela entrada em funcionamento diversos equipamentos e infraestruturas subsidiados.

28 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

O rédito relativo a subsídios ao investimento, reconhecido pela TRATOLIXO, em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 é detalhado conforme se segue:

Designação das entidades concedentes	Data da celebração /decisão	Objeto / finalidade	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito Período	Rédito Acumulado
Fundo de Coesão	23/12/2004	Construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos	18 426 885	18 426 885	- €	573 954	6 373 841
POSEUR	24/06/2016	Construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva	7 489 191	7 108 154	381 038	316 656	936 149
POSEUR	02/10/2018	Empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do ecoparque de Trajouce	273 363	273 363	- €	10 935	43 738
Fundo Ambiental	22/09/2017	Financiamento dois veículos 100% elétricos	20 000	20 000	- €	741	4 444
Fundo Eficiência Energética	18/07/2017	Financiamento de Permutador de Calor para aproveitamento de circuito de água quente dos motogeradores da Central de Digestão Anaeróbia	65 415	65 415	- €	2 516	12 580
Fundo Eficiência Energética	18/07/2017	Financiamento para colocação de telhas translúcidas	3 744	3 744	- €	144	720
Fundo Eficiência Energética	14/11/2018	Financiamento de um veículo 100% elétrico	2 250	2 250	- €	87	433
POSEUR	30/12/2019	Financiamento para adaptação das unidades de tratamento mecânico e de tratamento biológico à recolha selectiva de bioresíduos	6 502 787	1 478 683	5 024 103	16 075	30 614
POSEUR	26/11/2019	Financiamento de quiosques digitais	3 899	3 899	- €	1 299	2 599
POSEUR	21/05/2020	Financiamento para uma central de compostagem para resíduos verdes oriundos da recolha seletiva	4 495 298	4 285 226	210 073	202 794	236 622
Total			37 282 832	31 667 618	5 615 214	1 125 201	7 641 738

Os subsídios ao investimento, associados com activos, são reconhecidos na demonstração dos resultados na mesma cadências das amortizações do investimento a que respeitem.

29 OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:



	2022	2021
Quotizações	21 989	21 477
Impostos	24 920	16 514
Donativos	11 402	19 118
Perdas em inventários	11 257	8 936
Alienações activos i)	586 770	5 683
TGR não repercutível	-	249 629
Outros	45 114	92 134
	701 451	413 490

i) Refere-se, sobretudo, ao abate de infra-estruturas e equipamentos que se encontravam implantados no local onde foi construída a nova central de compostagem de verdes e onde decorre a adaptação do tratamento mecânico à recolha selectiva de biorresíduos.

30 JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
Juros e gastos similares		
Juros suportados i)	1 769 025	1 201 389
Outros gastos e perdas de financiamento	74 647	74 267
	1 843 672	1 275 656

i) Os juros suportados referem-se aos gastos incorridos com os juros do financiamento conforme previsto no Contrato de Financiamento.

No exercício de 2022 a taxa de juro foi de -0,547% no 1º semestre e de 0,108% no 2º semestre. A taxa de juro fixada para o período de 15-12-2022 a 15-06-2023 é de 2,479%.

31 IMPOSTO DO EXERCÍCIO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2022	2021 Reexpresso
Imposto s/ rendimento corrente	-3 256	-11 775
Imposto s/ rendimento diferido	-52 693	-39 399
Imposto sobre o rendimento	-55 949	-51 174

A reexpressão da informação anteriormente divulgada ficou a dever-se ao ajustamento do imposto diferido relacionado com a reversão das provisões de monitorização da ETAL, CT e CDA (ver nota 5).

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

Reconciliação Taxa Efectiva Imposto	2022
Resultado antes de Imposto	176 123
Taxa de Imposto	22,5%
	39 628
Gastos não dedutíveis	162 983
Rendimentos não tributáveis	-208 838
Dif. temporárias imposto diferido	52 693
Prejuízos fiscais	6 227
Tributação autónoma	3 256
	55 949
Imposto s/ rendimento corrente	3 256
Imposto s/ rendimento diferido	52 693
Imposto s/ rendimento	55 949
Taxa efectiva de imposto	31,8%

A taxa de imposto aplicada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2022	2021
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama Municipal	1,50%	1,50%
	22,50%	22,50%

32 COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela TRATOLIXO, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, são como segue:

Compromissos com locações operacionais

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2021:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento transporte	28 108	9 228	-
Equipamento informático	155 487	48 669	-
Equipamento industrial	582 289	424 520	-
	765 884	482 417	-

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2022:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento transporte	11 248	0	-
Equipamento informático	20 139	28 530	-
Equipamento industrial	555 218	837 711	-
	586 605	866 241	-

33 CONTIGÊNCIAS

A TRATOLIXO tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2022	2021
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos de Lisboa e do Oeste., S.A	Garantir o pagamento da receção e tratamento de resíduos, conforme contrato.	25/08/2003	412 500	412 500
Repsol Portuguesa, S.A.	Instalação de equipamento informático de gestão de frota	09/01/2003	6 700	6 700
BP Portugal - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, SA	Caucionar os pagamentos ao abrigo do cartão frota	02/06/2009	2 000	2 000
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o integral das obrigações relativas ao processo de encerramento e ao controlo e manutenção pós-encerramento do Aterro Sanitário de Trajouce.	29/12/2016	82 890	82 890
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira	29/12/2016	1 633 942	1 633 942
			2 138 032	2 138 032

Activos e Outros Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2022, encontra-se em curso uma Acção Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, relativo ao seguinte processo:

A TO e a AMBITERMO, empresas do Consórcio que executou a “Empreitada de Conclusão do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira” vieram impugnar as multas que a TRATOLIXO decidiu aplicar por violação dos prazos contratuais, no valor de € 585.163,52.

A TRATOLIXO veio contestar no sentido da manutenção da aplicação parcial das multas, no valor de € 355.042,98, bem como, em sede de pedido reconvenicional, veio pedir que a TO e AMBITERMO fossem condenadas a indemnizar a TRATOLIXO pelo montante global de € 1.127.714,81, devido ao atraso na execução da empreitada.

A TO e a AMBITERMO contestaram este último pedido reconvenicional.

Em 29.05.2018, a Tomás de Oliveira, S.A. e a Ambitermo vieram apresentar em juízo um articulado superveniente no processo contendo uma ampliação do pedido inicialmente formulado, no qual vieram reclamar da Tratolixo indemnização por alegado reequilíbrio financeiro quanto às condições de execução da Empreitada, que judicialmente computaram em € 1.126.535,00, sendo o montante de € 192.979,41, relativo ao pagamento do montante de trabalhos a mais, dos quais a Tratolixo, de acordo com o Parecer da Fiscalização reconhece serem devidos apenas € 129.149,04, € 783.556,06, relativos à alegada indemnização para reposição do equilíbrio financeiro da empreitada e € 150.000,00, relativos a alegados danos não patrimoniais ou patrimoniais indirectos. Este pedido, de forma mais genérica, já tinha sido reclamado extrajudicialmente, por valor um pouco superior.

O pedido de ampliação em causa relativo à indemnização por reequilíbrio financeiro do contrato e respectivos fundamentos foi objecto de contestação. O processo terminou já a fase dos articulados, aguardando-se, faz mais de quatro anos, a emissão de Despacho Saneador e marcação de audiência de julgamento.

É da opinião do Gabinete Jurídico da TRATOLIXO que nesta fase, e perante a complexidade probatória e jurídica do processo, é totalmente impossível tecer qualquer comentário previsional.

34 INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A TRATOLIXO presta um serviço público aos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra no âmbito da gestão de resíduos, actividade esta que contempla outras responsabilidades acessórias no domínio do ambiente. No âmbito dos serviços prestados, a empresa consome recursos e matérias-primas, gera emissões e efluentes e tem impactes ambientais na ocupação dos solos associados à deposição de resíduos em destino final. Assim, a TRATOLIXO desenvolve um profundo trabalho de monitorização e acompanhamento constante da sua actividade processual, o que lhe permite ter um papel interventivo e de melhoria contínua do seu desempenho organizacional e ambiental, devidamente divulgado no seu Relatório de Sustentabilidade.

A TRATOLIXO não adopta uma posição passiva perante os diplomas legais vigentes tendo por princípio contribuir de uma forma proactiva, junto das respectivas entidades responsáveis, remetendo o seu entendimento sempre que solicitado ou entendido como pertinente. Destaca-se, em 2022:

A pronúncia conjunta da TRATOLIXO e dos 4 Municípios, em sede de audiência de interessados, à proposta de Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030);

A pronúncia conjunta da TRATOLIXO e dos 4 Municípios, em sede de audiência de interessados, à proposta de Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) que esteve em consulta pública até dia 5 de Maio, estando para breve a publicação da versão final do documento que irá nortear a actuação do sector nesta década;

A pronúncia conjunta da TRATOLIXO e dos Senhores Presidentes das quatro Câmaras Municipais relativamente ao Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio ao MAAC, SEA, APA, ERSAR e Grupos parlamentares;

A pronúncia relativa à proposta de Especificações Técnicas dos Resíduos de Embalagens provenientes da recolha seletiva e da recolha indiferenciada.

Assim, e conforme anteriormente referido, a TRATOLIXO não se limita ao mero cumprimento da legislação ambiental que lhe é aplicável, envidando esforços contínuos na procura de soluções que minimizem os impactes da sua actividade, sendo exemplos disso a valorização energética do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia - que se tem vindo a tornar expressiva e a superar as perspectivas iniciais - e a reutilização, como água de processo, da água tratada resultante do processo de tratamento das águas residuais geradas no Ecoparque da Abrunheira.



35 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2022, a TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES.

35.1 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

O Conselho de Administração da TRATOLIXO foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO ascenderam a 96.403 euros (2021: 99.639 euros).

35.2 Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:

AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

Relacionadas com a accionista:

Concelho de Cascais

Concelho de Mafra

Concelho de Oeiras

Concelho de Sintra

(b) transacções e saldos pendentes

i) Accionistas e as suas partes relacionadas:

Durante o exercício, a TRATOLIXO efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Transacções

	2022	2021
Serviços prestados		
AMTRES	44	37
Câmara Municipal de Cascais	6 842 670	6 365 358
Câmara Municipal de Mafra	2 897 365	2 587 849
Câmara Municipal de Oeiras	4 231 759	3 905 937
Câmara Municipal de Sintra	10 824 056	9 924 112
	24 795 894	22 783 293

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2022 e 2021, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2022	2021
Saldos devedores		
AMTRES	120	76
Câmara Municipal de Cascais	698 648	171 828
Câmara Municipal de Mafra	252 931	242 465
Câmara Municipal de Oeiras	426 231	237 354
Câmara Municipal de Sintra	522 394	557 239
Clientes (Nota 11)	1 900 323	1 208 962

Saldos credores		
AMTRES	27 790	27 790
Outros credores (Nota 21)	27 790	27 790

Acréscimos Gastos	31/12/2022	31/12/2021
AMTRES	-	-
Câmara Municipal de Cascais	653 770	640 969
Câmara Municipal de Mafra	38 702	34 130
Câmara Municipal de Oeiras	43 494	34 352
Câmara Municipal de Sintra	163 093	170 921
Outras contas a receber (Nota 13)	899 059	880 372

Fluxos de Caixa

No final do exercício de 2022 e 2021, os fluxos de caixa resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

Recebimentos	31/12/2022	31/12/2021
Câmara Municipal de Cascais	6 739 932	6 335 621
Câmara Municipal de Mafra	3 082 821	3 272 219
Câmara Municipal de Oeiras	4 306 431	4 237 757
Câmara Municipal de Sintra	11 500 046	10 471 594
	25 629 230	24 317 191

36 DISPOSIÇÕES LEGAIS

Principais diplomas legais aplicáveis ou que têm implicações no âmbito da actividade / natureza da TRATOLIXO, publicados em 2022:

Lei n.º 1/2022, de 3 de Janeiro

Alarga o período de faltas justificadas em caso de falecimento de descendente ou afim no 1.º grau da linha reta, alterando o Código do Trabalho.

Portaria n.º 20/2022, de 5 de Janeiro

Altera a regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

Despacho n.º 1547/2022, 8 de Fevereiro

Determina os procedimentos técnicos para a realização do Programa de Monitorização e Tratamento da Qualidade da Água.

Despacho n.º 2957/2022, 9 de Março

Aprova a instrução técnica complementar que estabelece as regras técnicas relativas à instalação e funcionamento dos recipientes destinados a conter ar, oxigénio ou gases inertes comprimidos.

Decreto-Lei n.º 29/2022, de 6 de Abril

Aprova o regime geral do controlo metrológico legal dos métodos e dos instrumentos de medição.

Decreto-Lei n.º 30/2022, de 11 de Abril

Estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes, assegurando a execução das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2003/2003 e do Regulamento (UE) 2019/1009.

Portaria n.º 185/2022, de 21 de Julho

Aprova os tipos de matérias fertilizantes não harmonizadas, define o tipo de matérias-primas que podem ser utilizadas na sua produção e estabelece os respetivos requisitos de colocação no mercado.

Declaração de Retificação n.º 22-A/2022, de 16 de Setembro

Retifica a Portaria n.º 185/2022, de 21 de julho, que aprova os tipos de matérias fertilizantes não harmonizadas, define o tipo de matérias-primas que podem ser utilizadas na sua produção e estabelece os respetivos requisitos de colocação no mercado.

Decreto-Lei n.º 78/2022, de 5 de Novembro

Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, o Código dos Contratos Públicos e o Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

37 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários do fiscal único no período de 2022 foram de 17.681 euros (2021: 12.900 euros).

38 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de Janeiro de 2023, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da TRATOLIXO e que, de acordo com a NCRF 24, devessem ser objecto de registo contabilístico ou de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Trajouce, 7 de Fevereiro de 2023

O Técnico Oficial de Contas

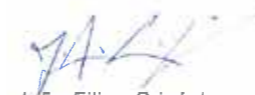


Ana Filipa Lanternas

O Conselho de Administração



Nuno Manuel Vicente Esteves Soares



João Filipe Crisóstomo Dias



Inês Folgado Diogo



7.
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de *TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. - Empresa Intermunicipal, S.A.* (TRATOLIXO ou Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 184.337.329 euros e um total de capital próprio de 29.807.307 euros, incluindo um resultado líquido de 120.174 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de *TRATOLIXO* em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da *TRATOLIXO* nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme nota 3.4.2 do anexo às demonstrações financeiras, a amortização do direito de concessão é efetuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efetiva dos ativos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação/substituição destes ativos, estando a cobertura dos ativos de substituição/expansão assegurados pelas tarifas definidas no contrato.



De acordo com a nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, no presente exercício procedeu-se à avaliação dos critérios técnicos que sustentaram a constituição de provisões ambientais relativas às infraestruturas sobre as quais recai responsabilidade de monitorização por imposição legal, tendo sido atualizada a provisão da monitorização das Células de Confinamento de forma a incluir exclusivamente as responsabilidades que subsistem para além da operacionalidade da instalação, e reverteu-se as provisões relativas à responsabilidade de monitorização da Central de Triagem, Central de Digestão Anaeróbia e ETAL, decorrente de uma incorreta interpretação da informação que suportou a constituição das mesmas, tendo a *TRATOLIXO* procedido à reexpressão financeira relativa ao período homólogo.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da *TRATOLIXO* de acordo com Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da *TRATOLIXO* de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da TRATOLIXO;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da TRATOLIXO para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a TRATOLIXO descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

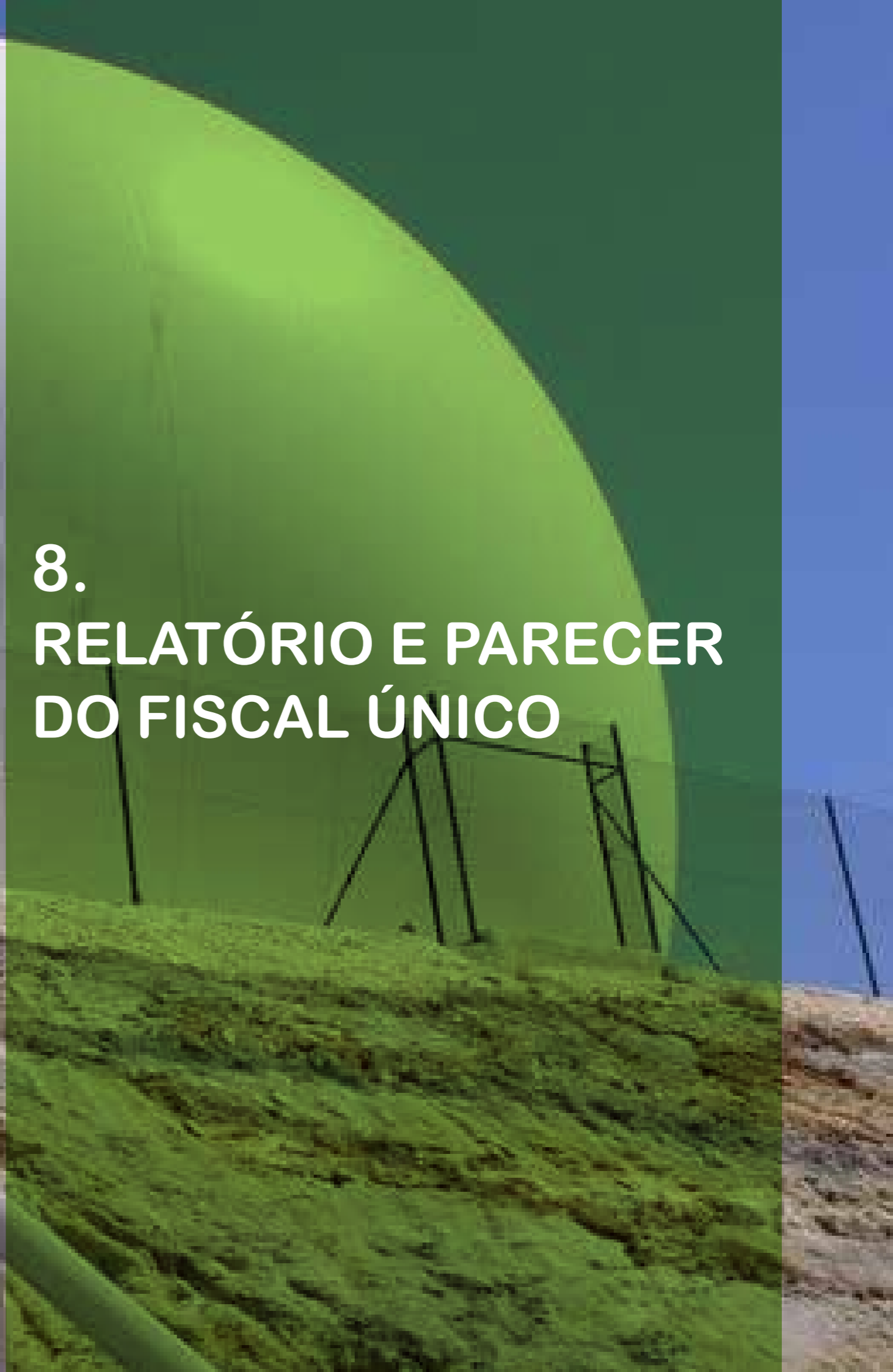
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a TRATOLIXO, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de fevereiro de 2023

APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
representada por:



Ana Calado Pinto
(ROC n.º 1103 e CMVM N.º 20160715)



**8.
RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Introdução

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único, com mandato de 2022 a 2025, elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da *TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. - Empresa Intermunicipal, S.A. (TRATOLIXO)*, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, nos termos do número 1 do artigo 54.º, por remissão do art.º 67º, do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE) - aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual - "as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas..." no Capítulo II daquele regime.

O mesmo RJSPE estabelece, no número 2 do citado artigo 54.º, que "...compete aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento da exigência prevista no número anterior".

Em cumprimento do determinado na lei, o Conselho de Administração da TRATOLIXO, E.I.M remeteu, em 9 (versão final corrigida) e 10 de fevereiro de 2023, para parecer do órgão de fiscalização que assume as funções de Fiscal Único, o Relatório de Gestão e Contas e o Relatório de Governo Societário (RGS), respetivamente, este último, versão simplificada e adaptada do modelo previsto pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) aprovado em reunião de Conselho de 7 de fevereiro.

Em 2022 a Tratulixo procedeu à atualização do Relatório de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas.

Atividade Fiscalizadora

Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, com reuniões com os Serviços e Conselho de Administração, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes da Empresa.

O Fiscal Único recebeu do Conselho de Administração todos os esclarecimentos e informações solicitados.

O Fiscal Único emitiu durante 2022 Parecer aos Instrumentos Previsionais e Parecer semestral sobre a situação económico financeira.

No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, apresentado pelo Conselho de Administração e completado o exame das contas com vista à sua certificação legal.

As contas lidas em conjunto com o conteúdo da Certificação Legal de Contas, com o qual se concorda, proporcionam uma adequada compreensão da situação financeira e resultados da entidade.

O Fiscal Único concorda com as conclusões da Certificação Legal de Contas não modificada que apresenta duas ênfases.



Adicionalmente, dando cumprimento ao n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Fiscal Único é de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à TRATOLIXO, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada.

Recomendações

No que concerne às Notas Anexas às Demonstrações Financeiras:

O Fiscal Único recomenda a adoção da estrutura do anexo previsto na Portaria.º 220/2015, nomeadamente. Recomenda-se igualmente a divulgação dos ativos não disponíveis, tal como o terreno ocupado por terceiros em Trajouce, e os bens na posse dos Municípios, tais como contentores e camiões.

No que concerne ao Relatório do Governo Societário:

O Fiscal Único recomenda que o mesmo possa detalhar informação do sistema de controlo interno, riscos da atividades e competências de gestão de riscos a par da divulgação da publicidade em sítio da internet de Plano de Atividades, Orçamento e Relatórios trimestrais de execução orçamental.

No que concerne ao Sistema de controlo interno e dados de cadastro:

- Dado que os ativos de concessão são amortizados pelo tempo do contrato, subsistindo bens cuja vida técnica é inferior, existe uma necessidade de controlo das substituições e a validação que as mesmas estão incluídas na tarifa. Considerando que os instrumentos previsionais e plano de investimentos levam em consideração os bens de substituição e expansão no sentido de projetar necessidades de adequação de tarifa e tendo presente que a definição das tarifas são objeto de deliberação por órgão competente, sujeitas a parecer da ERSAR e, ainda, a revisão de contrato sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas (tendo em 2021 o TdC considerado que não carecia de visto a revisão levada a cabo), considera-se que o cadastro dos bens previsto no contrato de gestão delegada com a AMTRES deve contemplar de forma integral, detalhada por componente, clara, tempestiva e objetiva, as vidas técnicas para o acionista AMTRES.
- Dado que existem responsabilidades futuras com a monitorização de aterros e lixeiras, que ultrapassado o período da concessão recaem sobre o acionista, recomendamos a manutenção de cadastro com a melhor estimativa da vida útil dos bens associados e do período de responsabilidade pós encerramento, o qual deve ser comunicado ao acionista de forma que este reconheça nas suas contas a responsabilidade após o término da Concessão.
- Decorrente da circularização efetuada junto das Instituições bancárias com a qual a TRATOLIXO opera, constatou-se a desatualização das autorizações da CGD e NOVOBANCO e colocação de pessoa não identificada enquanto colaborador no BCP.

2/4



A identificação das pessoas autorizadas, por conta, segue em anexo autónomo a este documento.

- A TRATOLIXO procedeu à conciliação entre a matriz predial registada na Autoridade Tributária e Aduaneira e os registos de imóveis e terrenos na contabilidade em 2020, a nosso pedido, estando por conciliar alguns itens não materiais, em que se incluem artigos com data de registo similares a alguns identificados como parte do terreno da Abrunheira (data registo 2010) que julgamos serem de conciliar. Adicionalmente, tal como anteriormente relatado, foram identificadas motas registadas na AT em 2019. Em resposta da área responsável pelo apoio jurídico constata-se pela sua inexistência de fato, mantendo-se em curso a resolução.
- Recomenda-se a constituição de um processo para suporte do abate de Ativos Intangíveis, com o enquadramento do abate e sempre que aplicável, a identificação do novo bem que substituiu o bem abatido.
- Considera-se que deverá ser redigida norma sobre o tratamento de inventários com indícios de falta de rotação e sobre a sua reclassificação nos casos em que teve lugar uma avaliação de falta de aplicabilidade.
- Relativamente à prestação de contas da entidade participada pela Tratulixo, aferir da possibilidade de requerer um fecho de contas mais tempestivo da entidade ou, em alternativa, uma estimativa das contas para avaliação da necessidade de reconhecer um ajustamento.

No que concerne às Demonstrações Financeiras:

- Reconhecimento fora da conta de Custos das Matérias Vendidas e Matérias Consumidas, do consumo de bens para os quais é constituído stock reconhecido em inventários.
- Persistem valores de TGR faturados aos Municípios e reconhecidos como um gasto negativo. Ainda que os valores não sejam materiais, dado que esta prática não está prevista no normativo contabilístico usado, recomendamos a reclassificação destas operações para rendimentos ou, em alternativa, dado tratar-se de uma operação neutra para a Tratulixo, espelhar o seu controlo em contas da classe 2.

No que concerne à aplicação do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-lei n.º 109-E/2021, recomenda-se:

- Divulgação no site da Tratulixo do Canal de Denúncia, em cumprimento da legislação;
- Atualização da Matriz de Riscos, de acordo com a presente atualização.

Parecer

Face ao que antecede, e apreciado o Relatório de Gestão e Contas e o Relatório do Governo Societário da TRATOLIXO, tendo presente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2022, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove o Relatório do Governo Societário de 2022;
- c) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único regista ainda com apreço a colaboração prestada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, pelos responsáveis pelas Direções e Serviços e pelos colaboradores da TRATOLIXO, EIM, que teve necessidade de contactar no exercício das suas funções.

Lisboa, 13 de fevereiro de 2023

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,
ILIDIO CESAR FERREIRA E ASSOCIADOS, SROC, LDA**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:



Ana Calado Pinto
(ROC N.º 1.103 e CMVM N.º 20160715)

tratolixo
gestão de resíduos urbanos
www.tratolixo.pt

ELABORAÇÃO

Cristiana Santos – Direcção de Planeamento Estratégico

Patrícia Gomes – Direcção de Planeamento Estratégico

Filipa Lanternas – Direcção Financeira

EDIÇÃO E PAGINAÇÃO

Cláudia Quadros - Gabinete de Comunicação

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Arquivo TRATOLIXO, Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra

RELATÓRIO & CONTAS

2022

—
Estrada 5 de Junho, nº 1 Trajouce
2785-155 São Domingos de Rana
t. +351 21 445 95 00
residuos@tratolixo.pt



Ecoparque da Abrunheira
Ecocentro da Ericeira